

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MARCIA CASARIN STRAPAZZON

**REFLEXÕES ACERCA DAS RACIONALIDADES EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO: o caso do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2015**

MARCIA CASARIN STRAPAZZON

**REFLEXÕES ACERCA DAS RACIONALIDADES EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO: o caso do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre no Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional da Universidade Tecnológica Federal
do Paraná (Campus Pato Branco).**

**Linha de Pesquisa: Ambiente e
Sustentabilidade**

Orientador: Dr. Rodrigo Lingnau

Co-orientador: Dr. Miguel Ângelo Perondi

**PATO BRANCO
2015**

S897r Strapazzon, Marcia Casarin.
Reflexões acerca das racionalidades em Unidades de Conservação: o caso do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas / Marcia Casarin Strapazzon. -- 2015.
157 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lingnau
Coorientador: Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2015.

Bibliografia: f. 90 – 96.

1. Áreas de conservação de recursos naturais. 2. Racionalidades. 3. Áreas protegidas - Paraná. I. Lingnau, Rodrigo, orient. II. Perondi, Miguel Angelo, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD (22. ed.) 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Câmpus Pato Branco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 71

Título da Dissertação

**Reflexões acerca das racionalidades em Unidades de Conservação: o caso do
Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas/PR**

Autora

Marcia Casarin Strapazzon

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 25 de fevereiro de 2015, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Ambiente e Sustentabilidade – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Rodrigo Lingnau – UTFPR
Orientador

Prof^a Dr^a Hieda Maria Pagliosa Corona - UTFPR
Examinadora

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima - UNICURITIBA
Examinador

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR
Examinador

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Coordenador do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

AGRADECIMENTOS

Para mim, gratidão é um sentimento, uma emoção. Ensinam-nos, incansavelmente, a dizer “muito obrigada”, o que repetimos, também incansavelmente, sem questionar, pelo resto de nossas vidas. Procurei na internet, e descobri que a origem da palavra “obrigado” como forma de agradecimento “vem do latim *obligatus*, particípio do verbo *obligare*, ligar, amarrar. É a forma abreviada da expressão *fico-lhe obrigado*, ou seja, *fico-lhe ligado pelo favor que me fez.*” Desde antes de ter esse conhecimento (que só fui buscar por conta deste texto), sempre que digo obrigado penso: “sou obrigada... veja só.”

Pois aqui não quero ser obrigada, mas sim expressar minha gratidão, puramente.

Agradeço ao meu marido Leoncio pelo suporte constante, amor sereno e incontáveis discussões. E ao meu filhote Igor, que sinceramente, foi o principal motivo para eu ter me lançado nesse novo desafio.

Agradeço à minha mãe e meu pai, por terem me criado com essa ânsia pela leitura e estudos.

Agradeço ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por me autorizar abraçar essa capacitação, me concedendo afastamento para cursar as disciplinas e redução de jornada para realizar a pesquisa. Ainda, agradeço Virginia Talbot e João Arnaldo, sem os quais isso não teria sido viabilizado, já que RVS é uma categoria “sem nicho” (mal dos quebradores de paradigmas...).

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma pelo caminho. Com discussões, entrevistas concedidas, formulários disponibilizados (Maurício Mercadante, Tiago Leão, proprietários de terras no interior do RVS dos Campos de Palmas, entre outros).

E agradeço grandemente à banca, ao meu orientador Prof. Rodrigo e Co-orientador Prof. Miguel, ao PPGDR e seu grupo de professores pelo conhecimento dividido, pelo acolhimento e incentivo.

Agradeço especial e novamente aos proprietários de terras no interior do RVS-CP, que gentilmente concederam seu tempo e disposição, com muita educação, para participar da pesquisa. Que possam manter seu “estilo de vida” indefinidamente.

Espero poder ter contribuído, pelo menos um pouco, para essa tarefa hercúlea que é trabalhar com a proteção do meio ambiente atualmente. E, principalmente, que esta dissertação seja útil para a gestão de unidades de conservação, instrumentos tão importantes e tão complexos.

BIOGRAFIA DA AUTORA

Marcia Casarin Strapazzon nasceu 10/04/1981 na cidade de Chapecó/SC. Filha de João Paulo Lajus Strapazzon, Psicólogo, Mestre em Sociologia Política e servidor do INCRA e de Marialva Casarin, Administradora e Assistente Social, funcionária do Banco Bannrisul, formou-se em 2004 no curso de Ciências Biológicas da UFSC, tendo realizado seu trabalho de conclusão de curso na área de educação ambiental. Lecionou por pouco tempo em escolas municipais de Florianópolis, trabalhou em projetos de consultoria ambiental, e em 2007 foi aprovada em concurso público para ingressar no IBAMA, inicialmente no município de Imperatriz, sul do estado do Maranhão. No mesmo ano o IBAMA foi dividido, tendo sido criado um novo Instituto (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio) para gerir as Unidades de Conservação Federais. Entre 2007 e 2009 a autora trabalhou com operações de fiscalização na Amazônia e no Parque Nacional da Chapada das Mesas, em Carolina/MA. Em 2009 a autora foi redistribuída para o ICMBio e passa a atuar no Centro de Manejo e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN. Em 2010, através de permuta, foi removida para o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, onde atuou até 2014. Atualmente, está lotada na Coordenação Regional 09 (PR, SC e RS) do ICMBio, em Florianópolis.

Durante o curso de graduação a autora teve experiência em diversas áreas, realizando estágios de iniciação científica em neurociências, ecotoxicologia, e de monitoria em citogenética e metodologia de ensino. Nesta última disciplina teve contato com os estudos culturais, os quais despertaram bastante interesse, notadamente no âmbito de áreas mais humanas, afastando-a do “núcleo duro” das ciências biológicas. Deste interesse surgiu o trabalho de conclusão de curso, intitulado “O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro como tema gerador de uma proposta de ensino”, onde a autora trabalhou com a percepção de alunos de 5ª série do entorno do Parque, em relação à UC, por meio de análise do discurso. Percebe-se desde este ponto de sua biografia que as intersecções entre meio ambiente e sociedade foram o que mais despertaram o interesse da autora ao longo de sua formação acadêmica.

Em consonância com esta escolha, o futuro profissional da autora alinhou-se naturalmente, levando-a a ingressar num Instituto Ambiental da esfera federal. Desta forma, o contato direto com a problemática ambiental foi tornando-se cada vez mais instigante. Neste mesmo sentido, o trabalho no RVS dos Campos de Palmas, uma Unidade de Conservação bastante peculiar, levou à necessidade que se fez possibilidade, de dar continuidade aos seus

estudos. Daí surgiu o objeto de pesquisa da autora, que pôde ser desenvolvido no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UTFPR-Pato Branco.

Finalmente, cabe ressaltar que o interesse, e quem sabe a vocação, da autora em trabalhar nas “franjas” de sua área de formação demonstram ao mesmo tempo a disposição de enfrentar um desafio, na medida em que sai de sua zona de conforto e exige muito mais dedicação e esforço, bem como expõe as fragilidades da autora, reflexos exatamente da formação acadêmica distante do campo em que a dissertação foi proposta, e que podem ser observados no trabalho a seguir, contudo, sem o invalidar.

RESUMO

Em certo momento evidencia-se que os problemas ambientais contemporâneos são fruto de atividades humanas e têm origem social, pautadas no sistema de pensamento dominante. Assim, são criados instrumentos - as unidades de conservação - para proteger a natureza da ação humana. No Brasil, tal instrumento foi oficializado por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que criou 12 categorias de UCs, divididas em dois grupos, de proteção integral e uso sustentável. A presente dissertação buscou analisar uma categoria peculiar de unidade de conservação, o Refúgio de Vida Silvestre. Esta categoria encontra-se no grupo das unidades de proteção integral da natureza (permite-se apenas uso indireto), porém pode ser composta por propriedades privadas. Desta forma, percorreu-se o histórico da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, investigando, naquele contexto, as origens da categoria. Foi possível observar que, acidentalmente ou não, a categoria Refúgio de Vida Silvestre tem uma configuração sem precedentes, e que diante da problemática ambiental atual, que enseja uma mudança de paradigma, pode se mostrar adequada e viável. A análise da categoria levou à reflexão sobre a situação dos proprietários cujas terras são abrangidas por tal unidade de conservação, as quais enfrentam uma tensão de racionalidades – uma racionalidade ambiental é imposta sobre a racionalidade dominante, instrumental/econômica, pois as unidades de conservação trazem restrições às atividades produtivas que podem prejudicar a expectativa de ganhos econômicos crescentes. À luz das teorias contemporâneas que abordam a questão ambiental, pôde-se inferir que, de forma geral, espera-se que estas pessoas, visando compatibilizar suas necessidades com os objetivos da proteção preconizada pela unidade de conservação, tirem proveito dessa nova situação. Ou seja, lancem mão de suas capacidades para ecologizar suas atividades, porém dentro da racionalidade dominante. Teoricamente, existem alternativas a esta tendência, entretanto são mais profundas, exigindo a transformação desta racionalidade dominante, que pode ser considerada a raiz da crise ecológica dos dias de hoje. De uma análise mais ampla partiu-se para aspectos mais restritos, para a análise de um Refúgio de Vida Silvestre específico, o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, no Paraná. Para tanto, caracterizou-se a região onde a unidade foi criada e, portanto, o contexto histórico que moldou um ecossistema ao longo do tempo de forma que atualmente merecesse (ou precisasse) ser protegido. Através de um desenho inspirado na abordagem teórico-metodológica da Teoria da Tradução, o processo de criação do RVS-CP foi descrito e analisado, demonstrando a rede sociotécnica formada simetricamente por atores humanos e não humanos durante tal processo, e buscando identificar como agem, suas demandas, seus agenciamentos e instrumentos de ação. Por último, chegou-se à vida concreta daquelas pessoas cujas propriedades estão inseridas no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. Neste ponto a busca centrou-se numa pesquisa que considerasse tanto elementos da racionalidade econômica quanto de racionalidades substantivas. Tendo em vista a tensão de racionalidades proveniente da criação da UC, pôde-se verificar que, apesar de geralmente relegadas a segundo plano, as esferas imateriais da vida têm papel crucial nos objetivos dos proprietários entrevistados. E que as estratégias de meios de vida dessas famílias acompanham as tendências de transformação ocorridas nas últimas décadas no mundo rural, fortemente marcadas pela combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas.

Palavras-Chave: unidades de conservação; racionalidades; refúgio de vida silvestre

ABSTRACT

At one point it is evident that contemporary environmental problems are the result of human activities and have social origin, rooted in the dominant thought system. Thus, instruments are created - protected areas - to protect nature of human action. In Brazil, this instrument was made official by the Sistema Nacional de Unidades de Conservação, which created 12 categories of protected areas, divided into two groups, full protection and sustainable use. This study aimed to analyze a particular category of protected area, the Wildlife Refuge. This category belongs to the group of strictly protected areas of nature (is allowed only indirect use), but can consist of private property. Thus, toured the historical creation of the Sistema Nacional de Unidades de Conservação, investigating, in that context, the origins of the category. It was observed that, accidentally or not, the Wildlife Refuge category has an unprecedented configuration, and in front of the current environmental panorama, which entails a paradigm shift, may prove appropriate and feasible. The category analysis led to reflection on the situation of the owners whose lands are covered by such conservation unit, which face a confrontation of rationalities - an environmental rationality is imposed on the dominant rationality, instrumental/economical because protected areas bring restrictions on productive activities that may harm the expectation of increasing economic gains. In the light of contemporary theories that address the environmental issue, it might be inferred that, in general, it is expected that these people in order to match your needs with the objectives of protection advocated by the conservation unit, take advantage of this new situation. That is, take hold of their capacity to greening its activities, but within the dominant rationality. Theoretically, there are alternatives to this trend, however are deeper, requiring the transformation of dominant rationality, which can be considered the root of the ecological crisis of today. From a broader analysis get to to narrower aspects, until the analysis of a specific Wildlife Refuge, the Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, in Paraná. For this, it was characterized the region where the unit was created and therefore the historical context that shaped an ecosystem over time so that now deserved (or needed) to be protected. Through an desing inspired on the theoretical and methodological approach of the theory of translation, the process of creating the RVS-CP was described and analyzed, demonstrating the socio-technical network formed symmetrically by human and non-human actors in this process, and seeking to identify how they act, their demands, their negotiations and action tools. Finally, we come to the real life of those people whose properties are included in the Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. At this point the research focused on a search to consider both elements of economic rationality and substantive rationality. Considering the rationalities confrontation from the creation of the UC, it was observed that although usually relegated to the background, immaterial things of life have crucial role in the objectives of respondents owners. And the livelihood strategies of these families follow the trends of transformation that occurred in recent decades in rural areas, strongly marked by the combination of agricultural and non-agricultural incomes.

Keywords: protected areas; rationalities; wildlife refugees

LISTA DE SIGLAS

ADOC - Associação de Defesa e Orientação do Cidadão
ADSA – Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
AVERCAM – Associação Verdes Campos
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CDCMM - Comissão de Direitos do Consumidor, Meio ambiente e Minorias
COCAMP – Cooperativa dos Campos de Palmas
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CT – Comissão Técnica
ECO 92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FLONA – Floresta Nacional
FUNATURA – Fundação Pró-natureza
FUPEF - Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná
GEF - Fundo Mundial para o Meio Ambiente
GT- Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INA-PG - Departamento de Agricultura Comparada do Instituto Nacional Agrônomo Paris-Grignon
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR - Imposto Territorial Rural
IUCN - União Internacional para Proteção da Natureza
MMA – Ministério do Meio Ambiente

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEMA – Órgão Estadual do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PARNA – Parque Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente
PR – Paraná
PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRT – Rodovia Estadual Transitória
REBIO – Reserva Biológica
RVS – Refúgio de Vida Silvestre
RVS-CP Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas
SC – Santa Catarina
SEMA – Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Paraná
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem
STCP – Consultoria e Engenharia de Projetos Ltda.
UC – Unidade de Conservação
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação de atores da rede e ponto de passagem obrigatória (campos nativos).

Figura 2: Mapa de localização do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação dos Refúgios de Vida Silvestre federais, área, ano de criação e Estado abrangido.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivo Geral.....	21
1.1.1	Objetivos Específicos	21
2	UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE A CATEGORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE	22
2.1	Metodologia.....	22
2.2	Retrospecto sobre as categorias de Unidades de Conservação brasileiras	23
2.3	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a categoria Refúgio de Vida Silvestre.....	27
2.4	Gestão de Refúgio de Vida Silvestre federais	31
2.5	Assumindo novos ares.....	35
2.6	Considerações Finais.....	36
3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A TENSÃO DE RACIONALIDADES	38
3.1	Racionalidade Instrumental e Racionalidades Substantivas.....	39
3.2	Tensão de racionalidades?	43
3.3	O que se espera das pessoas afetadas por Unidades de Conservação?	45
3.4	Considerações Finais.....	49
4	A REGIÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS 52	
4.1	Histórico da região dos Campos de Palmas.....	52
4.2	Caracterização dos sistemas de produção na região do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas	55
4.3	Diagnóstico socioeconômico dos municípios sob influência do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas	59
4.4	Considerações Finais.....	62
5.	A CRIAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS	63
5.1	Descrição do processo de criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.....	64
5.2	A rede sociotécnica formada por interesses difusos e contraditórios.....	71
5.3	Dissidências: traições e controvérsias	73
5.4	Considerações Finais.....	74

6. ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS	75
6.1 Como enveredar-se por assuntos delicados.....	76
6.2 O “estilo de vida” dos proprietários.....	77
6.3 Considerações Finais.....	86
7. CONCLUSÃO.....	87
8. REFERÊNCIAS	90
ANEXO A.....	97
APÊNDICE A.....	116

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se na temática do papel das Unidades de Conservação (UC) na conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento endógeno de uma região. Tendo em vista a necessidade primária de um meio ambiente equilibrado para a manutenção da vida no planeta, a discussão sobre a compatibilidade entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social mostra-se urgente e atual. Neste contexto, encontra-se o objeto de estudo desta pesquisa que é a categoria de Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre (RVS), com ênfase no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

As Unidades de Conservação, conceituadas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Nº 9.985/2000) são territórios, geridos de forma diferenciada, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental, o contato harmônico com a natureza, o lazer e a pesquisa científica. Além desses objetivos, entre os benefícios do estabelecimento de parques, reservas e florestas, dentre outros, podemos destacar a conservação dos solos, a regulação do regime hídrico e a manutenção das condições climáticas, fatores esses que têm, por exemplo, impacto direto na produtividade agropecuária, principalmente nas áreas no entorno das unidades (ALHO, 2008).

Na lei do SNUC (BRASIL, 2000) estão definidos dois grupos de UCs: as de proteção integral¹ (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e as de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de

¹ A Lei Nº 9.985/2000 (SNUC) define conservação da natureza, preservação, proteção integral e uso sustentável da seguinte forma, em seu 2º Artigo:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural). O primeiro grupo tem por objetivo preservar a natureza, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. Já o segundo grupo tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Como mencionado, a categoria Refúgio de Vida Silvestre é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e não implica necessariamente na desapropriação das terras, desde que haja compatibilidade entre o uso das propriedades privadas e os objetivos da Unidade.

O processo de elaboração da normativa geral das Unidades de Conservação no Brasil (atual Lei 9.985/00 – SNUC) foi bastante lento, tendo durado quase 10 anos. Um dos principais motivos que contribuíram para tal lentidão foi a extensa e polêmica discussão sobre a presença humana em áreas protegidas. No processo fica clara a dicotomia entre duas concepções do papel das Unidades de Conservação: os preservacionistas e os socioambientalistas (MERCADANTE, 2001).

Esta dicotomia tornou-se evidente a partir das proposições dos então deputados Fábio Feldmann e Fernando Gabeira sobre o anteprojeto de lei encaminhado pela ONG FUNATURA, encomendado pelo governo em 1988, no âmbito do PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente. Este anteprojeto tinha uma proposta preservacionista, mais rígida em relação à presença humana em UCs, enquanto os substitutivos dos deputados apresentaram alterações que pendiam para uma visão socioambientalista, a qual se mostra mais flexível quanto a presença humana em UCs. Tal dicotomia persiste até hoje e pode ser verificada pelos inúmeros estudos de ambas as concepções (JATOBÁ, CIDADE e VARGAS, 2009; MENEZES e SIENA, 2010; MATTOS, NOBRE e ALOUFA, 2011).

Ao passo que alguns estudos, principalmente na área das ciências biológicas, vêm sendo realizados no interior de Refúgios de Vida Silvestre (e. g. BRITO e BOCCHIGLIERI, 2012; MORATO, *et al.*, 2011), poucos são os trabalhos que focam nos problemas referentes à categoria de UC, especialmente nas áreas das ciências humanas.

Neste sentido, Santos e Leite (2012), partindo da ideia de que as questões ambientais estão subordinadas à lógica capitalista, realizaram uma análise do processo político da criação do RVS Mata do Junco, abordando os conflitos estabelecidos e apontando as contradições da realidade atual, como consequência do papel do Estado na (re) configuração territorial do local.

Já Lisboa *et al.* (2011) buscam demonstrar as limitações administrativas impostas pela União aos proprietários rurais da área do RVS de Una, questionando a omissão do Poder

Público em desenvolver ações de conscientização pública sobre as questões ambientais, o que agravaria os conflitos socioambientais.

O Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP) foi criado em 03 de abril de 2006 por Decreto Presidencial numa área de 16.582 ha, com Zona de Amortecimento de 500m em projeção horizontal. Localiza-se na região do ecossistema de campos naturais de Palmas, Estado do Paraná, na divisa com o estado de Santa Catarina. Seu limite sul é a PRT 280, próximo às Usinas Eólicas de Palmas/PR e Água Doce/SC, estando situado nos municípios de Palmas e General Carneiro/PR.

O polígono proposto para criação desta UC abriga as principais nascentes do rio Chopim e uma importante nascente do Iratim, que possuem grande importância para a região. A definição da localização da UC também levou em consideração a existência de um ambiente singular extremamente frágil, formado pelos últimos remanescentes de campos sulinos (estepe gramíneo-lenhosa) em bom estado de conservação, sob intensa pressão de uso, além de capões e florestas de galeria compostas por floresta ombrófila mista, possuindo ainda, formações brejosas (várzeas), que abrigam espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (BRASIL, 2005).

Segundo seu Decreto de criação (BRASIL, 2006), o RVS-CP objetiva proteger ambientes naturais necessários à existência ou reprodução da flora e fauna residente ou migratória, especialmente os remanescentes de estepe gramíneo-lenhosa (campos de altitude) de floresta ombrófila mista (mata com araucárias), as áreas de campos úmidos e várzeas, bem como, realizar pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental e turismo.

No aspecto histórico-cultural, a região do RVS-CP assume importância por ainda possuir antigas construções que guardam a memória do início da ocupação, e a passagem dos tropeiros pela região, conservando ainda o modelo da pecuária tradicional secular.

Percorrendo-se os Campos de Palmas, ainda hoje é possível encontrar testemunhos da mão-de-obra escrava. São cercas de pedra, as chamadas taipas, que atravessam inúmeras fazendas, são quilômetros delas. A pedra era transportada à longa distância pelos escravos a fim de cercar extensas fazendas de gado. A pedra era abundante na região e como de tudo carecia o incipiente vilarejo, tal material foi utilizado em larga escala no fabrico das taipas e mesmo construções destinadas à moradia (MARTINS, 2009).

O Art. 3º do Decreto de Criação do RVS-CP define que

Nas áreas particulares localizadas na unidade de conservação, poderão ter continuidade as atividades agropecuárias legalmente autorizadas,

consideradas compatíveis com a finalidade da unidade, tais como pastoreio extensivo em campos naturais, exploração da erva mate e cultivo de grãos em plantio direto, desde que adotadas técnicas que minimizem o uso de agrotóxicos e afins.

Parágrafo único. Nas áreas particulares localizadas na unidade de conservação, poderão ter continuidade as atividades de silvicultura legalmente autorizadas, desde que se adotem práticas que impeçam a contaminação de áreas com cobertura vegetal nativa por espécies exóticas (BRASIL, 2006).

O RVS-CP abrange cerca de 35 estabelecimentos – de médio e grande porte –, cujas principais atividades são: pecuária extensiva, plantio de grãos, silvicultura, extração de erva-mate, entre outras. Uma importante peculiaridade desta UC deve ser salientada: todos os estabelecimentos que a constituem são de médio e grande porte e pertencem a famílias tradicionais da região, que apresentam, aparentemente, boas condições financeiras.

Este detalhe é relevante na medida em que, no geral, ao se tratar da presença humana em Unidades de Conservação se lida com extrativismo, pobreza rural, pequenas propriedades, já que áreas preservadas (propícias para a criação de Unidades de Conservação) normalmente estão associadas a regiões onde o desenvolvimento econômico e social ainda não é acentuado. Esta combinação específica do RVS-CP de grandes fazendeiros e preservação ambiental se deu em virtude do bioma a ser protegido: os campos naturais, cuja histórica vocação produtiva tem sido a pecuária extensiva, a qual exige grandes áreas e foi símbolo de status durante muito tempo. Portanto, a realidade investigada distancia-se substancialmente da maioria da produção acadêmica relativa a presença humana em UCs.

Como geralmente ocorre, o processo de criação do RVS-CP foi conturbado, a assunção da gestão da área pelo Estado foi lenta, e até hoje são frequentes os conflitos em função das restrições ao uso da terra dentro da UC, o que, segundo os proprietários, os impedem de obter o desenvolvimento e crescimento econômico observado nos estabelecimentos não atingidos pela Unidade.

As principais pressões sofridas pela UC, em termos ambientais, estão relacionadas à expansão da fronteira agrícola (cultivares e métodos), busca pela manutenção da silvicultura, uso do fogo e do sub-bosque na pecuária extensiva, instalação de empreendimentos eólicos e de centrais hidrelétricas, extração de madeira, lenha e carvão, e ocupação de Áreas de Preservação Permanentes (agricultura, pecuária e silvicultura).

Portanto, o principal desafio dos RVS e do RVS-CP é alcançar a reintegração entre ser humano e natureza, principalmente atualmente, quando o mercado desvaloriza por vezes as tradições seculares, e em outros valoriza sistemas de produção mais rentáveis, mas que

degradam o meio ambiente. Por isso, a ideia-chave desta UC é a compatibilização: entre produção e preservação ambiental.

Num âmbito mais amplo, pretendeu-se, além de fomentar o debate acerca da categoria Refúgio de Vida Silvestre, nitidamente menosprezado, fornecer subsídios para a discussão da futura regulamentação da mesma. Em âmbito mais específico, buscou-se realizar uma caracterização do RVS-CP, das unidades de produção ali inseridas, bem como, realizar um exercício de análise do papel das pessoas afetadas por Unidades de Conservação como os RVS.

Desta forma, pretendeu-se esclarecer as peculiaridades da categoria de UC Refúgio de Vida Silvestre e caracterizar, de forma preliminar, um RVS em especial, o RVS-CP. A investigação científica revela-se uma tarefa complexa, especialmente no que tange às questões ambientais, por sua natureza multidimensional e transdisciplinar.

Cabe então salientar a perspectiva crítica com que foi trabalhada a complexidade ambiental nesta pesquisa. A problemática ambiental, assim como a própria ciência, não é neutra, nem alheia a interesses econômicos e sociais (LEFF, 2010), e essa consciência se estende ao papel do pesquisador.

Maturana e Varela (2001) apresentam nossa condição biológica enquanto observadores, desta forma, tudo o que explicamos depende de tal condição e nada pode ser explicado fora de nosso viver na linguagem. Ou seja, os seres humanos são organismos que operam em dois domínios operacionais distintos que se entrelaçam: a dimensão biológica - domínio fisiológico e estrutural interno de que faz parte o sistema nervoso - e a dimensão relacional – domínio ao qual pertencem a linguagem e o conhecimento (MATURANA, 1997).

Nesta perspectiva, a linguagem é o constituinte evolutivo que nos distingue como humanos. Portanto, enquanto observadores na linguagem, o que fazemos é descrever a experiência na linguagem, contudo, as experiências não pertencem à linguagem. Maturana entende, neste contexto, que “o real é um argumento explicativo da experiência” (MATURANA, 1997, p. 346).

Esse entendimento obriga a uma permanente vigília contra a tentação da certeza, contra o pensamento que leva a crer que o que cada um vê seja **o** mundo, não **um** mundo que construímos na relação com os outros. A partir de tal consciência, toda ação humana tem sentido ético, e que

(...) cada vez que nos encontramos em contradição ou oposição com outro ser humano com o qual desejamos conviver, nossa atitude não poderá ser reafirmar o que vemos do nosso próprio ponto de vista. Ela consistirá em apreciar que nosso ponto de vista é o resultado de um acoplamento estrutural

no domínio experiencial, tão válido quanto do de nosso oponente, mesmo que o dele nos pareça menos desejável. Caberá, pois a busca de uma perspectiva mais abrangente, de um domínio experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos construir um mundo juntamente com ele (MATURANA e VARELA, 2001, p. 268).

Neste sentido, é necessário considerar a dinâmica dos fenômenos estudados a partir da articulação dos processos inerentes a sistemas socioambientais complexos. Neste sentido, pretende-se analisar o problema ambiental do desenvolvimento limitado pelas condições ecológicas de produção, no contexto de conflitos de diversos interesses condicionados pela expansão do mercado e pelas singularidades históricas e simbólicas (no sentido de apropriação da natureza) do fenômeno a ser estudado.

Por último, resta reiterar que, neste contexto, a “política ambiental é convivência no dissenso” (LEFF, 2010, p. 206). O discurso ambientalista, pontuando a heterogeneidade do mesmo, se mostra contrário aos interesses estabelecidos pela ideologia hegemônica, e faz-se necessário aventurar-se em novos caminhos para se avançar nesta discussão.

Tendo em vista as considerações desta introdução, a presente dissertação se apresenta dividida em 05 (cinco) capítulos ordenados numa tentativa de partir do olhar mais abrangente ao mais específico, sempre buscando uma interligação entre os assuntos. Contudo, muito devido à formação da autora, os capítulos foram concebidos na forma de artigos independentes, de maneira que cada assunto foi explorado a partir das fundamentações teóricas e metodologias mais apropriadas, não havendo um corpo único na dissertação.

Desta forma, no primeiro capítulo a categoria de unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre foi explorada com o objetivo de localizá-la no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pesquisar sua origem e fornecer um panorama sobre a gestão de refúgios de vida silvestre federais, finalizando com um convite à reflexão sobre o papel desta categoria atualmente.

O segundo capítulo se configura mais no terreno da discussão teórica, quando lançando mão de teorias contemporâneas acerca da problemática ambiental, busca-se inferir acerca de um assunto polêmico, antigo, mas que permanece nas pautas da área ambiental: a presença humana em unidades de conservação.

No terceiro capítulo o estudo engendra para caminhos mais específicos, partindo para a contextualização da região em que veio ser decretada a criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas em 2006. Neste sentido é apresentado um histórico da região e uma caracterização socioeconômica dos municípios abrangidos pela UC (Palmas - PR, General Carneiro - PR e Água Doce-SC) e dos sistemas de produção implantados na região.

Na sequência o quarto capítulo traz um exercício inspirado na sociologia da tradução (não podendo ser considerada a aplicação estrita desta abordagem teórico-metodológica) por meio do processo administrativo de criação do RVS dos Campos de Palmas. Neste exercício pretendeu-se explicitar a rede sociotécnica envolvida na criação da UC e posteriormente analisar a rede - como os atores se posicionam frente às traições, controvérsias, dissidências -, com o auxílio dos documentos e laudos técnicos contidos nos seis volumes do processo administrativo.

O último capítulo teve por objetivo demonstrar uma pequena amostra das estratégias de meios de vida dos proprietários de estabelecimentos inseridos no RVS dos Campos de Palmas, bem como investigar a relação destas pessoas com a UC. Desta forma, foram utilizados dados socioeconômicos coletados através da aplicação de questionários, enquanto uma porção mais qualitativa da pesquisa foi trabalhada através de entrevistas semi-estruturadas, na busca por indícios de racionalidades substantivas. A este capítulo seguem algumas considerações à guisa de conclusão desta dissertação.

1.1. Objetivo Geral

Analisar as racionalidades em Unidades de Conservação, a partir do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

1.1.1. Objetivos Específicos

- Caracterizar a categoria de Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre;
- Analisar decorrências da criação de um Refúgio de Vida Silvestre sobre pessoas cujas propriedades são abrangidas por uma unidade desta categoria;
- Descrever e analisar a criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas;
- Caracterizar meios de vida de pessoas cujas propriedades são abrangidas pelo Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

2. UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE A CATEGORIA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE

Esta seção representa um convite à reflexão, e não pretende de forma alguma, esgotar debates e encaminhamentos essenciais à compreensão do papel da categoria de Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre no Brasil.

Num momento em que a crise ambiental passa a ser vista como uma crise do conhecimento, civilizatória (LEFF, 2010), a categoria de Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre apresenta potencial para assumir novos ares.

A categoria RVS é uma UC do grupo de proteção integral, ou seja, permite apenas o uso indireto dos atributos naturais, o qual não envolve coleta, uso, dano ou destruição dos recursos. A peculiaridade desta categoria é que a mesma não implica em desapropriação das terras, desde que haja compatibilidade das atividades das propriedades com os objetivos de criação da Unidade. Havendo permanência de propriedades privadas, a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação prevê algumas exceções para a categoria, como permissão para criação de animais e cultivos não autóctones, etc.

A discussão proposta está organizada em sete seções: introdução, metodologia da pesquisa, retrospecto da história das categorias de Unidades de Conservação brasileiras, uma análise sobre a categoria Refúgio de Vida Silvestre em relação ao processo de elaboração do SNUC, discussão preliminar sobre a gestão de RVS federais, convite à reflexão sobre os potenciais da categoria e algumas considerações finais.

2.1. Metodologia

A pesquisa que gerou este capítulo pode ser classificada como exploratória (GIL, 2007), tendo como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre uma categoria de Unidade de Conservação pouco explorada, bem como levantar hipóteses sobre a atual concepção desta categoria (Refúgio de Vida Silvestre) e as possíveis atribuições de sentidos à mesma na perspectiva do momento de transição paradigmática em que vivemos.

Para a realização desta pesquisa foi realizada uma revisão da literatura e uma pesquisa documental, somadas à realização de entrevista com um informante-chave, o ex-Deputado Fábio Feldmann, que participou em momentos decisivos da elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, política pública que instituiu a categoria Refúgio de Vida

Silvestre no ano 2000. Ainda, foram analisadas questões respondidas pelos gestores atuais dos sete RVS federais existentes até então.

O levantamento bibliográfico e documental teve por objetivo permitir uma reconstituição da história de criação e gestão de Unidades de Conservação no Brasil com ênfase na categoria RVS. Neste levantamento, buscou-se identificar os pontos críticos da concepção da categoria RVS no contexto da elaboração do SNUC. Cabe esclarecer que inicialmente não havia o conceito de Unidade de Conservação, e sim áreas protegidas, porém não é de interesse desta dissertação entrar nessa diferenciação, de forma que se deve manter em mente que estão sob análise apenas as áreas protegidas em forma de Unidades de Conservação.

A entrevista com o informante-chave foi realizada através de email e devolvida no dia 22/05/2013, enquanto os sete gestores dos RVS federais responderam a questionários no período de maio a agosto de 2013.

À luz do arcabouço construído com o levantamento bibliográfico e documental, foi analisada a opinião do informante-chave e dos gestores de RVS federais acerca de suas concepções sobre a categoria. A partir da síntese dessas informações construíram-se hipóteses sobre as limitações e potenciais que a categoria pode assumir no contexto da transição paradigmática atual.

2.2. Retrospecto sobre as categorias de Unidades de Conservação brasileiras

As primeiras discussões no país voltadas para a criação de áreas protegidas datam ainda do século XIX. Contudo, tais iniciativas eram inspiradas em experiências internacionais, especialmente nas dos Estados Unidos e Europa. O foco herdado destas experiências se relacionava à proteção de recursos renováveis de reconhecida relevância econômica (PÁDUA, 2003). Para Medeiros (2006, p. 43), “O Brasil foi um dos países que mais tardiamente sucumbiu à onda internacional de criação de Parques, após a iniciativa americana de 1872.”

Conforme Medeiros, *et al.* (2004) a década de 30 foi particularmente relevante para a gestão de áreas protegidas. Os autores creditam este avanço ao novo ideário de desenvolvimento para o Brasil, o qual propiciou um ambiente político propício ao processo de modernização que caracterizou o país nessa época, bem como, “à influência e pressão de movimentos organizados voltados à proteção da natureza, que aqui começavam a melhor se aparelhar” (MEDEIROS, 2006, p. 46). Pecatiello (2011, p. 73) baseado na periodização

proposta por Monosowski (1989) caracteriza tal momento pela necessidade de “regulamentação da apropriação de cada recurso natural em âmbito nacional, com foco nas necessidades das nascentes industrialização e urbanização.”

Ainda de acordo com Medeiros, (2006), neste contexto, a segunda Constituição Republicana, de 1934, avança ao atribuir aos recursos naturais o status de patrimônio nacional a ser preservado, incluindo definitivamente a gestão de áreas protegidas na agenda política do país. Com o Código Florestal de 1934 são previstas as categorias Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva de Proteção Biológica ou Estética, de áreas protegidas, enquanto o Código de Caça e Pesca do mesmo ano cria o Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres (focados na proteção de espécies/recursos). Um dos resultados deste período foi, em 1937, a criação do Parque Nacional do Itatiaia, considerado a primeira Unidade de Conservação Federal do Brasil.

O período de 1934 a 1988 em relação à gestão de áreas protegidas foi marcado pela inconstância. Até a década de 60 não existiam planejamentos ou uma política de criação de UC (MERCADANTE, 2001), as unidades iam sendo criadas mergulhadas em políticas que incentivavam a devastação ambiental “ora em nome do desenvolvimento, ora em consequência do abandono do planejamento territorial, ora como fruto da busca da integração nacional, ora como resultado da mais absoluta incúria administrativa” (OLIVEIRA, 2005, p. 47).

Ainda sobre este período, cabe registrar que a Lei de Proteção aos Animais (Código de Fauna) em 1967 (BRASIL, 1967) cria as categorias de Reserva Biológica (apenas uso indireto) e Parque de Caça (prevendo uso direto). É neste instrumento que surge a finalidade de proteger espécies animais *in situ*², e a criação de espaços específicos, chamados reservas, destinados à sua preservação.

Segundo Drummond e Barros-Platiau (2006) o Código Florestal de 1965 e o Código de Fauna de 1967 foram os responsáveis pelas futuras tipologias de UCs de proteção integral e uso sustentável, ao preverem áreas protegidas onde não era permitido uso (parques nacionais, estaduais, municipais e reservas biológicas) e onde era permitido o uso direto (florestas nacionais e parques de caça).

A partir dos anos 70 o foco tornou-se o controle da poluição industrial, especialmente influenciado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972,

² Conforme a Convenção da Biodiversidade, *in situ* refere-se à proteção da biodiversidade em seus ambientes naturais.

em Estocolmo (ONU, 1972). Naquele contexto em que desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, e o Brasil estava em plena corrida desenvolvimentista, a posição do país foi claramente contrária às iniciativas da Conferência (PECCATIELLO, 2011).

Todavia, a influência dos debates internacionais surtiu certo efeito no Brasil, tanto que o texto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79) relacionava entre os seus objetivos “atingir o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastar o patrimônio nacional de recursos naturais” (MEDEIROS, 2006, p. 53). Para a Amazônia, o mesmo plano determinava a imediata criação de Parques e Florestas Nacionais.

Neste processo de expansão das áreas protegidas no Brasil, em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), dentro do Ministério da Agricultura abrangendo, entre seus objetivos, a gestão das UCs até então existentes (PARNAs, REBIOs e FLONAs). Para compreensão da discussão futura sobre o processo de elaboração do SNUC e implicações para a categoria RVS é importante chamar atenção para o caráter mais preservacionista (duas de proteção integral e apenas uma de uso sustentável) das categorias geridas pelo IBDF.

De acordo com Medeiros (2006), em 1973 também é criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ocasionando uma sobreposição de instituições. Como toda a gestão de áreas protegidas permanecia sob responsabilidade do IBDF, a SEMA propôs tipologias em um programa próprio de UCs: Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental em 1981, Reserva Ecológica e Área de Relevante Interesse Ecológico em 1984, e em 1996 após tornar-se Ministério, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural em 1996. “A justificativa principal para a instituição dessas novas tipologias era o preenchimento de lacunas evidentes no modelo brasileiro de criação de áreas protegidas.” (*Idem*, p. 54). Podemos acrescentar ao esclarecimento de Medeiros sobre a justificativa que o preenchimento de lacunas se referia a categorias de uso sustentável. Portanto, o programa da SEMA tinha um cunho mais socioambientalista.

Contudo, desde meados da década de 70 já se discutia no âmbito do IBDF a necessidade de promover uma maior ordenação no processo de criação de áreas protegidas, e a necessidade de um sistema único e integrado (MEDEIROS, 2006). Conforme Mercadante (2001), em 1976 foi concluído o trabalho “Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia”, o qual se tornou base para elaboração do “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil”, cuja primeira etapa foi publicada em 1979 e a segunda em 1982. Estas duas propostas seriam o “embrião” do futuro SNUC, conforme Medeiros (2006).

No Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (IBDF/FBCN, 1979; 1982) foi proposta a criação (além das já existentes) das categorias de UC: Monumento Natural, Santuário ou Refúgio de Vida Silvestre, Parque Natural, Reserva de Fauna, Reserva Indígena, Monumento Cultural e ainda, Reserva da Biosfera e Reserva do Patrimônio Mundial.

Neste ponto cabe esclarecer a diferença entre os termos áreas protegidas e unidades de conservação. As áreas protegidas são assim definidas mediante algum dispositivo legal. Dentre elas estão as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL), criadas pelo Código Florestal de 1965 (BRASIL, 1965); as Terras Indígenas, instituídas em 1973 pelo Estatuto do Índio (BRASIL, 1973) e sacramentadas na constituição de 1988 (BRASIL, 1988); os Sítios Ramsar (áreas de zonas úmidas protegidas a partir da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional realizada em 1971 na cidade de Ramsar, Irã, e que no Brasil coincidem com UCs; Sítios do Patrimônio Mundial - Cultural e Natural, declarados pela UNESCO a partir da Convenção do Patrimônio Mundial ocorrida em 1972, que, no Brasil, em alguns casos também estão sobrepostos a UCs; as Terras Remanescentes de Comunidades Quilombolas, reconhecidas pelo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988; além das Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). O termo Unidade de Conservação surge pela primeira vez na Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) e reaparece na Constituição Federal de 1988. O grande diferencial está na finalidade das áreas protegidas, sendo prerrogativa exclusiva das Unidades de Conservação o objetivo específico de conservar a natureza.

Dias e Pereira (2010) expressam muito adequadamente o processo de mudança na visão ambiental e política em relação à criação e gestão de Unidades de Conservação ocorrido a partir de 1980. Os autores ressaltam que no período de ações desenvolvimentistas do governo militar em momento algum se prestou atenção aos interesses das populações tradicionais. Os incentivos voltavam-se essencialmente à expansão da fronteira agrícola, da fronteira urbana e da implantação de infraestruturas, bem como da delimitação de áreas protegidas, entretanto todas essas iniciativas excluía(m) (muitas vezes expulsando) as populações locais. Como anteriormente comentado, prática de acordo com a estratégia hegemônica internacional (especialmente nos Estados Unidos) cuja visão, até meados dos anos 60 considerava que “para haver de fato a conservação dos recursos naturais era necessário excluir as populações” (BRITO, 2008, p. 05).

Essa situação foi a geradora de uma “renovação na política ambiental brasileira, a partir de movimentos organizados pelos ‘povos da floresta’, respaldados por organizações não

governamentais (ONGs)” (DIAS e PEREIRA, 2010, p. 77). Neste contexto, as reservas extrativistas foram criadas pela Portaria 627 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e reconhecidas como UCs em 1990 (DRUMMOND, FRANCO e OLIVEIRA, 2011).

Neste ínterim, o Presidente José Sarney cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente em 1985, a partir da estrutura da SEMA, que se consolida como Ministério do Meio Ambiente em 1999 (NUNES, COSTA e LUSTOSA, 2011). Em 1988 a nova Constituição Federal é promulgada contendo um capítulo específico sobre meio ambiente, determinando explicitamente a criação e delimitação de áreas protegidas, e confirmando o dever comum entre sociedade e Estado na manutenção e proteção da natureza. E, conforme Dias e Pereira (2010), no início de 1989, o Brasil recebe muitas críticas em virtude das queimadas na Amazônia e do assassinato de Chico Mendes, quando o governo Sarney cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) unindo SEMA, IBDF, Superintendência da Borracha e Superintendência do Desenvolvimento e da Pesca.

Como conclusão deste retrospecto, Pádua (1997) demonstra que o Brasil chega aos anos 90 com uma pluralidade de categorias de áreas naturais protegidas, num ambiente internacional de consenso sobre a importância da proteção da biodiversidade. Segundo a autora, os diferentes tipos de UCs nasceram a partir de múltiplos fatores, desde a sintonia de cientistas e administradores com as mudanças no panorama mundial da conservação ambiental, à ampliação do interesse social na questão, pressões internacionais e à concorrência entre organismos gestores e as suas diferentes políticas.

2.3. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a categoria Refúgio de Vida Silvestre

Inserida na trajetória da discussão da questão ambiental, também é a partir dos anos 70 que se proliferam mundialmente a criação de áreas protegidas, bem como se passa a discutir a presença humana em UCs. Em 1972 em Estocolmo surge o predecessor do conceito de desenvolvimento sustentável, e no mesmo ano ocorre a XI Assembleia Geral da União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) no Canadá, onde se considerou, pela primeira vez, a ocupação humana e a exploração econômica em parques nacionais, através de um zoneamento (BRITO, 2008).

Ainda segundo o mesmo autor (*op. cit.*), a União Internacional para Proteção da Natureza (futura – IUCN), foi criada em 1948 também para amenizar a dicotomia populações humanas *versus* áreas protegidas. A IUCN atualmente é a principal organização internacional que direciona as políticas globais no tocante a áreas protegidas.

Em 1982 ocorre o III Congresso Mundial de Parques Nacionais, no qual se inicia a discussão sobre uma política que correlacionasse o desenvolvimento regional, estadual e nacional, as populações locais, os recursos naturais e o meio ambiente na gestão de áreas protegidas. O conceito das populações como usuárias evolui para manejadoras, o que conforme Brito (2008), foi um importante passo para o estabelecimento legal de UCs com presença humana.

Em âmbito nacional, como parte dos encaminhamentos do Plano do Sistema de UCs (IBDF/FCBN, 1979; 1982), o IBDF encomenda à ONG FUNATURA uma avaliação crítica das categorias de UCs existentes e um anteprojeto de lei para o futuro Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Em 1989 a FUNATURA entrega sua proposta ao já então criado IBAMA. A proposta continha 09 categorias de UCs em três grupos: proteção integral, manejo provisório e manejo sustentável. Naquele momento, a categoria Refúgio de Vida Silvestre incluía-se nas UCs de Proteção Integral, e absorvia os objetivos da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) criada em 1984 pela SEMA e extinta na proposta da FUNATURA (MERCADANTE, 2001).

Em 05 de junho de 1992 o anteprojeto (BRASIL, 1989) torna-se Projeto de Lei (PL) e é encaminhado à Comissão de Direitos do Consumidor, Meio ambiente e Minorias (CDCMM), recebendo as primeiras modificações substantivas sob a relatoria do então Deputado Fábio Feldmann (MERCADANTE, 2001; MEDEIROS, 2006).

Contextualmente, o Brasil, um país com um dos maiores índices de biodiversidade do planeta, surge como alvo estratégico dos desdobramentos da Convenção da Biodiversidade. Cabe salientar que a ECO 92 (Cúpula da Terra) onde foi apresentado tal relatório ocorreu em 1992, enquanto o Brasil ratificou a Convenção da Biodiversidade apenas em 1994. Situa-se neste período o início das discussões no interior do governo sobre o SNUC.

De acordo com o Projeto de Lei (SOUZA, 2012), os RVS

se destinam a assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local, bem como da fauna residente ou migratória. (...) a manutenção de áreas de domínio privado dependerá da viabilidade de compatibilização dos objetivos da Unidade com a utilização da terra. Não havendo aquiescência do proprietário para a coexistência do Refúgio da Vida Silvestre, com o uso da propriedade, caracterizado o efetivo interesse público, proceder-se-á à desapropriação.

No ano de 1995 o Deputado Fábio Feldmann sai do Congresso para assumir a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e o Deputado Fernando Gabeira assume a relatoria. Durante esse período foram realizadas audiências públicas bastante concorridas em seis capitais. A partir da proposta de Feldmann, Gabeira faz novas propostas baseadas em resultados das audiências públicas (MERCADANTE, 2001). Quanto à proposta da categoria de RVS, a sutil e principal alteração foi o foco de proteção, que pelo PL e pelo substitutivo Feldmann se referia a “condições de existência ou reprodução de espécies ou comunidades”, e passou a ser de “ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades” no substitutivo Gabeira (SOUZA, 2012, Anexo A), o qual permaneceu na publicação do SNUC. Ou seja, o foco passou de espécies e comunidades para ambiente. Esse deslocamento acarreta importantes consequências, as quais discutiremos mais adiante.

Outra inovação proveniente, neste caso, do substitutivo Feldmann também é extremamente relevante para a análise da categoria RVS. O PL inclui o RVS no rol das UCs de proteção integral, ou seja, onde apenas é permitido o uso indireto dos recursos naturais (com exceção dos casos previstos na Lei). Todavia, o PL não apresentava definição de ‘uso indireto’. Tal definição foi incluída no substitutivo Feldmann: “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (SOUZA, 2012, Anexo A), e assim se manteve na publicação do SNUC.

Essa definição de uso indireto implica em sérias limitações, já que se torna quase impossível identificar alguma atividade produtiva que não implique pelo menos em consumo ou coleta. Numa análise mais acurada e estrita, podemos supor que as únicas atividades humanas que poderiam ser permitidas em UCs de proteção integral seriam não produtivas, como turismo, educação ou pesquisa.

O PL também trouxe a proibição da introdução de espécies não autóctones em UCs, contudo não mencionava exceções para a categoria RVS. Já o substitutivo Feldmann coloca o seguinte “Nas propriedades privadas mantidas nos Refúgios de Vida Silvestre poderão ser criados animais domésticos compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo” (SOUZA, 2012, Anexo A). Esta exceção se manteve na publicação do SNUC, somando à criação de animais, o cultivo de plantas consideradas compatíveis (alteração feita pelo substitutivo Gabeira).

Em relação à definição de UCs de Proteção Integral presente no SNUC, essa foi a única exceção ao uso indireto prevista em lei para RVS. Contudo, a exceção é limitada ao que

for disposto no Plano de Manejo, documento de gestão fundamentado nos objetivos gerais da UC, o qual estabelece o zoneamento da unidade e normas de manejo dos recursos naturais. Cabe salientar, ainda, que o PL deixava clara a possibilidade de o Poder Executivo limitar ou proibir atividades que conflitassem com as finalidades de criação do RVS, entretanto, tal dispositivo foi excluído ainda no substitutivo Feldmann e não aparece no SNUC.

Por último nesta análise, vale ressaltar que o único incentivo previsto no PL para áreas privadas inseridas em RVS, a isenção de Imposto Territorial Rural (ITR), foi excluído no substitutivo Gabeira e também não se manteve no SNUC publicado.

Segundo Rodrigues (2009), a categoria Refúgio de Vida Silvestre foi inspirada nos *National Wildlife Refuges* americanos, cuja finalidade é conservar os recursos de vida selvagem no país, com foco em espécies ameaçadas, prevendo também a recreação e a educação ambiental. Esta foi a única referência encontrada que avança na concepção da categoria, ao relacioná-la aos *National Wildlife Refuges*. Esta ligação também é coerente com as declarações de informantes-chave entrevistados durante esta pesquisa.

Chama-se novamente atenção ao fato da lei do SNUC conter, no âmbito da categoria RVS, o foco voltado à proteção de “ambientes”, não de espécies ou populações, como ocorre nos *National Wildlife Refuges* americanos. Desta forma é possível estabelecer uma correlação mais aproximada entre os *National Wildlife Refuges* e outra categoria incluída nos documentos finais do SNUC, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Esta categoria é definida pelo substitutivo aprovado na Câmara e enviado ao Senado e assim se mantém no SNUC como uma

área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

Conforme anteriormente comentado, no anteprojeto da FUNATURA, os objetivos das ARIEs (então extintas) foram absorvidos pelos RVS. No entanto, ao resgatarem a categoria ARIE no substitutivo que foi aprovado na Câmara e que se manteve no SNUC, as duas categorias passaram a coexistir. Desta maneira e como consequência das alterações sofridas pela definição de RVS no decorrer de todo o processo, consideramos que a categoria Refúgio de Vida Silvestre é *sui generis*, não podendo ser mais atribuída como inspirada pelos *National Wildlife Refuges* que as próprias ARIEs.

Segundo Pádua (2001), os Refúgios de Vida Silvestre por permitirem atividades econômicas com uso de recursos naturais deveriam estar no rol das categorias de uso sustentável. Rodrigues (2009) conclui que a categoria ARIE sofre de crise de identidade, propondo uma analogia com APA ou citando Pádua (2001) que a percebe similar aos RVS. Neste capítulo vimos tentando demonstrar que as ARIE seriam similares aos RVS caso esta categoria não tivesse sofrido modificações substanciais de concepção durante o processo de elaboração do SNUC. Mas, que de fato, com a publicação do Sistema, as duas categorias cumprem papéis bastante diversos, e o RVS acidentalmente ou não, tornou-se uma categoria sem precedentes.

2.4. Gestão de Refúgios de Vida Silvestre federais

Analistas ambientais lotados em RVS federais ainda em 2009 iniciaram uma tratativa interna para discussão de normas e diretrizes de gestão desta categoria. No entanto, o órgão gestor das UCs (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) não deu continuidade às tratativas sob a justificativa de que um Grupo de Trabalho (GT) do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) cujo objetivo era regulamentar diversas categorias (Reserva Biológica, Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico e Refúgio de Vida Silvestre) atenderia tal demanda. Contudo, o processo de criação do GT data de 2007 e atualmente consta com *status* “inativo” na página do Ministério.

As atenções do CONAMA durante o período citado estiveram voltadas à discussão e elaboração do que viria a ser a Resolução CONAMA 428/2010, que trata de normas para licenciamento ambiental de empreendimentos que afetem UCs ou suas zonas de amortecimento. Tal movimento demonstra-se coerente com uma ideia de governo onde a questão ambiental é obstáculo para o desenvolvimento. Desta forma, nada mais óbvio que centrarem-se esforços para a discussão de normas sobre as competências de licenciamento e fiscalização de empreendimentos que diretrizes de gestão de UCs.

Esta ausência de regulamentação, além de gerar obstáculos muitas vezes intransponíveis para a gestão, também se manifesta ao analisarmos os trabalhos que envolvem o SNUC com o foco sobre a categoria RVS. Nestas leituras, a impressão que nos dá é de que estamos diante de um “desconhecimento”. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar tal “desconhecimento”: a categoria RVS se situar numa intersecção entre proteção integral e uso sustentável, existirem poucas unidades desta categoria, especialmente

na esfera federal (apenas sete – Tab. 01), e por ambos os motivos apresentados configurar-se numa exceção.

Nome	Área (ha)	Ano de criação	Estado
RVS das Veredas do Oeste Baiano	128.000	2002	BA
RVS Ilha dos Lobos	142	2005	RS
RVS dos Campos de Palmas	15.682	2006	PR
RVS de Boa Nova	15.024	2010	BA
RVS de Una	23.404	2007	BA
RVS do Rio dos Frades	894	2007	BA
RVS de Santa Cruz	17.741	2010	ES

Tabela 01: Relação dos Refúgios de Vida Silvestre federais, área, ano de criação e Estado abrangido.

Nunes *et al.* (2011), ao contextualizar a preocupação ambiental a partir da dimensão econômica, generalizam o grupo de UCs de Proteção Integral, inclusive os RVS, como unidades onde é “proibida a presença de populações permanentes, e vedadas as atividades econômicas” (p. 30). Silva (2008) classifica as categorias de UCs em três grupos conforme a origem da posse e domínio das terras. Embora inicialmente deixe claro que os RVS possam ser compostos por propriedades privadas, mais adiante em seu texto inclui os RVS no grupo das UCs de domínio puramente público, em que há obrigação da desapropriação. Deste modo, coloca no grupo das UCs de caráter misto (que aliam regime público e privado das terras) apenas as APA e as ARIE.

Já Derani (2001) citado por Medeiros *et al.* (2004), assinala que nas Unidades de Proteção Integral não há urbanização ou agricultura, somente existem tais atividades nas UCs de Uso Sustentável. No mesmo artigo, Irving (2002) citado por Medeiros *et al.* (2004, p. 87), ressalta que o SNUC ilustra a integração entre visões “preservacionistas”, inspirada na intocabilidade dos recursos renováveis, e socioambientalistas, com a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas.

Diante deste breve panorama, podemos também considerar, ao analisarmos o SNUC com ênfase na categoria RVS, que o Sistema de fato integra as duas visões, e, especialmente na categoria alvo. Contudo, os estudiosos e suas produções demonstram muito mais uma dicotomia preservacionismo/socioambientalismo que uma integração, ao menos no que se refere à categoria Refúgio de Vida Silvestre. Podemos atribuir essa dificuldade presente nos artigos analisados à concepção de proteção integral do próprio SNUC - relacionada à ausência de interferência humana -, desconsiderando-se as exceções, e, conseqüentemente, ao conceito de uso indireto, ambos anteriormente explorados nesta dissertação.

Outro artigo cujas conclusões são interessantes de se apresentar neste contexto, é de Menezes e Siena (2010), no qual os autores discutem a distribuição das vertentes do ambientalismo (preservacionismo, socioambientalismo e sustentabilismo) no quadro técnico do ICMBIO na Amazônia Legal.

Nesta pesquisa foi constatado que o preservacionismo ainda é a corrente mais presente, contudo, parte dos técnicos incorporam preceitos das outras vertentes. Os autores apontam para um ambientalismo “misto”, composto por uma visão plural do ambientalismo ou na perspectiva de um ambientalismo em processo de formação, chegando a cogitar a existência de um preservacionismo moderado ou realmente uma mudança de concepção.

Brown (2002) coloca que nos anos 90 consolidou-se internacionalmente um novo referencial científico sobre a função social das áreas protegidas, a partir da etnobiologia e de projetos que consideram os ecossistemas como dinâmicos, e neste contexto, o preservacionismo passou a dividir espaço com o conservacionismo.

Por mais que realmente possa estar ocorrendo uma mudança de concepção – e por que não dizer de paradigma -, os entraves para a gestão dos RVS são visíveis. Internamente, no âmbito das diretorias e coordenações do ICMBio, está ainda bastante presente a dicotomia supracitada. Menezes e Siena (2010, p. 482) comentam sobre a possibilidade do ICMBio ter herdado do IBAMA a perspectiva preservacionista, detectada por Garnelo e Sampaio (2005), já que o primeiro foi criado a partir de um desdobramento do segundo Instituto.

Contudo, os obstáculos de gestão não se resumem a concepções ou posturas pessoais. Importante frisar que o orçamento do ICMBio é completamente insuficiente para a efetivação da regularização fundiária das 310 UCs federais ou mesmo para a gestão regular dessas áreas.

Neste momento é oportuno explicitar nosso entendimento quanto ao domínio das terras localizadas em RVS. Considerando que o parágrafo único do Art. 13 da Lei do SNUC define que “O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários”, e que a expressão “desde que” expressa uma condição, infere-se que, em geral, o domínio e posse de terras em RVS é público, e que respeitadas determinadas condições (compatibilidade) pode existir o domínio privado.

Em seguida, não deixando dúvidas quanto ao entendimento adotado, a Lei determina que

havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área

deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000, p.14).

Contudo, o escasso recurso do Instituto para regularização fundiária, obviamente, está totalmente voltado (e insuficiente) a todas as outras unidades onde é obrigatória a desapropriação.

Legalmente, um dos únicos usos indiretos previstos encontrados nesta pesquisa referem-se ao disposto no Art. 29 do Decreto nº 6.660 de 2008, que regulamenta a Lei da Mata Atlântica. Este dispositivo define como atividade de uso indireto, não necessitando de autorização dos órgãos ambientais competentes, o pastoreio extensivo tradicional em remanescentes de campos de altitude, nos estágios secundários de regeneração, desde que não se promova a supressão da vegetação nativa ou a introdução de espécies vegetais exóticas, e o ecoturismo.

Com o objetivo de enriquecer a análise da gestão dos RVS federais, através de questionários aplicados aos sete gestores, pôde-se observar a existência de três opiniões coerentes com os assuntos abordados nesta pesquisa.

Dois dos gestores parecem possuir uma visão de RVS como UC de proteção integral no sentido clássico. Neste caso, as únicas opções de uso seriam reserva legal e ecoturismo, ambos passíveis de serem considerados uso indireto. Ainda, uma das opiniões reflete a impressão por parte do gestor de que a categoria foi escolhida como estratégia para o governo escapar do ônus da desapropriação. Tal consideração faz sentido, e foi abordada por um dos informantes-chave também, já que os recursos para a regularização fundiária são insuficientes, como já discutido previamente. Neste mesmo sentido, podemos inferir também que a criação de RVS pode ser teoricamente útil em termos quantitativos, pois se tratam de UCs de proteção integral, muitas vezes super valorizadas nas análises de expansão de medidas de conservação da biodiversidade.

Outros dois gestores demonstram a confusão entre as categorias RVS e ARIE também investigada nesta pesquisa. Para estes, a categoria somente é viável conforme as particularidades da área, se referindo especialmente ao tamanho e facilidade de controle, ou caso o objetivo seja proteger um recurso específico (espécie, grupo ou população).

Por último, existem os gestores que consideram a categoria uma prática forçada de desenvolvimento sustentável. Contudo, as atividades compatíveis com os objetivos dos RVS deveriam ser prévia e extensivamente pesquisadas e definidas já no decreto de criação. Além disso, pode-se perceber a consciência de uma incongruência entre o desenvolvimento

sustentável e o sistema capitalista, já que as restrições impostas geralmente reduzem as expectativas de ganhos crescentes dos proprietários. Além disso, um dos gestores enfatizou a necessidade de uma boa governança e participação dos moradores.

2.5. Assumindo novos ares

Num mundo em crescente complexidade, o olhar não deveria ficar fixo num tema central, único. À primeira vista, a categoria Refúgio de Vida Silvestre é um objeto deslocado, disfuncional, equivocado. Souza (2012) chega a propor ou a extinção da categoria ou o deslocamento da mesma para o grupo das UCs de uso sustentável. Como se buscou demonstrar durante esta pesquisa, nossas formações e concepções tendem a não permitir que enxerguemos a possibilidade da coexistência do objetivo de proteção integral de recursos naturais com a presença de atividades humanas produtivas. Soa-nos contraditório, exclusivo um ao outro.

No entanto, nesta pesquisa propõe-se uma reflexão sobre a possibilidade de se permitir olhar para outras direções. Olhar este que não foca somente em antagonismos dualistas, mas em termos de complementaridade sem negação dos conflitos (LIMA, 2005).

A crise ambiental pode ser interpretada como um reflexo dos limites da racionalidade instrumental, a qual pode ser definida como a racionalidade (sistema de crenças, valores, ações e padrões de produção) econômica e tecnológica que sustenta a sociedade capitalista moderna e, portanto, dominante (LEFF, 2010).

Baseado nas obras de Weber, Leff (2010) apresenta possíveis caminhos para analisar a problemática ambiental, e indica o conceito de racionalidade como de grande valia para tanto. Neste trabalho interessa, especialmente, o conceito de racionalidade substantiva, o qual emerge justamente da franca crítica de Weber às racionalidades hegemônicas. Estas racionalidades seriam as que coexistem junto às racionalidades instrumentais sem necessariamente se submeterem.

Nesse sentido, a proposta é permitir-se olhar de ‘canto de olho’ para a categoria Refúgio de Vida Silvestre. Não apenas ao que aparece como principal, a dicotomia gritante. Mas, a possibilidade de existirem racionalidades marginais, numa franca busca pela racionalidade ambiental de Leff, aquela racionalidade produtiva alternativa que pode se apresentar nos atores sociais envolvidos com um RVS.

Neste sentido, a categoria RVS pode sim assumir outros ares. Não existem garantias de que esse é o caminho, mas também, não necessariamente existe apenas um caminho

sempre. Num mundo de sociedades socioambientais complexas, as formas de apreender as mudanças devem evoluir de acordo. Embora esta categoria possa ter sido criada acidentalmente, é possível que ela não seja inviável. Esforços no sentido de diagnosticar a racionalidade produtiva de proprietários de terras inseridas em RVS, bem como adequadamente gerir, através das desapropriações previstas em lei, as terras onde essa racionalidade não é compatível com a UC podem se constituir primeiros passos para a efetividade dos RVS.

2.6. Considerações finais

Se atualmente, a crise ambiental que vivemos é acima de tudo uma crise do pensamento, civilizatória, a categoria RVS pode expressar a transição paradigmática que vivemos. Momento em que não é necessário definir entre “ou” e “ou”. Quando podemos incluir o “e”, mesmo entre elementos aparentemente antagônicos. A impossibilidade de se perceber o potencial desta categoria está arraigada à racionalidade instrumental vigente. O potencial ambiental de um ecossistema, e de sua utilização preservando certos atributos integralmente, é possível somente em práticas ligadas a racionalidades substantivas, mais especificamente, a uma racionalidade ambiental.

Existe um aparente consenso sobre a pertinência do SNUC, que em sua ampla gama de categorias de UCs atende objetivos de cunho preservacionista e socioambientalista, além de permitir certa flexibilidade como em categorias como os RVS. Esta variedade de categorias também seria representativa da diversidade socioambiental que um país megadiverso e de proporções continentais como o Brasil apresenta. Neste contexto, salientamos o potencial dos RVS, com sua pretensão a conformar um nicho de pontos de partida para o salto qualitativo em termos de desenvolvimento que vem sendo proposto como resposta à crise ambiental.

Quando nos referimos a Unidades de Conservação, é premente considerar que se busca a existência de territórios protegidos de forma permanente. A ecologização do pensamento impele a essa expansão do horizonte temporal necessária para a compreensão que a questão ambiental exige. O objetivo de se proteger espaços e seus atributos naturais atende às atuais gerações e às futuras. Assim, é de certa forma compreensível a dificuldade em aceitar e conviver com restrições e determinações fundadas em necessidades intangíveis, muitas vezes voltadas especialmente ao bem comum, e que são contrárias à racionalidade hegemônica. Entretanto, os acontecimentos recentes, bem como a cada vez maior consciência

da complexidade, gradualmente trarão sentido às ações empreendidas neste sentido nos dias atuais, é uma questão de tempo. A grande dificuldade atual está no fato de que o problema dos RVS não se trata apenas de concepção, é uma questão política. A gestão de Unidades de Conservação não está na agenda, e provavelmente, nunca esteve.

3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A TENSÃO DE RACIONALIDADES

Conforme verificado no capítulo anterior, inúmeras podem ser as implicações da criação de Unidades de Conservação como os Refúgios de Vida Silvestre. Contudo, dentro dos propósitos desta pesquisa serão analisadas, teoricamente, decorrências da criação de um Refúgio de Vida Silvestre sobre as pessoas cujas propriedades são abrangidas por uma UC de tal categoria. Esta análise se dará no âmbito específico das racionalidades e sob a ótica de teorias contemporâneas que abordam a problemática ambiental.

Para o senso comum, o que distingue os seres humanos dos demais animais é a razão, assim, o ser humano é um ser racional. De forma geral, Weber (1981) coloca que racionalizações existiram em todas as culturas, pois qualquer campo pode ser racionalizado segundo fins e valores últimos muito diferentes, de maneira que o processo de racionalização é próprio da evolução humana. Contudo, há de se reconhecer a peculiaridade específica da racionalidade da cultura ocidental.

A teoria do valor, presente nas formulações clássicas da economia política, de reformadores e de moralistas legitima a sociedade centrada no mercado, apoiando-se na premissa de que o trabalho é o critério mais sublime de valor. Assim, em uma sociedade centrada no mercado, “ocorre a perversão programada da emocionalidade humana, à medida que o indivíduo é educado para expressar mal ou precariamente seus sentimentos e emoções” (LIMA, 2000, p. 92).

Leff (2006) explica que a dicotomia entre a razão e as emoções aprofundou a disjunção originada pelo pensamento metafísico ocidental (religioso) entre o ser e o ente na compreensão do mundo. Ainda, é exatamente este “processo globalizante e totalitário de racionalização formal – cuja expressão mais acabada é a racionalidade científica e econômica – que conduziu à crise ambiental (p. 249)”.

Em certo momento evidencia-se que os problemas ambientais contemporâneos são fruto de atividades humanas e têm origem social, pautadas no sistema de pensamento dominante. Assim, são criados instrumentos - as unidades de conservação - para proteger a natureza da ação humana, numa espécie de autoconfrontação³ da própria essência da modernidade, e que, de qualquer forma, também são construções humanas, delimitadas e

³ O conceito de autoconfrontação provém da teoria da modernização reflexiva, no sentido de que ocorre uma transição autônoma, indesejada e despercebida da sociedade industrial para a sociedade de risco. Os efeitos colaterais latentes que, embora produzidos pelo dinamismo autônomo da modernização, não podem ser tratados e assimilados nos padrões institucionais (e velhas categorias) da sociedade industrial (GIDDENS, LASH e BECK, 2012).

governadas por humanos a partir de determinadas circunstâncias (GIDDENS, 1991; FLORIT, 1998; BECK, GIDDENS e LASH, 2012).

Neste contexto, este capítulo pretende explorar a possibilidade da existência de uma tensão de racionalidades imposta às pessoas cujas propriedades são abrangidas pela criação de Unidades de Conservação de proteção integral. Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções, a primeira visando contextualizar a discussão sobre racionalidades e os entendimentos apropriados para a discussão proposta, a segunda com o objetivo de demonstrar como uma tensão de racionalidades pode ser constituída pela criação de Unidades de Conservação de proteção integral, e a terceira buscando tecer inter-relações entre teorias contemporâneas que abordam a problemática ambiental e caminhos pelos quais se espera que essas pessoas trilhem para superar tal obstáculo.

3.1. Racionalidade Instrumental e Racionalidades Substantivas

Abordar o conceito de racionalidade e seus derivados torna-se difícil sem uma prévia discussão sobre a razão. Para Maturana (2009), dizer que a razão caracteriza o ser humano evidencia que vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, impedindo a percepção de que todo sistema racional tem um fundamento emocional, privilegiando o primeiro. Do ponto de vista biológico, “emoções são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação em que nos movemos (p. 15)”. Nesta perspectiva, todo sistema racional opera com premissas previamente aceitas, a partir de certa emoção.

Segundo Lima (2005), numa mesma via de relação emoções/razão, a compreensão clássica associa a razão ao domínio das paixões, de forma que a razão emerge como um ‘freio’ para as primeiras, portanto, ligada ao indivíduo. E esta razão seria hierarquicamente superior às paixões, pois as domina.

De forma geral, Weber (1981) coloca que racionalizações existiram em todas as culturas, pois qualquer campo pode ser racionalizado segundo fins e valores últimos muito diferentes, de maneira que o processo de racionalização é próprio da evolução humana. Contudo, há de se reconhecer a peculiaridade específica da racionalidade da cultura ocidental.

O mesmo autor define tipos ideais distintos de racionalidades: a racionalidade instrumental é a ação social racional com relação a fins, fundamentada no cálculo e na avaliação do custo/benefício, ou seja, referencia-se no grau da acurácia orientada para a obtenção de fins. Na sociedade capitalista, ela torna-se hegemônica e confunde-se com a

racionalidade econômica, pois o procedimento econômico (necessidade a ser atendida com escassez de meios) configura o modelo típico de ação racional.

Já a racionalidade substantiva manifesta-se por valores que a inspira, é a ação social racional em relação a valores. Apresenta elevado conteúdo ético e é orientada por um critério transcendente, ou seja, não é guiada pela consideração dos efeitos que poderão advir de sua conduta. As ações sociais apresentariam quatro tipos: ação racional com relação a fins (instrumental), ação racional com relação a valores, ação tradicional e ação afetiva.

Neste contexto, a racionalidade social pode ser definida como o “sistema de regras de pensamento e ação que se estabelecem dentro de esferas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando determinadas ações (LEFF, 2006, p. 243)”.

Lima (2005), citando Guerreiro Ramos, sociólogo expoente na teoria das organizações, ressalta que para este, “um dos problemas da teoria social moderna é aceitar a racionalidade como atributo intrínseco aos processos históricos e sociais (p. 91)”, deslocando a razão para fora do indivíduo, para a esfera da sociedade. Ou seja, os autores modernos passam a conceber leis racionais para o governo da natureza e da sociedade, apresentando como um dos exemplos a ideia da ‘mão invisível’ atribuída a Adam Smith, a qual seria resultante do movimento intelectual que realiza o deslocamento da razão do indivíduo para a sociedade. Neste ínterim, configura-se o início da distinção própria da modernidade entre racionalidades instrumental e substantiva. “A razão, na modernidade, associa-se aos movimentos de ‘fuga à incerteza’, aos movimentos de exclusão dos espaços de criação ou renovação da substantividade” (LIMA, 2000, p. 91).

A teoria do valor, presente nas formulações clássicas da economia política, de reformadores e de moralistas legitima a sociedade centrada no mercado, apoiando-se na premissa de que o trabalho é o critério mais sublime de valor. Assim, em uma sociedade centrada no mercado, “ocorre a perversão programada da emocionalidade humana, à medida que o indivíduo é educado para expressar mal ou precariamente seus sentimentos e emoções” (LIMA, 2000, p. 92), pois a substantividade é contrária e ameaça a lógica excludente e de acumulação que sustenta o capitalismo.

Segundo Leff (2006), levando em conta que a racionalidade instrumental concentra-se na consecução metódica de determinado objetivo prático por meio de um cálculo preciso de meios eficazes, a racionalidade econômica é o protótipo da racionalidade moderna, fundada em um cálculo em capital à qual se subordina a racionalidade instrumental. Na esfera econômica resulta no uso de técnicas eficientes de produção e de controle da natureza, e na

racionalidade do comportamento social para alcançar determinados objetivos econômicos e políticos.

O mesmo autor explica que a dicotomia entre a razão e as emoções aprofundou a disjunção originada pelo pensamento metafísico ocidental (religioso) entre o ser e o ente na compreensão do mundo. Ainda, é exatamente este “processo globalizante e totalitário de racionalização formal – cuja expressão mais acabada é a racionalidade científica e econômica – que conduziu à crise ambiental (p. 249)”.

Entretanto, como adequadamente Lima (2005, p. 93) coloca, “nem tudo está perdido”. Inicialmente, destaca-se que a racionalidade – especialmente a substantiva - é atributo dos sujeitos, relacionada à psique, embora deva ser considerada sob parâmetros que possibilitem a boa convivência social. Em segundo lugar, Serva (1996) recorda que não existe uma exclusividade de um só tipo de racionalidade nas ações dos indivíduos, mas sim a convivência de ambas as racionalidades podem estar presentes em todas as áreas de decisão dos mesmos.

Numa exploração mais profunda, para Serva (1996), fundamentado nas obras de Guerreiro Ramos e Habermas, a ação racional substantiva é orientada para duas dimensões: uma individual, referindo-se à autorrealização (concretização de potencialidades e satisfação), e uma grupal, referindo-se ao entendimento em relação à responsabilidade e satisfação sociais. Alguns elementos constitutivos da racionalidade substantiva seriam o julgamento ético, a autenticidade, os valores emancipatórios, a autonomia. Portanto, em contraponto à tendência à totalidade e homogeneidade, a racionalidade substantiva acolhe a diversidade cultural, a pluralidade de emoções, a diferença, a própria resistência à hegemonia (LEFF, 2006).

Neste ponto é possível estabelecer uma relação com a “dupla hermenêutica” de Giddens (1991), para o qual as ações dos seres humanos em condições de modernidade e o conhecimento sociológico são “parasíticos” um do outro (p. 24), num movimento de reflexividade, influenciando-se constantemente Conforme Tavolaro (2007), o conhecimento dos agentes a partir de sua vivência e história é fundamental para a “realidade social”, na mesma medida, as implicações interpretativas da produção científica, dos sistemas peritos, também o são. Ou seja, a racionalidade se forja sempre na relação sujeito/natureza, sujeito/social. Apesar da substantividade da razão, entendida em sua base emocional, constituir um atributo do sujeito (comportando toda a singularidade individual), a racionalidade de forma ampla é produto das inter-relações com a estrutura (ação-estrutura), num processo complexo e constante de desconstrução/construção.

A despeito da hegemonia da racionalidade instrumental, algumas importantes contribuições vêm sendo realizadas na abordagem das racionalidades substantivas. De acordo com Fernandes e Ponchirolli (2011), Habermas crê que as teorias das ciências experimentais modernas não poderiam mais ser ancoradas em pressupostos fundamentalistas e que é necessário levar em consideração todas as formas de orientação simbólica da ação, já que se baseiam nos mundos da vida, na prática cotidiana.

No campo da administração, Guerreiro Ramos, inspirado na Escola de Frankfurt, resgata o conceito de racionalidade aristotélica e de ação racional em relação a valores de Weber para propor o conceito de racionalidade substantiva. O objetivo é resgatar uma dimensão que abarque a reflexão crítica e julgamento ético e político que foi sucumbida pelo processo formalizante da economia de mercado e da racionalidade instrumental (FERNANDES e PONCHIROLLI, 2011).

Já na obra de Enrique Leff, podemos observar uma constante que se refere justamente à busca por uma racionalidade alternativa à hegemônica, denominada por ele racionalidade ambiental. Tal racionalidade surge da crítica à racionalidade da modernidade (instrumental, técnico-científica, orientada pelos princípios de lucratividade, eficiência e produtividade imediatas). Segundo Fernandes e Ponchirolli (2011, p. 606), “Leff, por sua vez, propõe o conceito de racionalidade ambiental como uma forma de incluir esse aspecto nas análises da ação social produtiva, alinhado ao pensamento complexo e à epistemologia ambiental”. De forma superficial, a racionalidade ambiental de Leff se pauta mais em seus valores (pluralidade étnica, racionalidades culturais, economias autogestionárias não cumulativas, diálogo de saberes) que em seus meios instrumentais.

3.2. Tensão de racionalidades?

As Unidades de Conservação (UC), conceituadas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Nº 9.985/2000) são territórios, geridos de forma diferenciada, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental, o contato harmônico com a natureza, o lazer e a pesquisa científica.

Cabe aqui uma breve digressão sobre a relação homem/natureza imbricada no conceito de UC. Conforme Florit (1998), o esforço empreendido pelas ciências sociais para se firmarem como disciplina implicou na “taxativa afirmação de que os processos que envolvem

seres humanos são históricos e não naturais. *Os fenômenos sociais não são naturais é o axioma fundador do mainstream do pensamento sociológico sistemático (p. 63)*”.

Uma das principais consequências desse pensamento se reflete na dificuldade da ciência moderna pensar a relação homem/natureza (também socialmente construída), precipitando-se sempre para uma dicotomia. Contudo, os problemas ambientais contemporâneos são fruto de atividades humanas e têm origem social. E as próprias unidades de conservação, instrumentos criados para proteger a natureza da ação humana – numa espécie de autoconfrontação⁴ da própria essência da modernidade –, são construções humanas, delimitadas e governadas por humanos (FLORIT, 1998).

Conforme introduzido no capítulo anterior, as discussões iniciais sobre a criação de áreas protegidas no Brasil ocorrem ainda no século XIX de forma incipiente, mas a concretização de experiências foi tardia, além de inspirarem-se nos casos norte-americanos e europeus, voltados para a proteção de recursos renováveis com importância econômica.

No início do século XX chegaram a ser decretados dois Parques Nacionais no atual Estado do Acre, entretanto, a República brasileira recém-estabelecida, ainda dominada pelas elites rurais, não apresentava condições institucionais ou mesmo legais para manter tal projeto de criação de áreas com regimes especiais de proteção em função dos seus recursos naturais (MEDEIROS, 2006). Atualmente, pouco resta de um deles no interior da Estação Ecológica do Rio do Acre (COSTA, 2003 *apud* MEDEIROS, 2006). Assim, somente no ano de 1937 foi criada a primeira Unidade de Conservação do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia.

Toda a inspiração inicial rumo à criação de UCs até meados dos anos 1980 estava centrada na separação homem/natureza, numa clara ótica preservacionista. De acordo com Diegues (1995), o modelo importado a partir de uma situação histórico-social específica dos Estados Unidos, onde ocorria uma ocupação desordenada do território com intensa urbanização decorrente da rápida expansão capitalista, considerava o ser humano inerentemente destruidor da natureza.

Desta forma, os parques eram criados como ilhas, longe das cidades, santuários para deleite das pessoas que sofriam os desgastes da vida moderna. Assomando a este esclarecimento, segundo Hannigan (1995), as ações no início do movimento conservacionista dos Estados Unidos partiam de um grupo de elite da costa Leste que utilizava uma rede de antigas amizades para garantir financiamentos e ação política.

⁴ Ver p. 1.

Teoricamente, a discussão acerca de conceitos de unidades de conservação parece ter evoluído substancialmente, a partir da inclusão de uma visão mais socioambiental, plasmada no próprio SNUC. Contudo, um tema permanece polêmico e causa de infindáveis discussões: a presença humana em unidades de conservação. O papel das populações tradicionais no êxito dessas áreas protegidas, desde que garantida ampla participação na gestão, parece estar bem estabelecido (DIEGUES, 1995).

Todavia, existem categorias de UCs de proteção integral (preservacionistas) que não implicam necessariamente na desapropriação das terras, desde que haja compatibilidade entre o uso das propriedades privadas e os objetivos da Unidade, como os Refúgios de Vida Silvestre e os Monumentos Naturais. Tais UCs podem afetar todas as classes de produtores rurais, da agricultura familiar aos latifundiários. Isso sem entrarmos no imbróglio de que a maior parte das terras localizadas no interior de UCs não está regularizada, portanto, sem indenização ou reassentamento, os proprietários permanecem tocando suas vidas e seus modos de produção no interior de Parques, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, entre outras.

Uma instigante questão se coloca quando se forja um encontro (ou confronto?) de racionalidades como o estabelecido nos sujeitos cujas propriedades são abrangidas pela criação de uma unidade de conservação de proteção integral. Estas unidades forçam a (re) incorporação da relação sociedade/natureza na prática, e as dificuldades se revelam gigantescas à medida que a racionalidade dominante tanto fez pela disjunção, ao ponto de serem necessárias áreas naturais protegidas dos seres humanos. É um paradoxo formidável.

Segundo Leff (2010, p. 206), a “política ambiental é convivência no dissenso”. O discurso ambientalista – onde se situam também as políticas de proteção de áreas naturais -, pontuando a heterogeneidade do mesmo, se mostra contrário aos interesses estabelecidos pela ideologia hegemônica, ou seja, se contrapõe aos princípios da racionalidade econômica e instrumental.

Como previamente discutido na seção anterior, a racionalidade é atributo do sujeito. Conforme Serva (1996), não existe a ocorrência exclusiva de um só tipo de racionalidade nas ações dos indivíduos, mas sim a presença tanto de elementos da racionalidade instrumental, quanto de racionalidades substantivas, em todas as áreas de decisão dos mesmos. Estas últimas seriam racionalidades que coexistem junto às racionalidades instrumentais sem necessariamente se submeterem, ou seja, configurariam alternativas à racionalidade instrumental. O mesmo autor argumenta que os comportamentos das pessoas “não são retilíneos, as ações desenrolam-se por meio de avanços e retrocessos nas direções substantiva e instrumental, gerando contradições, estabelecendo contrapontos (p. 349)”.

É factível supor, desta forma, que os sujeitos ‘atingidos’ por UCs se deparam com uma disputa de racionalidades. A pressão externa dos preceitos da racionalidade econômica, dominante, é inegável. Uma condição básica para a existência de compatibilidade entre proprietários e UC é a disposição dos proprietários em aceitar as normas sobre seus modos de produção e exploração dos ecossistemas advindas da criação e gestão da UC, o que muitas vezes pode se sobrepor ou mesmo limitar expectativas de ganhos econômicos crescentes dos proprietários. Está criada a tensão.

3.3. O que se espera das pessoas afetadas por Unidades de Conservação?

Diante da constatação da tensão de racionalidades impostas aos sujeitos afetados pela criação de Unidades de Conservação é premente a reflexão sobre quais parecem ser os caminhos que a sociedade contemporânea global espera que essas pessoas sigam para superar tal obstáculo.

Segundo Tourraine (1994), o primeiro passo para se discutir a modernidade é assumir que “o mundo atual aceita, escolhe a ideia de modernidade (p. 215)”. Portanto, é evidente que a modernidade racionalista triunfou e, sobretudo, rejeitando ou combatendo todas as formas de resistência à razão (instrumental, conforme Weber, 2009). De forma geral, a modernidade é tida como a antitradição, a derrota dos costumes e crenças, a universalização, homogeneização, a vitória do racional sobre o natural, contudo, obviamente existem continuidades entre o tradicional e o moderno.

Com o advento da modernidade, nossa representação do mundo passa paulatinamente a ser mediada pelos “sistemas peritos” relacionados ao industrialismo, conforme Giddens (1991, p. 35), que são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam áreas tanto de ambientes materiais e sociais em que vivemos”. Ou seja, ocorre um enfraquecimento da tradição como uma mediadora cognitiva e moral da relação entre seres humanos e natureza, a partir de uma incorporação cada vez maior de conhecimentos técnico-científicos socialmente construídos.

Contudo, Tourraine (1994) recorda que Weber há mais de um século já anunciava que o ‘desencantamento do mundo’ não se resume apenas ao triunfo da razão, pois seria “a explosão desta correspondência entre um sujeito divino e uma ordem natural, e, portanto, a separação entre a ordem do conhecimento objetivo e a ordem do sujeito (p. 217).”

Levando em conta as reflexões da seção anterior, em que se conclui que a racionalidade é atributo do sujeito (em interação com a estrutura), a partir da ciência formal

dominante, as pessoas teriam sido completamente envolvidas e convencidas pela racionalidade dominante (instrumental, econômica), e, portanto, para Tourraine (1994) não passariam do status de sujeitadas.

Todavia, como anteriormente exposto, os sujeitos potencialmente apresentam elementos tanto da racionalidade dominante, quanto de racionalidades substantivas. Nesse sentido, Tourraine (1994) alerta que a modernidade geralmente identificada com o triunfo da racionalidade instrumental, tornado possível pela ciência e técnica, apresenta outra face, normalmente negligenciada: a produção do sujeito humano como liberdade e criatividade, a este processo o autor denomina subjetivação (em paralelo à racionalização). Portanto, a subjetivação em Tourraine também leva em conta as racionalidades substantivas dos sujeitos.

Neste diálogo entre racionalização e subjetivação reside o “drama da nossa modernidade” (TOURRAINE, 1994, p. 219), pois ali se encerra uma luta constante em nome da razão. Entretanto, o autor salienta que a modernidade existe exatamente na interação entre sujeito e razão, consciência e ciência, por mais que se insista na necessidade do sufocamento dos sentimentos e da imaginação, das diferenças. Desta forma, podemos novamente localizar a situação experienciada por pessoas, em geral produtores rurais, cujas vidas são afetadas pela criação de Unidades de Conservação de proteção integral.

De acordo com Giddens (GIDDENS, LASH e BECK, 2012, p. 142) “a modernidade destrói a tradição”. Para o autor, a sociedade pós-tradicional é a primeira sociedade global, de forma que é inevitável o contato de tradições preexistentes com modos de vida alternativos, e, por conseguinte, o “outro” não pode mais ser considerado inerte. Giddens, Lash e Beck (2012) trabalham na perspectiva da modernidade reflexiva, na qual as próprias certezas da sociedade industrial, bem como a ilusão de controle engendrada pelos avanços desta sociedade paradoxalmente geram riscos imprevisíveis durante o próprio processo de radicalização da modernidade.

Neste contexto, como bem expressa Beck (GIDDENS, LASH e BECK, 2012), as velhas categorias não parecem mais ser suficientemente adequadas para dar respostas aos novos problemas. No estágio de modernização em que nos encontramos, o “reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a autorreflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da ‘racionalidade’.” (*Idem*, p. 22). Ainda, segundo o autor, esta racionalidade dominante permanece cega à crise ecológica e seus efeitos globais.

A partir dos anos de 1970 com o aumento significativo da discussão sobre a problemática ambiental, diversos esforços foram convergindo para a afirmação da temática,

especialmente, no âmbito das ciências sociais. Contudo, os trabalhos iniciais focavam especialmente na degradação e nos impactos gerados pela sociedade industrial (BUTTEL, 2000). Conforme Farinaci, Ferreira e Batistella (2013), a partir da publicação do Relatório Brundtland em 1987 (que lançou oficialmente o conceito mais aceito de desenvolvimento sustentável), passou a emergir uma tendência à discussão da importância da melhoria ambiental para a abordagem da mudança social.

Dentro deste contexto surgem as teses da modernização ecológica, a partir do contexto da modernidade reflexiva. Vale salientar que tanto as contribuições da modernidade reflexiva, quanto as da modernização ecológica são provenientes dos processos de reformas ambientais que vêm ocorrendo nas sociedades industrializadas, mais especificamente no norte Europeu (MOL, 2000).

De acordo com Milanez (2009), apesar da inexistência de uma ‘teoria geral’ que defina a modernização ecológica, esta “defende que o desenvolvimento tecnológico baseado em preceitos ecológicos seria o principal caminho para se solucionar problemas ambientais (p. 78).” Coerente com as ideias de sociedade sustentável e com a economia de baixo carbono, indica a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e qualidade ambiental, desde que ocorra uma reforma geral fundamentada em critérios de racionalidade ecológica (MILANEZ, 2009 *apud* MOL, 1995).

Alguns pressupostos da modernização ecológica seriam, além da confiança no desenvolvimento científico e tecnológico, a aposta na prevenção dos problemas ambientais, a crença na compatibilidade entre objetivos econômicos e ambientais e a participação social na tomada de decisões (MILANEZ, 2009).

Coerente com a pretensão da modernização ecológica em tornar-se modelo para todos os países, mesmo considerando as diferenças circunstanciais, culturais e econômicas, MOL (2000) destaca que a modernização ecológica torna o meio ambiente um poderoso novo recurso para países em desenvolvimento na economia e política mundiais, e não apenas em termos de recursos não-renováveis, mas também em termos de proteção da camada de ozônio e dos ecossistemas nativos.

Diante deste amplo contexto, pode-se inferir que um dos caminhos que se considera possível e promissor para as pessoas afetadas por UCs reside nos instrumentos econômicos de valorização ambiental no sentido incentivador, não punidor, bem como dos instrumentos de agregação de valor aos produtos ‘ecológicos’, como podem ser denominados os produzidos no interior de UCs. Ou seja, de acordo com um ideário científico mais abrangente, estão dadas as oportunidades para que se obtenham ganhos (inclusive financeiros) com a proteção dos

ecossistemas. Entretanto, esse movimento depende de uma ‘ecologização’ da racionalidade, no sentido de que a sociedade de risco necessariamente passaria a valorizar a proteção e a qualidade ambiental.

Por fim, Enrique Leff (2006) vai além da “ecologização” da racionalidade dominante ao propor o conceito de racionalidade ambiental. Para o autor, a problemática ambiental e seus efeitos negativos (por que não dizer riscos?) foram adquirindo uma importância crítica para o processo de crescimento cumulativo e expansivo do capital. Assim, parte-se para a internalização das externalidades ambientais “refuncionalizando a racionalidade econômica e seus paradigmas de conhecimento reorientados para os objetivos de sustentabilidade (p. 252)”. Em contraponto, no conceito de Leff prevalece um valor de adaptação e convivência sobre a vontade de domínio da natureza, base da racionalidade moderna. Portanto, o destaque nesta proposta se encontra na abertura cultural e para a diferença, enquanto nas outras propostas a racionalidade ecológica funde-se com a racionalidade econômica que confronta as racionalidades culturais locais.

Desta forma, o processo de “transição para a sustentabilidade se caracteriza pela oposição de interesses e perspectivas de ambas as racionalidades [instrumental e ambiental], por suas estratégias de dominação e por suas táticas de negociação” (LEFF, 2006, p. 262). A construção da racionalidade ambiental implica num conjunto de processos políticos e sociais que expressam a confrontação de duas lógicas opostas. É em nível local que o processo toma forma e forja uma nova racionalidade produtiva que “orienta a co-evolução ecológico-cultural através de estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais” (LEFF, 2006, p. 264). Desta forma, a contraposição entre racionalidade econômica e ambiental se manifesta na maneira em que as motivações individuais, as normas culturais e as instituições interiorizam diferentes formas de valorização da natureza a partir de diferentes racionalidades culturais, colocando aí a relevância do respeito à pluralidade e aos saberes locais.

3.4. Considerações Finais

A despeito do consenso geral nas ciências de que a racionalidade instrumental é a racionalidade dominante, muito por força da própria ciência e do desenvolvimento do industrialismo e capitalismo, algumas contribuições importantes são empreendidas no âmbito das racionalidades substantivas. De forma geral, a hegemonia da racionalidade instrumental convive com as formas substantivas de se pensar e decidir, ademais, a substantividade, as

emoções são a base da razão, portanto, impossível de serem totalmente apagadas. Daí a relevância de se discutirem tais questões.

No decorrer da história da sociedade humana foi sendo afirmada a dicotomia sujeito/objeto, razão/emoção, homem/natureza, e assim a racionalidade social foi forjada de forma que a sociedade se entendesse destacada ou, mais ainda, superior à natureza, considerada objeto a disposição do homem racional. O social passou a não ser mais considerado natural. Esse mesmo movimento levou a um desejo de dominação e controle sobre a natureza no sentido de que todas as formas de vida na terra existem para servir o ser humano. E assim os recursos naturais vêm sendo paulatinamente explorados até a exaustão. Contudo, tal convicção e ação levaram a uma autoconfrontação na contemporaneidade, a partir da qual efeitos inesperados das ações humanas retornam em forma de riscos imprevisíveis. A necessidade de se criarem instrumentos para proteger a natureza da ação humana, como as Unidades de Conservação, é um exemplo dessa autoconfrontação.

Todavia, por vezes as UCs são criadas com o objetivo de conciliar produção (forçadamente em bases sustentáveis, com restrições, portanto) com preservação. Desta forma, propriedades privadas e comunidades são abrangidas pelo estabelecimento de áreas protegidas. Neste caso, pode-se dizer que a essas pessoas é imposta uma tensão de racionalidades, já que sofrem a pressão externa dos preceitos da racionalidade econômica-dominante, enquanto precisam aceitar encontrar satisfações não econômicas ou não hegemônicas, pois as restrições às atividades podem se sobrepor ou mesmo limitar expectativas de ganhos econômicos crescentes dos proprietários.

Finalmente, espera-se que essas pessoas que se deparam com essa tensão de racionalidades adotem posturas e tenham atitudes que as permitam superar os obstáculos encontrados. A forma de tal superação pode ser visualizada a partir do ideário da modernização ecológica, no sentido de que preconiza a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e qualidade ambiental. Espera-se que as pessoas ‘atingidas’ por UCs e seus representantes não percam a oportunidade de tirar vantagem do poderoso novo recurso dos países em desenvolvimento na economia e política mundiais, recurso este que inclui a proteção da biodiversidade.

Contudo, existem alternativas ainda mais ousadas, que questionam inclusive a perpetuação da dominação através da ‘ecologização’ da racionalidade, o que ocorreria com a modernização ecológica. Esta outra forma de ver essa tensão de racionalidades privilegia exatamente a pluralidade, os saberes locais, a importância da co-evolução ecológico-cultural dos lugares. Entretanto, percebe-se que as alternativas visualizadas partem do princípio do

sujeito ativo, do sujeito-ator, agenciador e capaz de tomar decisões e ocasionar mudanças que possibilitem sua autorrealização e a de seus afins.

4. A REGIÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS

As áreas legalmente protegidas, incluindo Unidades de Conservação, são globalmente aceitas como a principal estratégia adotada mundialmente para proteção da biodiversidade (JENKINS e JOPPA, 2009; UNEP-WCMC, 2008). Entretanto, o processo de criação de uma UC é geralmente conflituoso, principalmente porque, se estiver enquadrada no tipo de proteção integral, envolve a desapropriação de terras privadas sob a justificativa da tutela de um bem comum, com o objetivo especial de cumprir sua função social.

Todavia, existem categorias de UCs de proteção integral que não implicam necessariamente na desapropriação das terras, desde que haja compatibilidade entre o uso das propriedades privadas e os objetivos da Unidade, como os Refúgios de Vida Silvestre e os Monumentos Naturais. Tais UCs podem afetar todas as classes de produtores rurais, da agricultura familiar aos latifundiários, e impõem determinadas restrições aos sistemas de produção adotados e/ou técnicas e cultivares.

E este é o caso do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, criado em 2006 por Decreto Presidencial e que tem por objetivo proteger ambientes naturais necessários à existência ou reprodução da flora e fauna residente ou migratória, especialmente os remanescentes de estepe gramíneo-lenhosa (campos nativos) de floresta ombrófila mista (mata com araucárias), as áreas de campos úmidos e várzeas.

O RVS-CP abrange cerca de 35 estabelecimentos – de médio e grande porte -, cujos principais sistemas de produção são: pecuária extensiva, plantio de grãos, silvicultura, extração de erva-mate, entre outras. Como geralmente ocorre, o processo de criação do RVS-CP foi conturbado, a assunção da gestão da área pelo Estado foi lenta, e até hoje são frequentes os conflitos em função das restrições ao uso da terra dentro da UC, o que, segundo os proprietários, os impedem de obter o desenvolvimento e crescimento econômico observado nos estabelecimentos não atingidos pela Unidade.

Diante deste contexto, o capítulo pretende resgatar, numa perspectiva histórica, a evolução dos sistemas de produção da região do RVS-CP, bem como caracterizá-los e localizá-los no contexto da criação da Unidade de Conservação. Ressalte-se que o RVS-CP pretende, como principal objetivo, preservar os remanescentes dos campos nativos, mantendo o uso tradicional da terra por meio da pecuária, ou seja, compatibilizar produção e preservação.

Para tanto, na primeira seção é apresentado um breve histórico da região dos Campos de Palmas visando contextualizar o assunto, enquanto na segunda seção é realizada uma caracterização dos sistemas de produção da região mais específica do RVS-CP através de uma etapa inicial da metodologia ADSA – Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários -, denominada aqui “reconstituição histórica dos sistemas agrários”.

Já na terceira seção é apresentado um diagnóstico socioeconômico preliminar dos três municípios afetados pelo RVS-CP, Palmas e General Carneiro no Paraná e Água Doce em Santa Catarina, com ênfase no município de Palmas, que abriga mais de 90% da área da UC em seu território e em seguida são tecidas algumas considerações finais.

4.1. Histórico da Região dos Campos de Palmas

Nesta primeira seção pretendeu-se contextualizar a região dos Campos de Palmas, cuja porção veio a se tornar o RVS-CP no ano de 2006. Para tanto foi realizada uma breve retrospectiva histórica com o objetivo de situar os leitores em relação aos aspectos ambientais, culturais e econômicos da região.

Em termos ambientais, de acordo com Behling *et al.* (2009), dados paleoecológicos e registros palinológicos indicam que as áreas de campo altamente biodiversas são naturais, remanescentes de uma extensa área adaptada ao clima frio e seco do Holoceno Inferior e Médio. Esses resultados também mostram que as áreas de campo foram reduzidas por meio da expansão da Floresta com Araucária, aceleradamente por volta de 1400 anos atrás no Paraná, devido a alterações climáticas para condições mais úmidas.

Os registros de partículas de carvão mostram que o fogo natural provocado por raios era raro nos campos sulinos, contudo, o aumento na frequência de fogo deve-se provavelmente às primeiras ocupações dos campos por indígenas, há cerca de 7400 anos.

Contudo, os autores defendem que tanto o uso do fogo quanto o pastoreio possuem papel ativo no processo de manutenção dos campos, entretanto, os efeitos negativos do uso do fogo como seleção de espécies, degradação do solo, poluição do ar seriam desvantajosos. Ou seja, para os pesquisadores, “os grandes mamíferos que viviam nos campos no sul do Brasil até o início do Holoceno poderiam ter tido um papel importante na manutenção da alta diversidade da vegetação de campo, similar ao gado nos tempos modernos” (idem, p. 24).

Conforme Martins (2009), à época de sua ocupação (meados do século XIX), os Campos de Palmas eram imensos com fronteiras pouco definidas, chegando até a Argentina, abrangendo parte do Rio Grande do Sul e avançando até União da Vitória e Guarapuava,

ocupando mais de 40 mil km² de área. Naquela época, o atual Estado do Paraná pertencia à Província de São Paulo e o oeste brasileiro era ocupado apenas por indígenas. Segundo Straube (2013), a região dos campos de Palmas àquela época denominava-se Butiatuba, em referência à quantidade expressiva de butiazeiros (palmeira do gênero *Butia*) espalhados pelos campos. E assim teria sido originado o nome da região.

Contudo não há consenso sobre a origem do nome da região, já que Ribas (2008), por exemplo, atribui o nome de Palmas à homenagem prestada pelo oficial Athanagildo Pinto Martins ao Conde de Palma durante sua excursão de Guarapuava para o sul em busca de uma saída para as missões, a qual originou o traçado do caminho das tropas de mula vindas da fronteira rumo à feira de Sorocaba. Ribas (informação verbal⁵, 2013) define a região dos Campos de Palmas como aquela que se encontra entre o Rio do Peixe e o Rio Iguçu.

Após a já consolidada transformação dos campos de Guarapuava em fazendas de criação de gado (chamada Revolução Pastoril por RIBAS, 2008, p. 27) e da necessidade de mais terras, de incursões dos bandeirantes paulistas ao oeste em busca de ouro e de escravos indígenas, e de algumas expedições de ocupação fracassadas, em 1839 ocorre a ocupação definitiva dos Campos de Palmas, a partir de duas expedições, de Pedro Siqueira Cortes e José Ferreira dos Santos. Em 1842, o primeiro expedicionário traçou uma picada praticamente reta de Palmas a Palmeira/PR, fixando o caminho das missões e fortalecendo o longo ciclo dos tropeiros (RIBAS, 2008; RIBAS, informação verbal, 2013). Assim, “o tropeiro foi o sucessor do bandeirante e o precursor do grande fazendeiro” (RIBAS, 2008, p. 18).

Em entrevista cedida por Ribas (2013), o historiador relata que o fato do caminho das tropas passar pelos Campos de Palmas levou a utilização desses campos para invernadas. Assim, “essa região do Refúgio [RVS-CP], principalmente a região da [Fazenda] São Cristóvão foi utilizada durante algum tempo como invernada para tropas. E os fazendeiros cobravam aluguel das tropas.”

Segundo Wachowicz (2001) citado por Martins (2009, p. 10), existiram basicamente duas razões para a ocupação dos Campos de Palmas. Primeiramente, as fronteiras internacionais eram vagas e se os brasileiros não ocupassem os campos, os argentinos o fariam. Em segundo lugar, a população de Guarapuava temia a tomada dos campos por parte dos paulistas protegidos pelo governo provincial.

⁵ Entrevista concedida por RIBAS, Joaquim O. Historiador e pecuarista no interior do RVS-CP [Ago. 2013]. Entrevistadora: Marcia C. Strapazzon. Palmas, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

Todo este processo se desenrolou através de disputas violentas com os indígenas da região, descendentes dos guaianás (denominação de todos os grupos não guaranis) e que se estabeleceram por volta de 1646 na região dos Campos de Palmas, designados nação caingangue, a partir de 1882, por Telêmaco Borba. Estes primeiros moradores da região dos Campos de Palmas eram caçadores-coletores, tendo o mel de mirim como importante componente da dieta, além de frutos como o pinhão e a guavirova e da caça (RIBAS, 2008).

Um pouco da hostilidade e do pânico dos indígenas em relação aos invasores deveu-se às reduções do Guairá, quando bandeirantes paulistas trucidaram barbaramente os indígenas que viviam sob a proteção dos padres jesuítas e dividiram a nação, tendo parte dos cainganges permanecido nos Campos de Palmas após o evento. Entretanto, toda a relação indígena-expedicionário/fazendeiro foi carregada de violência e resistência por parte dos nativos, que ao final foram parcialmente vencidos e/ou cooptados pelos fazendeiros (RIBAS, 2008).

Conforme Martins (2009), a posse dos Campos de Palmas, ao contrário do ocorrido com os Campos de Guarapuava, foi de iniciativa privada, ou seja, não houve divisão de sesmaria ou cessão de títulos de propriedade. Ribas (2008) esclarece que em março de 1839 foram elaborados os Estatutos e Regulamentos da “Sociedade Particular dos Primeiros Povoadores Palmenses”, documento que estabelecia direitos e deveres do grupo posseiro em relação à viabilização da ocupação, grupo este composto por pouco mais de 30 homens e suas famílias.

Assim, as terras foram divididas em 37 enormes fazendas. Logo em seguida à ocupação dos campos de Palmas foi publicada a Lei da Terra, de 1850, que estabeleceu a necessidade de registro das propriedades, selando o destino das terras dos Campos de Palmas. De acordo com Ribas (2013, informação verbal), as propriedades foram distribuídas em poucas famílias, Araújo, Marcondes, Ribas, Pimpão, Guimarães, Pacheco, entre outras, em Palmas de cima (atual zona urbana do município de Palmas/PR; e na área chamada de Palmas de baixo, margem esquerda do Rio Caldeiras, ficaram as famílias Fonseca, Siqueira, Ferreira, entre outras.

4.2. Caracterização dos sistemas de produção na região do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas

Esta seção foi elaborada a partir de uma pesquisa exploratória inspirada na etapa de “reconstituição histórica dos sistemas agrários” da metodologia “Análise-Diagnóstico de

Sistemas Agrários” (ADSA), desenvolvida por Marc Dufumier e Marcel Mazoyer do Departamento de Agricultura Comparada do Instituto Nacional Agrônômico Paris-Grignon (INA-PG) (INCRA/FAO, 1999).

Para caracterizar a evolução histórica dos sistemas de produção, além de levantamento bibliográfico da história regional, de dados secundários e da análise dos documentos, foram realizadas entrevistas abertas semi-estruturadas nos dias 13/08/2013 e 25/11/2013, registradas com auxílio de gravador de áudio, com dois informantes-chave, cujo objetivo foi identificar cronologicamente os fatos ecológicos, técnicos e sociais da história agrária e estabelecer relações entre os mesmos.

Nesta perspectiva, conceitualmente, as unidades de produção (estabelecimentos agropecuários) são vistas como sistemas abertos (trocam tanto matéria quanto energia com seu meio ambiente), na forma de modelos artificiais criados a partir da observação para representar uma organização concreta. Alguns elementos que constituem as unidades de produção são os insumos; produtos, subprodutos, serviços; e os meios de produção (glebas, animais, instalações, maquinário, força de trabalho, moeda) (LIMA *et al.*, 1995). Elementos estes que são estruturados e cujos fluxos são controlados pelos agentes dos sistemas (proprietários/arrendatários/gestores das fazendas).

Ao se considerar como nível de análise as unidades de produção, o elemento de síntese torna-se o sistema de produção. Para Dufumier (1996), sistema de produção é uma combinação coerente (tanto no tempo como no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais, bem como a combinação dos diversos subsistemas produtivos: sistemas de culturas agrícolas, sistemas de criação de animais, sistemas de processamento dos produtos agrícolas, além de atividades complementares (extrativismo, prestação de serviços).

Partindo para a reconstituição proposta, em entrevista sobre a história dos sistemas de produção da região dos campos de Palmas, Ribas (informação verbal, 2013) relata que à época da ocupação dos campos, a área toda foi dedicada ao pastoreio e que a fixação do sistema de pastoreio só foi possível através do uso do fogo. Assim, “a primeira iniciativa dos ocupantes foi queimar a macega para que os animais pudessem comer um pasto brotado, mais macio. A macega original era extremamente fibrosa, o animal não tinha como se alimentar dela.” Segundo o historiador, não existia outra atividade, somente uma pequena horta ao redor da casa e um pequeno pomar. A terra foi utilizada exclusivamente para o pastoreio e criação de porcos nas áreas onde havia pinheiros.

Quanto a esta última informação, Ribas (2008) destaca que alguns usos e costumes dos indígenas, habitantes anteriores da região, foram incorporados pelos colonizadores, e um destes foi a criação de porcos domésticos debaixo dos extensos pinheirais, inspirada pela observação de que os indígenas alimentavam-se dos porcos selvagens que se alimentavam sob os pinheirais, o que veio assegurar o abastecimento de banha para a cozinha brasileira.

De acordo com Ribas (informação verbal, 2013), o consumo da banha de porco chegou até à década de 50 ou 60. Por certo período, o porco chegou a valer mais no mercado que o gado. A criação de porcos inicialmente era fundamental, pois o custo era baixíssimo, já que o alimento era o próprio pinhão. O historiador relembra que na região nunca houve tradição de estabelecimento de lavouras, e correlaciona tal fato à percepção de que seu próprio ascendente, o paulista, descendente de português não possuía vocação agrícola.

O gado predominante na região era o gado comum, o raça velha, como diziam os antigos. Tratava-se de um gado rústico, derivado do tranqueiro, com um pouco do caracu. Ainda existem alguns indivíduos na região do horizonte (área dos campos de Palmas onde está localizado o RVS-CP), os bois chamados africanos, que possuem lombo branco, barriga branca e dorso avermelhado, com um chifre muito grande. “É uma carcaça meio ossuda, mas servia pra carne e leite. A produção de leite era para autoconsumo, sempre houve um grande consumo de manteiga, queijo, requeijão. Era um complemento da alimentação” (RIBAS, informação verbal, 2013).

Segundo o entrevistado, a queda da produção de porcos foi lenta:

Primeiro o óleo vegetal foi dispensando a banha da cozinha, depois vieram as serrarias que tiraram as araucárias, que eram o alimento do porco. Aí os bichos teriam que ser criados nas serras, com rações, aí ficava mais difícil. As serrarias chegaram por volta de 1950 e entraram valendo, principalmente vindos do Rio Grande do Sul. A serraria mais antiga era do Carlos Donner e se localizava em General Carneiro. (...) Existia muito mais pinheiro, mas era pouco valorizado, chamado de galheiro, eram menores, davam toras muito finas, tinha muito nó, era uma madeira apreciada por ser branca, produziam lâminas bem branquinhas, mas a produtividade era baixa. Esses galheiros davam mais pinhão que os outros. A base da produção sempre foi o gado, até hoje. Eu por exemplo arrendo para lavoura, mas meu objetivo é o pasto de inverno. Onde eu ganho alguma coisa é no gado. Algumas serrarias reflorestaram (pinus), as que não reflorestaram sumiram (RIBAS, informação verbal, 2013).

Interessante colocar que o historiador relembra que nos primeiros tempos de ocupação as grandes fazendas eram ‘subdivididas’ para o estabelecimento das novas famílias que se formavam a partir do casamento dos filhos dos pioneiros. Entretanto, apesar das sedes serem

individuais, a produção era comunal, segundo o entrevistado, “quase um faxinal” (informação verbal, 2013).

Ainda numa perspectiva cronológica, o historiador conta que a entrada do cultivo de soja é recente, de cerca de 7 a 8 anos atrás. Antes as lavouras eram raras, e existia um mito de que o solo de Palmas era extremamente pobre e que não se podia plantar nada. Assim, poucos se encorajavam, tanto que os fazendeiros tradicionais que tinham uma pequena horta reuniam esterco do gado nos rodeios para adubar e produzir para o autoconsumo.

De acordo com Ribas (informação verbal, 2013), atualmente as invernadas enormes estão piqueteadas e o manejo do gado é muito mais racional. Praticamente desapareceram as raças tradicionais, sendo hoje a tendência as raças britânicas de gado de corte. O mercado sofreu transformações substanciais, antes se vendia qualquer tipo de animal e com qualquer idade, apesar da predominância ser de animais de quatro anos, para atingirem um peso comercial. Hoje os animais saem com cerca de 18 a 36 meses e com carcaças com cobertura de gordura adequada, acima de 2mm, com muito melhor aceitação no mercado, muito mais uniformizados.

Antigamente o transporte se fazia por terra,

[os tropeiros] comprávamos boiada aqui em Palmas, formávamos uma tropa de gado de 300, 400, até 500 animais e conduzíamos até o mercado em Curitiba ou em Palmeira. (...). E esse gado era todo tocado por terra, no antigo caminho das tropas, chamado caminho de Palmas-Palmeira. Eram 22 dias de viagem. Esses animais tinham que passar o [Rio] Iguaçu a nado, os canoieiros serviam de apoio, colocavam-se as canoas amparando o gado para não rodar, ficavam sempre a jusante com os varejões para que os bois seguissem e atravessassem o vau até o outro lado. Era um processo demorado, perigoso, algumas vezes animais refugavam, invadiam as cidades, já tivemos que tocar boi de dentro da cidade de União da Vitória. Nessa travessia houve tropeiro que rodou, desceu rio abaixo, então era uma travessia de muito risco (RIBAS, informação verbal, 2013).

Atualmente, o gado é vendido para Frigoríficos da região ou da capital. O gado criado no município de Água Doce/SC é abatido no Estado de Santa Catarina. Neste Estado existe uma associação (AVERCAM) bastante ativa, contudo, no Paraná existe uma associação inativa há cerca de seis anos.

Neste contexto é importante trazer a história da produção da maçã na região dos campos de Palmas. De acordo com Hasegawa, presidente da Cooperativa dos Campos de Palmas Palmas/PR – COCAMP (informação verbal⁶, 2013), já na década de 1970 um

⁶ Entrevista concedida por HASEGAWA, Roberto. Presidente da Cooperativa dos Campos de Palmas – COCAMP. [Nov. 2013]. Entrevistadora: Marcia C. Strapazzon. Palmas, 2013. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

pesquisador japonês havia implantado em conjunto com um produtor local um pomar de maçãs no município de Palmas atraído pelas condições climáticas da região. Contudo, a produção expressiva de maçãs deu-se a partir do assentamento criado na região do Horizonte (onde se localiza o RVS-CP) pela Cooperativa Cotia em 1989. Esta cooperativa foi fundada por imigrantes japoneses, foi uma das maiores do país e responsável pelos primeiros plantios de batatas no Brasil.

Durante cerca de 20 anos a produção de maçãs naquela região destacou-se, e Hasegawa atribui este fato à qualidade do fruto produzido em virtude das condições climáticas e, principalmente, de altitude (cerca de 1200-1300m) muito favoráveis.

Entretanto, esse ciclo entra em crise de cinco anos para cá, em parte devido à introdução em outras regiões de novas variedades de maçãs adaptadas a climas mais amenos, mais compactas e menores, e em parte devido à grande resistência por parte dos produtores de maçãs locais em relação à renovação dos pomares. Além disso, os pomares existentes eram de variedades maiores, exigindo maior quantidade de mão-de-obra, o que também se mostrou um obstáculo. Desta forma, inicialmente havia cerca de 300ha de pomares de maçãs na região do Horizonte (região do RVS-CP), sendo que hoje restam menos de 100ha. No município de Palmas de forma geral, existiam 1200ha com este sistema de produção, contudo, atualmente restam menos de 400ha.

Quanto ao sistema de cultivo de batatas em expansão na região, Hasegawa informa que já existia na região há bastante tempo, contudo, o predomínio era de batatas-semente, com controle e trato cultural mais cuidadoso e em menor área. Atualmente o cultivo de batatas para consumo cresceu muito convertendo áreas de campo nativo em áreas de mecanização intensiva.

Entrando numa descrição mais específica, de acordo com dados compilados pela equipe de gestão do RVS-CP, na Unidade de 16.052ha estão localizadas aproximadamente 35 propriedades, com cerca de 30 gestores (proprietários/arrendatários). Conforme as informações disponibilizadas pelos proprietários dos estabelecimentos, em cerca de 18 propriedades a principal atividade é a pecuária extensiva, em dez a silvicultura e em três o cultivo de grãos. Menos da metade dos estabelecimentos são especializados em apenas um sistema de produção, podendo ser identificados sete especializados em pecuária, cinco em silvicultura e três em cultivo de grãos (atualmente soja).

Dentro deste contexto, em relação ao uso do solo do RVS-CP, atualmente o campo nativo permanece em 18,72% da área do Refúgio, portanto, esta é a área utilizada para a pecuária extensiva. As áreas úmidas, cuja proteção é um dos principais objetivos de criação

da UC, cobrem 23,21% da área e são compostas por campos úmidos, banhados e várzeas (também parcialmente utilizadas pelo gado). Já a silvicultura ocupa 18,03% da área, enquanto as lavouras ocupam 20,90%. E a soma dos capões e da floresta ombrófila mista resulta em 16,71% do RVS (STCP, 2013).

4.3. Diagnóstico socioeconômico dos municípios sob influência do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas

Para fornecer um panorama numa perspectiva mais econômica, foram compilados dados com o objetivo de realizar um diagnóstico socioeconômico básico da região do RVS-CP. O RVS-CP possui 90,8% de sua área (de 16.582ha) no município de Palmas/PR e 9,2% no município de General Carneiro/PR, sendo que sua zona de amortecimento – 500m em projeção horizontal a partir do perímetro – também abrange Água Doce em Santa Catarina.

A atividade agropecuária ainda desempenha papel importante na economia dos três municípios afetados pela unidade, gerando emprego e renda para uma parcela significativa da população. No entanto, tais atividades que foram a base da economia local durante décadas vêm sendo gradativamente substituídas, ocorrendo atualmente o fortalecimento dos setores da indústria, do comércio e de serviços (STCP, 2012).

Os três municípios são de porte médio, sendo Palmas o maior município e também com o maior contingente populacional com 42.888 habitantes. General Carneiro possui 13.669 habitantes e Água Doce 6.961 habitantes (IBGE, 2010). Segundo dados do diagnóstico socioeconômico (STCP, 2012), o índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDH - 2010) da região do RVS-CP é mediano, enquanto o padrão de desenvolvimento é moderado de acordo com o índice FIRJAN - 2009. Desta forma, Palmas apresenta IDHM 0,737 e IFDM 0,6364, General Carneiro 0,711 e 0,6128 e Água Doce 0,809 e 0,6175, respectivamente.

Os dados sobre a incidência de pobreza calculados a partir do rendimento domiciliar per capita (IBGE, 2010) são reveladores, mostrando que em Palmas 50,2% da população viviam abaixo da linha da pobreza (com renda inferior a um oitavo de salário mínimo ou sem rendimento). Em General Carneiro o índice de pobreza foi de 46% e de Água Doce de 26,8%. Esclarecedoras são as informações sobre a dinâmica demográfica diferenciada dos municípios. Água Doce é um município predominantemente rural (50,7% dos domicílios na zona rural), enquanto Palmas e General Carneiro são expressivamente urbanos (92,8% e 70% dos domicílios na zona urbana, respectivamente).

Outro dado relevante é o índice de alfabetização, bastante similar para os três municípios, 91,57% da população com 10 anos ou mais em Palmas, 91,3% em General Carneiro e 93,48% em Água Doce. Contudo, ao se acessarem os dados de escolaridade, verifica-se que 79,48% da população de Palmas, 82,18% da população de General Carneiro e 66,86% da população de Água Doce só possui o ensino fundamental, enquanto 7,19% da população de Palmas, 2,98% de General Carneiro e 9,70% da população de Água Doce possuem superior completo (IBGE, 2010).

Em termos de segmentos econômicos, os mais expressivos estão relacionados à indústria da transformação, comércio, reparação de veículos automotores, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e correio. Em Palmas, a indústria de compensados é a indústria que mais emprega na região. Contudo, o setor da agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca apresentou um crescimento de 225% no número de postos de trabalho de 2008 a 2010. De acordo com STCP (2012), esse crescimento se deve muito provavelmente, à substituição de atividades da pecuária pelo plantio de soja, batata inglesa e outras culturas, além da expansão da silvicultura.

Estes dados corroboram a existência de pressão sobre os proprietários inseridos no RVS-CP a partir do rumo do desenvolvimento regional alavancado, no caso a partir da conversão dos campos nativos em outras culturas. Cabe salientar que existe uma norma no estado do Paraná que proíbe a conversão de campos nativos, a Resolução SEMA 023/2009, bem como é válida a Resolução CONAMA nº 423/2010 que determina parâmetros de definição do estágio sucessional dos campos para fins de licenciamento de conversão (permitido apenas para estágios iniciais). Todavia, as normas são paulatinamente descumpridas enquanto a fiscalização por parte do Órgão Estadual do Meio Ambiente (OEMA) é praticamente inexistente (lembrando que a atribuição para fiscalização de áreas fora de UCs ou de áreas e/ou obras federais é do OEMA).

Numa abordagem mais cultural, de forma geral, a ocupação dos postos de trabalho é massivamente masculina nos três municípios, representando mais que o triplo de homens em relação ao número de mulheres ocupados na indústria de transformação. Neste mesmo segmento também é expressiva a diferença na remuneração média (a mais para os homens), cerca de R\$ 200,00 em Palmas, R\$ 125,00 em General Carneiro e R\$ 254,00 em Água Doce (STCP, 2012).

Quanto aos dados macroeconômicos, o PIB a preços correntes de Palmas representava 52% da região, seguido de 29,7% de Água Doce e 18,3% de General Carneiro. Em relação ao valor adicionado bruto da agropecuária, o melhor desempenho foi de Água Doce, com 57,7%

do total da região, seguido de General Carneiro com 23% e Palmas com 19,5% do total. O valor adicionado bruto da indústria mostrava que Palmas detinha 75,8% do total da região, seguido de General Carneiro com 13% e Água Doce com 11,2% do total. Ainda, verifica-se que Palmas domina as exportações, sendo que apenas duas indústrias de compensado do município responderam por 60,6% das exportações em 2011. Contudo, o PIB per capita apresentava uma situação interessante, pois Água Doce detinha 63,9% da região, contra 18,3% de General Carneiro e 17,8% de Palmas, demonstrando, teoricamente, uma melhor distribuição de renda e condição socioeconômica da população de Água Doce (STCP, 2012).

Diante dos dados expostos, conclui-se que o município de Palmas, especialmente, onde se situa mais de 90% da área do RVS-CP, apresenta uma economia de escala, bastante concentrada no ramo madeireiro. Entretanto, a despeito das grandes cifras geradas pela indústria de transformação da madeira e do grande número de empregos gerados, essa configuração não se traduz em uma adequada distribuição de renda, nem em índices sociais adequados, pois mais de 50% da população do município é considerada pobre.

Outra questão se refere ao alto grau de urbanização de Palmas, de cerca de 90%, superior à média regional (cerca de 60%) e estadual (cerca de 80%). De acordo com dados do Censo Agropecuário 95/96 (BRASIL, 2005), o perfil fundiário de Palmas apresenta uma proporção de estabelecimentos médios e grandes bastante superior à do estado do Paraná, com 16% do total dos estabelecimentos possuindo mais de 500ha, e dentre estes 0,7% com mais de 2000ha. A história da distribuição das terras, previamente apresentada, é esclarecedora para interpretar esses dados, e, por conseguinte, a forte desigualdade presente no município.

Segundo Sen (2000) o desenvolvimento humano de uma pessoa depende se sua liberdade de escolha. E, de forma geral, para Ellis (2000) a capacidade de diversificação da família rural reflete a escolha livre de alternativas de renda e atividades. Neste sentido, aqueles que estão dependentes de um repertório mais restrito de atividades e fontes de renda se encontram mais vulneráveis. Assim, é factível afirmar que a economia de Palmas, bastante concentrada proporciona um menor desenvolvimento. E, na região do RVS-CP, o acesso a terra é contingenciado pela história e, portanto, leva todo o processo a esbarrar num obstáculo determinante.

4.4. Considerações finais

De forma geral, os municípios da região dos Campos de Palmas seguiram o mesmo rumo da ocupação da maior parte do território brasileiro. Os indígenas foram deslocados ou

eliminados e no lugar estabeleceu-se a propriedade privada da terra a partir de colonizadores de outras regiões do Brasil ou mesmo de outros países. Essa dinâmica levou a uma concentração da terra em propriedades grandes sob posse de poucas famílias. Na região do RVS dos Campos de Palmas essa configuração se mantém até hoje, e a adequação dos ecossistemas originais, os campos, ao estabelecimento de um sistema de produção extensivo como a pecuária contribuiu para que se mantivesse desta forma.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas na região em geral privilegiam os ganhos econômicos em detrimento da qualidade ambiental, o que ainda é coerente com as exigências do mercado. Apesar da dominância da indústria da madeira no município de Palmas (que abriga mais de 90% da área da UC) gerar altas cifras, a predominância da economia em escala neste caso não se traduz em melhorias nos índices de desenvolvimento humano ou na redução das desigualdades clássicas, como renda e gênero.

Por razões econômicas, os produtores no RVS-CP são pressionados a adotar o mesmo modelo não sustentável. Em contraponto, os estabelecimentos que compõem o RVS, na medida em que podem aproveitar o potencial ambiental para o desenvolvimento, produzido por meio da valorização e do uso integrado dos recursos produtivos de um ecossistema, harmonizando suas condições ecológicas, tecnológicas e culturais, podem apresentar condições de se destacar na corrida pelo desenvolvimento sustentável.

5. A CRIAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS

O extenso contexto histórico e circunstancial do RVS-CP apresentado anteriormente permite que sejam compreendidas algumas convicções acerca da possibilidade de se estabelecer uma Unidade de Conservação, ou seja, de proteger legalmente um ecossistema nativo sem abrir mão da manutenção de atividades produtivas historicamente desenvolvidas. Este deveria ser o diferencial da categoria Refúgio de Vida Silvestre na forma em que ela se constituiu no Brasil e foi concretizada no caso do RVS-CP.

De forma mais específica, neste capítulo o processo de criação do RVS-CP será descrito a partir de um desenho inspirado na abordagem teórico-metodológica da Teoria da Tradução (Callon, 1986), sem a pretensão de atingir a profundidade exigida pela adequada aplicação da mesma. Neste contexto, de acordo com Callon (1986), são adotados três princípios norteadores: o agnosticismo (imparcialidade entre atores ocupados em uma controvérsia), a simetria generalizada (o compromisso para explicar pontos de vista contraditórios nas mesmas condições) e a livre associação (o abandono de todas as distinções a priori entre o natural e o social).

De forma mais objetiva, procurou-se inicialmente descrever o processo de criação do RVS-CP e mapear a rede sociotécnica formada simetricamente por atores humanos e não humanos especificamente durante tal processo, e posteriormente realizar um exercício de análise desta rede, buscando identificar, superficialmente, como agem, suas demandas, seus agenciamentos e instrumentos de ação.

A emergência de uma rede sociotécnica ocorre quando atores se interessam mutuamente e consolida-se após a negociação e alinhamento de objetivos resultando em pontos de passagem obrigatórios para todo o coletivo. Assim entendendo os atores como indivíduos ou entidades coletivas ativas nas negociações, animais e plantas também são considerados atores na medida em que influenciam na tomada de decisões diretamente (CALLON, 1986).

Para tanto, o principal documento analisado foi o Processo Administrativo de criação do RVS-CP, documento público à disposição para consulta nas dependências do escritório do ICMBio/PR.

5.1. Descrição do processo de criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas

Em abril de 2006 foi criada por Decreto Presidencial uma Unidade de Conservação federal de proteção integral (com o objetivo preservar a natureza, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais) na região dos Campos de Palmas, o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. A categoria de UC Refúgio de Vida Silvestre é bastante peculiar, pois não implica necessariamente na desapropriação das terras, desde que haja compatibilidade entre o uso das propriedades privadas e os objetivos da Unidade.

O processo de criação do RVS-CP deriva de todo um movimento de reconhecimento dos níveis de destruição da Mata Atlântica, especialmente da Floresta Ombrófila Mista (Mata com Araucárias) e de reação ao iminente desaparecimento dessas formações vegetacionais nativas.

O principal documento que forneceu dados para tal tomada de consciência foi publicado em 2001 pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF) no âmbito do PROBIO (Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira). Esse programa resultou de um acordo de doação firmado em 1996 entre o governo brasileiro, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A partir do programa foram realizados investimentos para a identificação de áreas prioritárias para conservação dos biomas brasileiros. Nestas pesquisas foi realizado um mapeamento que demonstrou que restavam apenas 0,8% da vegetação de Floresta com Araucárias em estágio avançado de regeneração e apenas 0,24% dos campos nativos (FUNPEF, 2001).

Em decorrência da dramática situação dos remanescentes de vegetação, até então praticamente não representados no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Ministério do Meio Ambiente, além de outras medidas, como a proibição do corte de araucárias, edita duas Portarias (507 e 508) no final do ano de 2002 apontando áreas prioritárias nos estados do Paraná e Santa Catarina para fins de realização de estudos para criação de novas Unidades de Conservação. Tais portarias geraram polêmicas enormes por proibirem a introdução de espécies exóticas no núcleo dos polígonos de interesse, bem como num raio de 10km em seus entornos.

Em virtude da polêmica gerada, atendendo à demanda dos governos estaduais e municipais, a Ministra recém empossada Marina Silva reedita as portarias em abril de 2003 retirando a proibição do plantio de exóticas nos entornos, mantendo apenas no interior dos

polígonos. Neste mesmo período e como resultado das reuniões realizadas para discutir as portarias, o MMA cria um Grupo de Trabalho, denominado Araucárias Sul, com participação dos setores interessados, com destaque para as Organizações não governamentais (ONGs). Neste momento as ONGs já pressionavam em busca de ações fiscalizatórias para frear a destruição dos remanescentes, enquanto o órgão ambiental (IBAMA) justificava-se pontuando a deficiência geral que o instituto apresentava.

Em meados de 2003 o IBAMA enfim realiza a Operação Araucária para fiscalizar ilícitos ambientais no sul do Paraná, norte e meio oeste de Santa Catarina. Não está claro no processo de criação do RVS-CP, mas é possível presumir que uma denúncia com fotos e informações relevantes enviada pela Associação de Defesa e Orientação do Cidadão (ADOC) sediada na capital do Paraná ao MMA pode ter fomentado a deflagração da operação. Os denunciantes afirmavam que “o que era para ser uma atitude de conservação do meio ambiente acabou por causar uma das maiores destruições no ecossistema dos campos naturais, com danos irreparáveis” (BRASIL, 2005, p. 125), referindo-se à edição das Portarias. Fora informado que os proprietários decidiram eliminar todas as áreas de campos naturais sob a alegação de evitar a implantação das UCs. Ainda, que a intensidade da reação era tão pronunciada que “Em algumas propriedades chega-se ao extremo de se manter máquinas e equipamentos trabalhando até altas horas da noite para garantir maior rapidez na destruição dos campos” (*idem*).

Cabe lembrar que as primeiras portarias foram publicadas no último mês do governo de Fernando Henrique Cardoso, assinadas por José Carlos Carvalho como Ministro de Meio Ambiente. Além disso, em meados de 2002 foi realizado o primeiro concurso público para o IBAMA, na época responsável pela gestão das Unidades de Conservação Federal.

Próximo ao período de realização da operação de fiscalização, em agosto de 2003, foram realizados seminários a convite dos órgãos públicos municipais para a discussão das propostas de criação de UCs. A principal demanda do setor madeireiro se referia aos efeitos das portarias que impediam a expansão dos plantios de pinus, o que estaria causando pressão e ameaças de desemprego, além da desmotivação para novos investimentos. Pode-se perceber uma clara preocupação já externalizada em relação às zonas de amortecimento de UCs de proteção integral. Já as Prefeituras reclamaram da futura queda na arrecadação, falta de apoio e participação nas questões ambientais e ausência de clareza e diálogo para a elaboração das Portarias.

No contexto do GT Araucárias Sul, em outubro de 2003 é instituída uma força-tarefa para a realização dos estudos necessários para a criação de Unidades de Conservação,

coordenada pelo IBAMA/MMA. Em setembro de 2004 foram apresentados os primeiros resultados dos estudos da força-tarefa e em 12 de abril de 2005 foram publicados no Diário Oficial da União e em dois jornais de abrangência estadual, o convite para a realização da consulta pública em Palmas (procedimento legal para criação de UCs), que seria realizada no dia 27 de abril do mesmo ano.

No mês anterior à realização da consulta pública, o MMA enviou correspondências aos Prefeitos Municipais informando sobre um link para acesso a informações detalhadas sobre o Refúgio de Vida Silvestre a ser criado e para que fossem enviadas contribuições consideradas necessárias pelo poder municipal. No mesmo documento foi ressaltado que os mapas com o limite da UC haviam sido previamente enviados aos municípios.

Desviando substancialmente o assunto, é importante destacar que nesta correspondência aparece pela primeira vez no processo de criação da UC a referência ao papagaio-do-peito-roxo. Segundo o Diretor do MMA, a criação do RVS-CP “tem o objetivo principal de proteger as áreas de nidificação do papagaio-do-peito-roxo em remanescentes de campos naturais” (BRASIL, 2005, p. 262). Tecnicamente essa é uma informação inverídica. Não que os papagaios não existam na região, mas eles não nidificam naquela área em específico, e sim nas florestas vizinhas, pois são uma espécie associada à araucária (o principal alimento é o pinhão) e nidificam em ocos de árvores.

Para explorar essa questão que foi ponto repetido nas argumentações do processo é importante reconhecer que, na medida em que os problemas ambientais são geralmente identificados pela ciência e na maioria das vezes não perceptíveis ao senso comum, a importância quanto aos riscos possíveis de serem enfrentados é normalmente desprezada (BECK, 2012). Neste sentido, para Hannigam (1995), para que uma exigência ambiental se torne real ela precisa chamar atenção e ser legitimada. Para tanto, um modo efetivo de prender atenção se faz através de figuras visuais e verbalizações apelativas. O êxito na criação de uma exigência ambiental depende em grande medida da exploração do acontecimento pelos promotores ambientais, ou seja, “grupos ambientais inserem-se e manipulam as preocupações e percepções públicas existentes, por forma a alargar o seu apelo” (p. 65).

Assim, é compreensível que numa situação extremamente conflitiva como um processo de criação de Unidade de Conservação se lançasse mão de uma espécie-bandeira (Pinto *et al.*, 2006), no caso do papagaio-do-peito-roxo, como meio de convencimento ou sensibilização. Nesta mesma lógica, foi lançada por iniciativa da rede de ONGs da Mata Atlântica, no dia 28 de abril de 2005, a Campanha SOS Araucárias, que coletou milhares de assinaturas com o objetivo de pressionar pela criação das UCs.

Continuando com o resgate do processo, no dia previsto para a realização da consulta pública, o então chefe do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Palmas convidou os representantes do MMA para uma reunião numa associação local. Nesta reunião foram tiradas algumas dúvidas e entregue por parte das autoridades de Palmas um documento notificando o MMA e IBAMA sobre o adiamento da consulta pública, sob a alegação do descumprimento de requisitos legais como a falta de estudos técnicos e de informações adequadas, bem como devido ao risco de tumulto. Este documento foi assinado pelos Prefeitos de Palmas e General Carneiro, pelo Presidente da Câmara Municipal, pela Reitora da Universidade local e por representantes de cooperativas, associações, sindicatos e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) local. Na mesma reunião, os representantes locais solicitaram espaço para apresentar um projeto alternativo de UC, que não foi apresentado no momento por não estar pronto.

A consulta pública realmente não foi realizada a contento. Cerca de 2 horas antes do horário marcado um grupo de manifestantes invadiu o prédio e bloqueou as entradas. Os manifestantes eram contrários à criação do RVS, sob a justificativa de que o fato provocaria o fechamento das indústrias papeleras e madeireiras e geraria grande desemprego. Como resultado, a equipe do governo foi escoltada pela Polícia Federal por uma saída de emergência.

Na sequência desses acontecimentos foram enviados diversos documentos por parte de representantes dos proprietários, como Prefeituras, Federação da Agricultura do Paraná, Federação dos Silvicultores, Federação das Indústrias do Paraná, Deputados e Senadores, etc., para o MMA contestando o processo de criação da UC alegando falta de esclarecimentos à população e deficiências técnicas, o que revela a grande capacidade de articulação e organização dos representantes locais.

Em posição contrária ao esforço dos municípios em suspender o processo de criação da UC, no dia 11 de maio de 2005 o Governador do Estado do Paraná envia documento ao MMA manifestando apoio às propostas de criação de 05 UCs no Paraná, totalizando 96.970ha. Em contrapartida, na mesma data, a Assembleia Legislativa do Paraná envia moção ao governo federal “(...) atendendo às reivindicações das lideranças deste Estado, solicita a implantação de medidas visando a suspensão do processo de criação de unidades de conservação no Estado do Paraná até a publicação do inventário florístico-florestal do Estado” (BRASIL, 2005, p. 540). E em 17 de maio do mesmo ano a bancada paranaense no Congresso Nacional solicita ao Presidente da República o aprofundamento das discussões a respeito da proposta de criação de UCs no Paraná. Ressaltam os Deputados que muitos setores da

sociedade “estão insatisfeitos com a rapidez, a falta de aprofundamento e ausência de maior diálogo sobre o processo de criação das áreas protegidas” (BRASIL, 2005, p. 531).

Em virtude de toda a movimentação, na Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, e nas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle foram realizadas audiências públicas nos dias 07 e 08 de junho de 2005, para tratar da criação das UCs no Paraná e em Santa Catarina. Após tais audiências, no dia 16 de junho de 2005, o MMA enviou às Prefeituras de Palmas e General Carneiro a recomendação para que instituíssem Comissões Técnicas (CTs) visando a elaboração de sugestões de ajustes nos limites das UCs. No mesmo documento o MMA recorda o agendamento de novas consultas públicas convocadas a pedido dos Prefeitos Municipais nas cidades onde houve problemas de segurança e estabelece o prazo de 15 dias após a consulta pública para que as sugestões sejam entregues. No dia 09 de junho de 2005 já haviam sido entregues cópias do processo de criação do RVS às Prefeituras de Palmas e General Carneiro.

Neste contexto, em 21 de junho de 2005 o Chefe do Departamento do Meio Ambiente da Prefeitura de Palmas envia ao Deputado Max Rosenmann, integrante da frente parlamentar de silvicultura no Congresso Nacional, a proposta de UC elaborada pelas autoridades locais, que poderia permanecer na categoria Refúgio de Vida Silvestre. “Trata-se de uma área seguindo os cursos d’águas com extensão de 100 metros de cada lado dos rios Chopim e Iratim e de 50m nos seus afluentes abrangendo todo o município” (BRASIL, 2005, p. 560). No mesmo documento o representante municipal esclarece que “A Câmara Técnica está com o firme propósito de não concordar com a Unidade como fora proposta por ser de Proteção *Integral* e estará sugerindo a mudança para outra categoria que seja de uso sustentável” (*Idem*). A alegação final se refere ao temor do impacto econômico que a UC poderia causar aos proprietários e ao município.

Enfim, no dia 26 de junho de 2005 foi realizada a consulta pública no município de Palmas. A reunião, bastante intensa, foi coordenada pelo Diretor de Áreas Protegidas do MMA e teve participação expressiva dos proprietários, representados também por uma “Associação dos atingidos pelo RVS”, bem como de Deputados das esferas estadual e federal. Na consulta foram apresentados os resultados da força-tarefa que computou 47 dias em campo, três sobrevôos e envolveu 40 técnicos de 16 instituições em diversas áreas tais como: fauna e flora, ecologia da paisagem, variabilidade genética das araucárias, geomorfologia, hidrografia, socioeconomia e situação fundiária.

De forma geral, na consulta pública os Deputados (federais e estaduais) pleitearam a favor do setor de silvicultura, tendo sido questionada a possibilidade de se incluir no Decreto de criação da UC a continuidade dos plantios de pinus.

Diante deste contexto, outra campanha fora lançada por ONGs (Rede Pró-UC, SPVS, Fundação O Boticário, Mater Natura) intitulada “Viva a Floresta”. Nesta campanha, as pessoas que aderiam amarravam panos brancos em araucárias e enviavam cartões postais ao Presidente da República pedindo a criação das áreas protegidas.

No penúltimo dia do prazo para entrega da proposta de UC, as autoridades municipais enviaram uma carta ao MMA declarando que a implantação do RVS era inviável em virtude do uso do solo conter áreas de lavoura e silvicultura, sendo que esta última

“(…) possivelmente, já afastou a fauna do local, pois é de conhecimento de todos que intervenções humanas em áreas alteraram o ecossistema, o que conseqüentemente, afasta a condição ambiental natural passível de reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna antes residente ou migratória (BRASIL, 2005, p. 595)”.

Ainda, indicam os membros da CT que somente a categoria Área de Proteção Ambiental (APA) seria adequada devido à situação “do uso do solo fortemente antropizado”. Os estudos técnicos que embasaram tal decisão seriam apresentados nas reuniões presenciais que seriam agendadas pelo MMA.

Paralelamente, no mesmo período (meados de 2005) foi deflagrada nova operação de fiscalização pelo IBAMA do Paraná nas áreas previstas para implantação futura de UCs. No relatório de fiscalização consta que “De forma geral, com exceção da área de Palmas, as demais áreas encontram-se estáveis” (BRASIL, 2005, p. 602). Nesta operação foram lavrados dezenas de autos de infração por destruição de Áreas de Preservação Permanente (APP), danos em campos de altitude e instalação de silvicultura sem licença na região do RVS-CP. Os autos somaram valores significativos e no interior da futura UC, preliminarmente, teriam sido encontrados 1400ha com plantio recente de pinus sobre campo nativo. Como resultado final da operação foram detectados 3.403ha de vegetação nativa descaracterizada, os quais foram alvo da fiscalização gerando tensões permanentes.

Toda a retórica das autoridades locais, desde o início do processo, pode ser definida no que um dos proprietários denominou posição “municipalista”. Ou seja, a organização dos proprietários, a atuação das autoridades municipais e toda a articulação em nível estadual e federal, centravam-se na necessidade das decisões todas serem tomadas localmente, não centralizadas pelo governo federal. Em resposta a tal posicionamento, o Diretor do MMA

colocara que “um consórcio municipal seria ideal como complementação à proposta, mas é preciso de algo juridicamente incontestável e imbatível. Não se pode admitir que a preservação fique ao sabor de mudanças políticas (...)” (BRASIL, 2005, p. 629).

Reafirmando suas preocupações, em setembro de 2005 as ONGs pressionaram novamente o MMA em função da demora na criação das UCs, alegando que as audiências públicas já haviam sido realizadas, bem como os estudos detalhados haviam sido concluídos ainda em maio daquele ano.

Entretanto, dando continuidade ao pleito de alteração nas definições sobre o RVS-CP, as Prefeituras de General Carneiro e Palmas enviaram ao MMA um “Laudo Técnico referente à Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre – Palmas e General Carneiro – Paraná”. À guisa de conclusão, o laudo expõe que “conclui pela não implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral – Refúgio de Vida Silvestre, mas sim pela implantação de uma Unidade de Conservação Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental, preferencialmente municipal” (BRASIL, 2005, p. 645).

Mesmo sem receber respostas por parte do governo federal, em 11 de novembro de 2005 a Prefeitura de Palmas cria a APA Municipal dos Campos de Palmas, com 15.022ha na mesma área proposta para a criação do RVS.

Em contrapartida, em 08 de fevereiro de 2006, o MMA lança Nota Técnica referente à criação do RVS-CP, já com minuta do Decreto de criação anexa. Nesta nota reitera-se a posição de que a categoria APA não oferecia os instrumentos necessários para garantir a devida proteção da área. Além disso, é questionado se a parcela de área antropizada presente no Laudo Técnico Municipal incluía os mais de 3000ha alterados no período em que o MMA negociava com os municípios as formas de melhorar a proposta do RVS-CP. Finalmente, se esclarece que o processo de criação da APA municipal não obedeceu aos trâmites legais e foi criada sem o aval do governo federal ou estadual. Por último, o MMA ressalta que a crítica situação dos remanescentes de campos sulinos no Paraná, por si só, justificava a necessidade de uma proteção mais restritiva e sob responsabilidade do governo federal.

Desta forma, os demais procedimentos legais foram seguidos e então foi publicado o Decreto de Criação do RVS-CP em 03 de abril de 2006. Interessante salientar que não há registro de negociação alguma, mas na publicação oficial além da definição da zona de amortecimento em 500m, fora incluído o artigo 3º com determinantes consequências para a gestão futura da UC, transcrito aqui na íntegra:

Nas áreas particulares localizadas na unidade de conservação, poderão ter continuidade as atividades agropecuárias legalmente autorizadas,

consideradas compatíveis com a finalidade da unidade, tais como pastoreio extensivo em campos naturais, exploração da erva mate e cultivo de grãos em plantio direto, desde que adotadas técnicas que minimizem o uso de agrotóxicos e afins.

Parágrafo único. Nas áreas particulares localizadas na unidade de conservação, poderão ter continuidade as atividades de silvicultura legalmente autorizadas, desde que se adotem práticas que impeçam a contaminação de áreas com cobertura vegetal nativa por espécies exóticas (BRASIL, 2006).

5.2. A rede sociotécnica formada por interesses difusos e contraditórios

Para examinar a configuração desta rede foi escolhido o MMA/IBAMA como ator a ser seguido, em virtude do acesso ao processo criado no âmbito deste Ministério ser de domínio público. O ator escolhido determinou um jogo de atores de tal modo que foi possível estabelecer um ponto de passagem obrigatório na cadeia de relações que foi construída (CALLON, 1986), representado no caso, pelo campo nativo. A partir da definição do campo nativo como ponto de passagem obrigatório, os atores-chave identificados no processo de criação do RVS-CP são, além do MMA/IBAMA, o produtor agropecuário, o silvicultor, as ONGs e as autoridades municipais.

Desta forma, o produtor agropecuário envolve os pecuaristas, agricultores e arrendatários proprietários de estabelecimentos agropecuários ou que gerem áreas de cultivo ou criação animal no interior da UC. O objetivo básico para inserção deste ator na rede sócio-técnica era a manutenção do seu patrimônio privado em função do potencial de geração de renda através da exploração dos campos nativos em si ou pela conversão dos mesmos.

O ator silvicultor apresentava interesse puramente econômico, percebendo a criação da UC ou o estabelecimento de regras na zona de amortecimento como ameaças ao crescimento da atividade de silvicultura, a qual expandia fortemente sobre áreas de campo, não necessitando de esforço de conversão, somente plantio. Este ator possuía articulação política expressiva e garantia voz nas negociações por meio de representantes de diversas esferas do próprio governo. Em virtude da importância econômica da atividade em âmbito municipal, especialmente na geração de empregos pela indústria, seus argumentos apresentaram peso determinante nas negociações.

O MMA/IBAMA é o principal responsável pela criação da UC e o seu objetivo central era agir dentro dos procedimentos previstos em Lei para alcançar o objetivo da criação do RVS-CP, portanto, pode ser considerado um porta-voz dos campos. Os técnicos envolvidos

apresentaram experiência na gestão de conflitos e agiram politicamente nas negociações, contudo, com a convicção da supremacia da competência federal para a criação de UCs. A equipe técnica envolvida na realização dos estudos foi adequada e os dados gerados foram a base da argumentação do ator.

As autoridades municipais possuíam o expresso objetivo de não permitirem que impactos socioeconômicos fossem gerados pela criação do RVS-CP. A criação da APA municipal foi uma tentativa de garantir ao governo federal o interesse pela preservação dos campos nativos e a capacidade de tomada de decisão e gestão da UC de forma estritamente local. Contudo, a Prefeitura não possuía uma secretaria de meio ambiente criada, servidores efetivos, fiscais, nem mesmo orçamento próprio para o Departamento de Meio Ambiente, o que contrariava os argumentos das autoridades municipais. Na maior parte do processo, os objetivos deste ator confundiam-se e/ou somavam-se aos do silvicultor, já que o Prefeito do município que conteria mais de 90% da UC também era dono de indústria de compensados. Nessa soma de forças a articulação política gerada foi impressionante durante o processo, e pode ser identificado especialmente o Deputado Federal Max Rosenmann (integrante da frente parlamentar de silvicultura no Congresso Nacional) como porta-voz dos silvicultores, e em certo período, das autoridades municipais.

Por último, as ONGs. Essas entidades estiveram presentes desde o início do processo, de forma voluntária nos estudos, na organização de campanhas e na pressão sobre o governo federal para a realização de fiscalizações e para a criação da UC. Como entidades criadas com objetivos de preservação do meio ambiente, pode-se assumir que o principal objetivo deste ator era realmente o estabelecimento da UC para proteger remanescentes dos campos nativos. De certa forma, perante a sociedade, as ONGs podem ser consideradas como aliadas, senão porta-vozes, do MMA/IBAMA no processo.

O interesse dos campos nativos é perpetuar-se ao longo do tempo. Restando apenas 0,24% de campos em estágio avançado de regeneração no Paraná, apresentando baixa adaptação ao clima quente e úmido atual e sendo ameaçado pela expansão da Floresta com Araucárias, o objetivo dos campos é que sejam mantidas atividades humanas que garantam sua existência. Desta forma, aos campos nativos não interessa a implantação de lavouras que requerem sua conversão em solo exposto, assim como não interessa o plantio de pinus sobre o campo, sombreando e impedindo sua regeneração. O estabelecimento de uma unidade de conservação que garanta a continuidade da pecuária pode constituir um importante avanço para o alcance dos objetivos dos campos nativos, bem como a realização de pesquisas para que técnicas de restauração dos campos nativos sejam estudadas e aplicadas.



Figura 1: Relação de atores da rede e ponto de passagem obrigatória (campos nativos).

5.3. Dissidências: traições e controvérsias

De acordo com Callon (1986), as dissidências (controvérsias-traições) são manifestadas quando a representatividade do porta-voz é questionada, negociada, rejeitada, etc.

No momento em que o ator MMA/IBAMA é seguido, os outros atores são definidos a partir do olhar do primeiro. Portanto, o MMA/IBAMA não apenas identifica atores, mas também atribui interesses a esses atores. Contudo, cada ator identificado pode se submeter ao plano inicial proposto, ou inversamente, recusar a atribuição, redefinindo sua identidade, metas ou interesses de outra forma.

Um momento em que há um deslocamento explícito na atuação dos atores implicados é a descaracterização dos 3.043ha que foram alvo de fiscalização do IBAMA. Neste episódio verifica-se uma traição, já que no momento em que o MMA via-se negociando com os atores locais, sua legitimidade é questionada de forma tão profunda que pode ter precipitado o final das negociações. Conforme Callon (1986, p. 18) “os atores desviam-se dos pontos de passagem obrigatórios que tinham sido impostos a eles. Novos porta-vozes são ouvidos,

negando a representatividade dos anteriores. A tradução continua, mas o equilíbrio foi modificado”.

Além da traição identificada, no processo de criação do RVS-CP pode-se observar também a controvérsia gerada por ocasião da criação da APA municipal. Neste momento a validade da representação do MMA/IBAMA como porta-voz dos campos foi rejeitada. E a reação a tal dissidência foi a determinação da criação do RVS-CP na forma prevista pelo MMA/IBAMA, apesar de algumas concessões cuja negociação não foi esclarecida.

5.4. Considerações finais

Como geralmente ocorre, o processo de criação do RVS-CP foi conturbado, a assunção da gestão da área pelo Estado foi lenta, e até hoje são frequentes os conflitos em função das restrições ao uso da terra dentro da UC, o que, segundo os proprietários, os impedem de obter o desenvolvimento e crescimento econômico observado nos estabelecimentos não atingidos pela Unidade. Durante o processo de criação do RVS houve o envolvimento expressivo dos proprietários e arrendatários, especialmente quanto ao uso futuro da terra, intensificado de fiscalizações pelo IBAMA. Contudo, os argumentos contrários utilizados à época da criação, que acabam por se manterem os mesmos em relação às restrições impostas pela gestão da UC (especialmente impactos socioeconômicos e ausência de participação social) não são robustas, não se comprovam e/ou podem ser superadas pelos próprios poderes de agenciamento dos que se dizem prejudicados.

Num momento em que se discute extensamente sobre a concretização do desenvolvimento sustentável é importante desmitificar o ideário de que unidades de conservação são medidas que comprometem o crescimento econômico em favor de preservação ambiental. É necessário que o capital social dos envolvidos com uma UC e suas capacidades de articulação e movimentação sejam direcionadas à harmonização na convivência com as UCs. O Brasil é um país conhecido pela capacidade de criar e inovar. Desta forma, parece ser bastante vantajoso aos envolvidos dedicar esforços para tirar proveito da situação peculiar em que se encontram.

6. ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS

Resistindo a difícil e tentadora tendência à categorização, neste capítulo buscou-se apresentar um breve panorama dos meios de vida dos proprietários de estabelecimentos inseridos no RVS dos Campos de Palmas.

A abordagem de meios de vida vem sendo mais aplicada em zonas rurais de extrema pobreza, contudo, se vale também na análise de unidades de produção mais capitalizadas. De acordo com Ellis (2000, p. 10),

Um modo de vida compreende os ativos (natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades, e o acesso a estas (mediados por instituições e relações sociais) que em conjunto determinam o meio de vida de um indivíduo ou de uma unidade de produção doméstica.

Portanto, Ellis (2000) se aprofunda e enfatiza a importância do acesso aos recursos, e considera que a unidade de produção doméstica é a mais apropriada para o estudo dos meios de vida, pois a despeito de diferentes definições, destaca a capacidade de ação dos membros, e, portanto, de poder optar por diferentes estratégias como a diversificação.

Neste contexto, resgatando o referencial de Giddens (2003), e rejeitando a simplória vitimização frente a fatores externos, esses produtores rurais são produto e produtores de suas vidas, numa dupla hermenêutica. As práticas reproduzidas ao longo do tempo exibem propriedades estruturais, entretanto, suas ações se apoiam nelas e as reconstróem, num processo dialético, por isso a cultura e a história revelam-se importantes na dinâmica da ação.

Conforme apresentado no Capítulo IV, cabe recordar que a região em foco apresenta uma história de ocupação bastante marcante e que as fazendas que hoje estão inseridas no RVS dos Campos de Palmas, em geral, são fruto desse contexto histórico e pertencem a famílias tradicionais.

Cabe ressaltar a crescente importância das ocupações não agrícolas para a população rural (ABRAMOVAY, 1999, BALSADI, 2001), transformação que vem ocorrendo no período pós-1960, e que denota especial atenção no estudo deste recorte específico da realidade, quer seja, dos estabelecimentos rurais inseridos no RVS dos Campos de Palmas.

6.1. Como enveredar-se por assuntos delicados

Esta seção comporta duas metodologias para atender a dois objetivos distintos. O primeiro se relaciona à situação socioeconômica das quatro unidades de produção (UP) alvo do estudo, buscando caracterizar o nível de diversificação de atividades agrícolas, de rendas e as condições financeiras que apresentam. A fim de realizar a caracterização socioeconômica dos estabelecimentos, foi aplicado aos proprietários/gestores um questionário denominado “Diagnóstico do Sistema de Produção” (Anexo A) desenvolvido e validado por Perondi (2007), do qual na análise foram utilizados com mais ênfase dados gerais de renda.

O segundo objetivo se refere à relação dos proprietários com a própria UP, com o sistema de produção compatível com a UC - a pecuária extensiva - e com o RVS-CP. Assim, pretendeu-se investigar através de entrevistas semi-estruturadas (roteiro anexo – apêndice A) ao final do questionário aplicado, indícios de racionalidades substantivas (elementos de esferas imateriais da vida), sem perder de vista as pressões oriundas da racionalidade dominante, especialmente na relação dos proprietários com os fatores acima elencados. Portanto, o procedimento de análise das entrevistas foi realizado a partir da metodologia autorreferencial proposta por Serva (1996), cuja perspectiva analítica foi inspirada nos estudos de Maturana e Varela (1980) sobre a Teoria da Autopoiesis (mais conhecida com teoria da auto-organização).

Para tanto, foram analisadas 04 (quatro) unidades de produção (UP) que atendiam aos seguintes critérios: 1) pelo menos 80% da área do estabelecimento inserida no RVS dos Campos de Palmas; 2) o estabelecimento possuir entre seus sistemas de produção a pecuária; e 3) o proprietário/arrendatário do estabelecimento não ser absenteísta, nem o proprietário ser arrendador da totalidade da área do estabelecimento.

Os entrevistados eram proprietários/as das unidades produtivas, foram previamente contatados e receberam um termo de consentimento onde foram esclarecidos os objetivos da pesquisa e da metodologia. Aos que aceitaram participar, foi garantida a preservação de suas identidades, portanto, as entrevistas na íntegra não se encontram anexas.

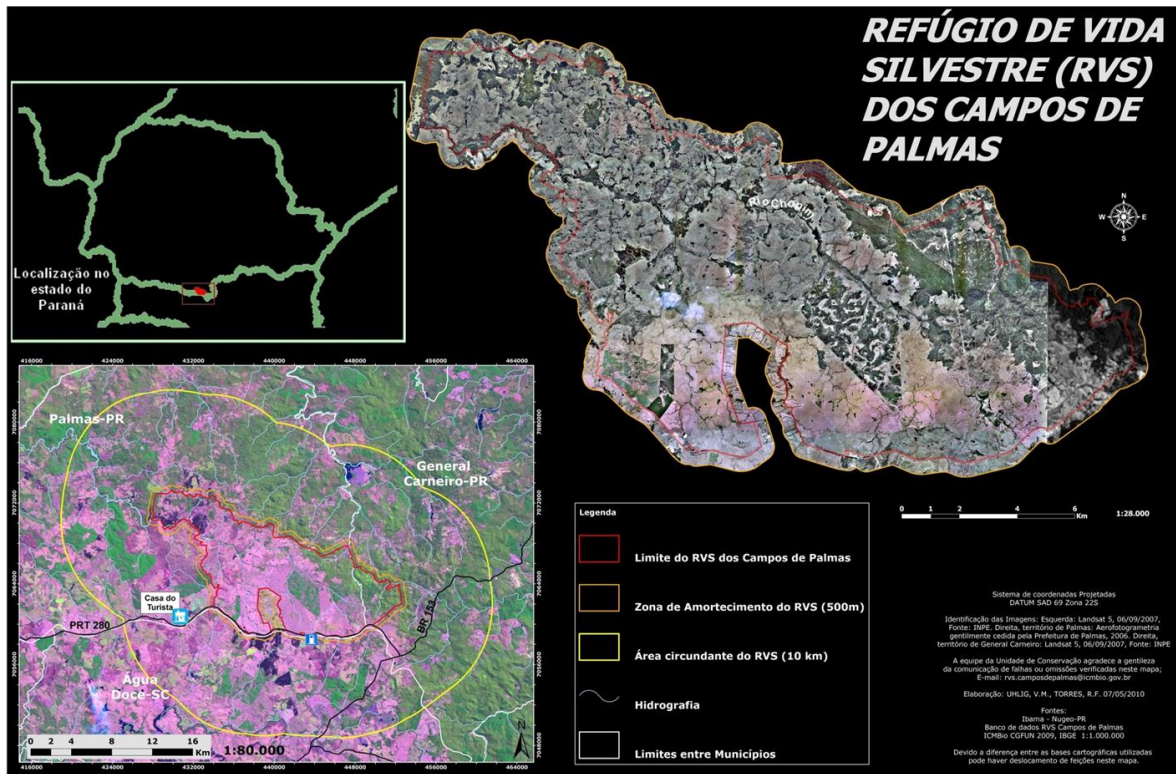


Figura 2: Mapa de localização do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

6.2. O “estilo de vida” dos proprietários

A primeira unidade de produção analisada é remanescente das primeiras propriedades demarcadas à época da Lei de Terras, 1865. A família que ali reside se constitui na quarta geração de uma família bastante tradicional de tropeiros. Atualmente, a família se divide entre a fazenda e a casa na cidade. Permanece como principal atividade a pecuária extensiva, contudo, uma porção das terras foi destinada ao arrendamento para plantio de grãos, ocorrendo, parcialmente, uma integração lavoura-pecuária, já que o contrato de arrendamento inclui o plantio de pastagem de inverno após a colheita.

O proprietário atual chegou a participar em sua infância das viagens das tropas, e possui memórias históricas daquele tempo. Os filhos desta quarta geração tiveram oportunidades diferentes, especialmente quanto aos estudos, e apenas um dos cinco filhos (as) mantém uma fazenda, porém não com a mesma finalidade, tendo por objetivo principal o ganho econômico.

Segundo o proprietário (informação verbal, 2013)⁷, os sistemas de produção praticados na fazenda são uma herança cultural, e assim permanecem por força da tradição e de todo o significado que esta transmissão implica, de forma que a despeito de ter construído uma carreira de sucesso na cidade, mesmo sem necessitar (financeiramente), retornou à fazenda depois da aposentadoria. Embora deixe claro que a unidade de produção tem a missão de produzir carne de forma economicamente rentável e que para tanto os sistemas vão se adaptando às “exigências da modernidade”.

Neste sentido, as decisões são centralizadas no proprietário, que identifica a unidade de produção de forma similar a uma empresa. Realiza controle de custos, de produção, verifica pontos positivos e negativos, contrata funcionários nos mesmos moldes que um empresário.

Em virtude da escolha dos filhos em viver na cidade, a unidade de produção requer a contratação de terceiros. Atualmente, são dois funcionários permanentes (um trabalhando há mais de 10 anos na fazenda e outro mais recente) e um temporário, que presta serviço há mais de 15 anos.

Nesta fazenda existe uma casa antiga que foi reservada para guardar o acervo material de documentos e peças históricas e arqueológicas. O objetivo futuro é o reconhecimento do patrimônio ali preservado para a constituição de um museu, visando a abertura para visitação pública.

Nós constantemente recolhemos material para conservar a nossa história. Porque cada peça do museu conta uma fase da história da região. Por exemplo, uma roda de pau era uma roda do antigo carretão, traçado por bois, moroso, barulhento, pouco eficiente. Um pilão significa que em uma época ele era utilizado para macerar alimentos. Enfim, cada objeto desses diz o que nós fazíamos naquele tempo. O museu tem uns 10 ou 15 anos. O meu objetivo é organizar um museu efetivo.

Quanto à relação da unidade de produção com o RVS dos Campos de Palmas, o proprietário relata que se adaptar às normas da UC é um problema de sobrevivência: “Eu não chego a classificar como um conflito, é uma transição difícil, muito problemática, mas que nós temos que chegar lá. E o caminho para a solução desses problemas é sempre o diálogo.”

Em referência à análise econômica da unidade de produção, pôde-se verificar que 37,37% da renda total foi composta pela renda agrícola. Característico da forma extensiva de

⁷ Entrevistado I. [mar 2013]. Entrevistador: Marcia Casarin Strapazzon. Palmas, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra não se encontra anexada em virtude da necessidade de preservar a identidade do entrevistado.

produção, a superfície agrícola útil (SAU) é extensa, porém a renda agrícola por hectare é baixa.

Como anteriormente citado, são praticados dois sistemas de produção apenas, o predominante que se configura na pecuária extensiva, e em uma pequena área (9,34% da SAU) uma experiência de integração lavoura-pecuária, geralmente arrendada para plantio de soja e pastagem de inverno após a colheita. Essa área arrendada gera 14,14% da renda total. Somadas essas duas rendas, ligadas diretamente à UP, verifica-se a constituição de 51,51% da renda total. Relevante torna-se, portanto, observar que o restante da renda configura-se em renda de transferência social, no caso, aposentadoria do proprietário da UP.

Para finalizar a análise da primeira UP, ao ser perguntado sobre a importância daquela fazenda para o proprietário, foi dada a seguinte resposta:

Eu sou feliz aqui. Eu nasci aqui. Me criei aqui. Meus pais nasceram aqui. Então eu sou feliz aqui. Em termos de sistema de produção precisaria melhorar, adotar mais tecnologia para tornar mais eficiente, mas tudo tem restrição, tem custo alto, então isso pra gente é um pouco dramático. Isso em termos de produtividade. As fontes de satisfação se relacionam ao valor sentimental. As pessoas de fora não avaliam, mas cada acidente geográfico, cada coxilha dessas, cada capãozinho, cada córrego, cada ambiente desse aqui diz muito da nossa vida. Nós estamos vivendo essa situação através de gerações, então nós temos uma história para cada lugar aqui dentro da propriedade. Tanto que cada lugar desse tem uma denominação dentro da propriedade. É o capão do pinhal, capão da joaninha, capão da vaca branca, coxilha não sei do quê... Então tudo tem uma história. (...). No momento em que todos aqueles encargos cansativos, desgastantes, eu trabalhava 10 horas por dia, (...), quando me livreí encontrei aqui um verdadeiro paraíso. Aqui é um paraíso. Porque dorme tranquilo, se alimenta bem, faz as tuas caminhadas. Quando ando a cavalo no campo ando filosofando, me reencontrando com a vida, me faz um bem extraordinário. Eu não posso passar um dia sem dar uma cavalgada. Pra mim faz parte da minha vida andar a cavalo. Tenho que receber no campo esse ar da coxilha, enxergar longe. Ah, meu vizinho está lá fazendo isso e tals. A gente vive esse mundo aqui. Então aqui me faz muito bem. É o meu ambiente. Minha vida é aqui.

A segunda unidade produtiva analisada também pertence à mesma família há mais de um século e nela foi construída uma das primeiras casas de fazenda da região, entre os anos de 1906 e 1912. Essa residência passou por reformas, mas a estrutura permanece igual. O atual proprietário tomou a frente da unidade produtiva em 1991 e relata que durante todo o tempo o sistema de produção praticado foi a pecuária. A partir de meados dos anos 80 a família passou a investir em melhoramento de pastagens, visando o aumento da produtividade em menor área, já que a área original foi sendo subdividida em partilhas.

Desta forma, segundo o proprietário (informação verbal, 2013)⁸, a missão da unidade de produção é o desenvolvimento da pecuária (ovinos e bovinos), que mais que uma atividade produtiva, nas palavras dele “é um estilo de vida⁹”. E essa missão foi transmitida de geração em geração, e “Agora sedimentou na área de abrangência da Unidade [RVS dos Campos de Palmas] a atividade da pecuária”.

Diferentemente da maioria das fazendas de gado da região, que se concentram em cria e engorda, esta unidade produtiva investe desde o ano de 1985 em uma cabanha de criação de bovinos e ovinos de raça, vendendo animais selecionados, focando em reprodutores.

Na unidade produtiva há uma preocupação em diversificar as atividades agrícolas com o objetivo de alcançar estabilidade ou compensação nos momentos em que alguma das atividades gera prejuízo. Desta forma, atualmente a cabanha de ovinos vem gerando melhores ingressos que a de bovinos, ao mesmo tempo em que se investiu na transformação do leite (fabricação de queijo).

Apesar deste interesse, o proprietário vê a pecuária como uma atividade produtiva bastante previsível,

A pecuária é uma atividade que dá pouco rendimento, mas ela não quebra. É muito difícil, por exemplo, você perder todos os animais. Pode-se não vender num ano, ou ter mais mortes, mas na pecuária de cria sempre vai manter. (...) Você não tem chance de ter supersafras como nas lavouras. Na pecuária isso não ocorre. O boi não oscila tanto, nem em termos de cria, nem de valor. É mais ou menos constante.

Nesta unidade produtiva também são necessários funcionários, e atualmente estão contratados 03 permanentes. A família é pequena e de forma contínua somente o proprietário permanece na fazenda. O trabalhador mais antigo tem mais experiência e liberdade para fazer sugestões sobre a lida, e ainda, é responsável pelo trabalho de internet, já que “hoje as comunicações na área da ovinocultura é tudo pela internet. E é ele que faz comunicação de cobertura, nascimento. A gente acompanha tudo pela internet.” O funcionário mais recente lida mais com o leite, enquanto sua esposa é responsável pela fabricação do queijo.

⁸ Entrevistado II. [mai 2013]. Entrevistador: Marcia Casarin Strapazzon. Palmas, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra não se encontra anexada em virtude da necessidade de preservar a identidade do entrevistado.

⁹ Expressão tomada emprestada para compor o título da subseção.

Esta unidade produtiva já recebe escolas, pesquisadores, mas não tem interesse em se abrir para o turismo. Inovadoramente, por influência do filho, foi implantada uma experiência de cercamento de capões:

Eu fiz o cercamento dos capões, plantação de cerca de 500 mudas de goiaba serrana, e uma infinidade de outras árvores (...). Mas eu tenho percebido que só pegam as nativas. Não adianta introduzir espécies muito exóticas. (...) Agora, só o fato de fechar o capão precisa ver como revitaliza a fauna. Porque muitas árvores que não nasciam passam a poder nascer e desenvolver. Porque o ovino/bovino é um predador. Ele vai comer, principalmente a ovelha, ela come muito broto. Se evita o acesso, revigora muito. De animais, o que eu tenho visto bem mais é tatu. O pessoal caça muito. Eu não deixo caçar. É uma coisa meio primitiva, ir caçar. (...)

Quanto à relação da unidade de produção com a unidade de conservação, o proprietário se apresenta consciente da importância da preservação ambiental, no entanto, descontente com a inexistência de alguma compensação, em suas palavras:

Eu acho que nós estamos pagando o preço. Talvez no futuro tenha alguma compensação. Por enquanto, eu acho que quem está obtendo benefício com a criação da Unidade é a sociedade, indiscutivelmente. E que, aliás, diga-se de passagem, era necessário. Havia a necessidade de preservar esses campos. Porque se não fosse a criação do RVS não haveria mais campo nessa região. Convenhamos, acho que não tem caráter que resista a uma oferta tão grande de dinheiro [se referindo a arrendamento para lavouras]. (...) Às vezes o proprietário não tem má intenção, mas o dinheiro fala mais alto, o regime é capitalista. (...) Indiscutivelmente, do ponto de vista econômico, essas terras foram desvalorizadas. O valor da terra caiu drasticamente, até mais do que caiu, não tem mais valor de mercado. Claro que para mim, pessoalmente, como eu não quero vender, não faz diferença. Mas, eu não sei, no futuro quem sabe, meu filho queira vender e naturalmente não vai ter comprador. Eu acho que o ideal era ter um sistema de compensação. Como tem aqueles lá em Minas, eu vi alguma coisa, por serviços ambientais. Porque, indiscutivelmente, é um benefício que o proprietário da área está prestando à sociedade, então a sociedade tem que remunerar esse cidadão que está prestando um serviço ao conjunto. Porque senão fica só ônus. Deveria ter um bônus. Isso seria muito interessante. Até porque, daí os proprietários passariam a defender a Unidade. Eu penso que aqui o futuro talvez seja isso.

Em comparação com as outras UPs analisadas, está é a de menor área, e sua superfície agrícola útil alcança cerca de um terço da área média das outras, originando a necessidade de arrendar mais terras. Em referência à análise econômica, verificou-se que a renda agrícola resultou em valor negativo, tendo ocorrido um custo intermediário bastante alto, que acabou onerando a produção do ano agrícola avaliado. E, novamente, verificou-se a importância da diversificação de rendas, sendo que a renda de transferência social (aposentadoria) garantiu o funcionamento da fazenda.

Neste caso cabe ressaltar que os motivos da permanência do proprietário na unidade de produção estão muito mais ligados à satisfação pessoal que a valores materiais. Para ilustrar tal conclusão, segue a transcrição de um trecho da entrevista bastante esclarecedor:

Eu estou satisfeito. Isso aqui é um estado interior. Uma fazenda não é uma atividade produtiva, a pecuária e tal. Eu já não tendo prejuízo já estou satisfeito, já está de bom tamanho. Aqui a gente vive bem, dorme bem. É uma questão de bem-estar, conforto. A verdura a gente extrai daqui. A batata a gente produziu aqui, é orgânica. É outro sabor, ela tem gosto. A carne tem outro sabor, a galinha produzida aqui tem outro sabor. Então, do ponto de vista pessoal eu acho bom. (...) Agora, a rentabilidade, o dinheiro, mas na vida não é só isso. A saúde é mais importante, né. Agora, a esperança sempre é que não tenha prejuízo e que tenha algum lucro. Não vou te dizer que não tenha lucro, até não tem porque eu estou sempre investindo. Eu estou sempre investindo. Minha mulher às vezes reclama quando vou comprar calcário e tal, ‘é só gasto’... eu digo, ‘não, é investimento’. O calcário na terra é um investimento, ele dá um retorno. (...) Eu acho que isso tudo é uma realização pessoal. Porque se a pessoa quiser ganhar mais, evidentemente que ela tem que ir para a área de grãos, soja, milho, tubérculos como a batata. A pecuária não é uma atividade muito produtiva. Mas eu acho que é uma questão de gosto e de estilo de vida. (...)

A terceira unidade de produção analisada é fruto do ciclo da madeira. A família, originária de outro Estado, mudou-se para Palmas-PR em busca de pinheiros (araucárias) para exploração. Possuíam uma serraria, e assim as terras foram compradas, a madeira explorada e a área foi posteriormente subdividida entre os três filhos. O casal que atualmente vive na unidade chegou em 1984 e foi o responsável por toda a estruturação, sede, galpões, cerca, etc. A família possuía uma serraria no Mato Grosso também, mas mudou de atividade e permaneceu com o gado nos dois Estados.

Há 05 (cinco) anos foi implantada lavoura nas áreas da fazenda que ficam fora dos limites do RVS dos Campos de Palmas (e que é considerada outra fazenda), e conta a entrevistada (informação verbal, 2014)¹⁰ que foi muito difícil convencer o marido a aceitar essa mudança, por força da tradição. Contudo, explica que o rendimento com o arrendamento

¹⁰ Entrevistada III. [set. 2013]. Entrevistador: Marcia Casarin Strapazzon. Palmas, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra não se encontra anexada em virtude da necessidade de preservar a identidade do entrevistado.

para plantio de batata e grãos é muito maior, fixo, e que é incomparável ao rendimento do gado no campo nativo, pois a produtividade é muito baixa neste último.

Esta também é a única unidade produtiva que contraiu financiamento para custeio no ano agrícola inventariado. Continuando a análise econômica, verificou-se que a renda agrícola da área no interior da UC foi negativa, o que pode ter relação com a baixa lotação de animais por área (cerca de 0,21 animais por hectare, enquanto a média das outras três unidades produtivas ficou em 1,38 animais por hectare). Desta forma, o que garantiu a reprodução econômica da unidade produtiva foram as rendas de outras fontes (97,5% da renda total), relativas aos arrendamentos e produções nas outras duas áreas da família.

Destaca-se que a sede da unidade produtiva analisada localiza-se na zona de amortecimento do RVS dos Campos de Palmas, e é onde a família mora. Dentro da UC encontram-se as áreas de campo nativo, onde é praticada a pecuária extensiva, enquanto fora da UC situam-se as áreas arrendadas para agricultura.

Dentro da análise mais qualitativa, a proprietária informou que a missão da unidade produtiva era dar continuidade ao consórcio lavoura-pecuária, pois se revelou o mais rentável para a família. Embora tenha deixado bem claro que não foi uma mudança fácil, já que para o marido não se deveria mexer no campo nativo, deveria permanecer somente com gado. Mas, a esposa foi insistente e implantou a lavoura com o apoio dos filhos.

A unidade produtiva requer a contratação de funcionários, já que somente um filho permanece na fazenda, mas apresenta problemas de saúde. Assim, trabalham um casal de funcionários permanentes, o homem lidando no campo e a mulher como doméstica na sede, ambos de contratação recente.

Em relação à diversificação de atividades por meio do turismo, a entrevistada respondeu que concordam com a ideia, porém “eu digo que é pros meus netos isso, quando eles quiserem, eles que vão mexer com isso. Pra nós já passou, eu já trabalhei muito”.

Quanto ao significado desta fazenda para a entrevistadora, seguem seus comentários transcritos:

Pra mim significa tudo. Vender, arrendar, alugar, ir embora, não penso. Nós temos terra lá no Mato Grosso. Um dia tentei ir morar pra lá. (...) É diferente, é quente. Aquele poeirão, calorão. Aqui estamos acostumados, esfriou, a gente põe um casquinho. O clima é importante pra mim, é melhor. Eu fui acostumada né, a vida inteira, não sei viver de outro jeito. Vou pra cidade e fico perdida, caminho pra lá e pra cá dentro de casa e digo: tenho que ir embora. Aqui eu ando bastante. Vou lá no rio, pego uns peixes. Quando vão tocar o gado eu vou junto. (...)

Já quanto à compatibilidade entre a unidade de produção e a Unidade de Conservação, pôde-se observar um descontentamento que pode estar relacionado à falta de informação, expressada por uma crença de que não possuem garantia de domínio da terra e de uma proibição generalizada. Entretanto, ao ser indagada sobre qual caminho visualizaria para que houvesse compatibilidade, a proprietária respondeu que

poderia ter uma compensação, pra plantar uma erva, pra coisas que podem tirar depois né. É por esse caminho. Porque como tá a gente não pode fazer nada. Teria que ter um tanto por alqueire, algo próximo do que daria economicamente. Algum benefício, a patrôla nas estradas. O REVIS é importante pra proteger uns bichos, os campos, a natureza. Mas a gente precisa de ajuda pra manter né, imagina se só tivéssemos a fazenda lá Não teria como.

A última unidade de produção possui uma história um pouco distinta das demais analisadas. O proprietário não possui tradição na lida do campo e a fazenda não é proveniente de herança. Este proprietário possuía (e possui) uma carreira na cidade e tinha um sonho: ter uma fazenda. Então, em 1996 comprou uma gleba de terra na área do atual RVS dos Campos de Palmas, na porção florestada da UC, município de General Carneiro-PR. Com o tempo anexou áreas vizinhas, cujo ecossistema predominante são os campos. Inicialmente, manteve a sede da fazenda em um rancho e mais tarde construiu uma casa bastante confortável.

A produção pecuária iniciou com 50 cabeças de gado e atualmente somam cerca de 700 cabeças. O proprietário conta (informação verbal, 2013)¹¹ que devido à sua inexperiência, a princípio o plantel formado foi bastante heterogêneo e durante anos o trabalho na fazenda se resumia a investimentos, custos, gastos. Mais recentemente o plantel começou a ser renovado com cuidado na escolha da genética dos animais, assim como foi iniciada a exploração de erva-mate nativa na parte florestal.

Não surpreendentemente, segundo o proprietário, a fazenda não tem uma missão como uma empresa, é simplesmente “pelo prazer de ter a fazenda”. O sistema de produção (pecuária) foi escolhido pela vocação da área – campos –, pela compatibilidade com a vida silvestre (a criação de carneiro “sofre” a pressão da caça pelo leão-baio), e pelo prazer que o proprietário tem de trabalhar com criação. Em suas palavras: “Eu escolhi a pecuária de

¹¹ Entrevistado IV. [set 2013]. Entrevistador: Marcia Casarin Strapazzon. Palmas, 2013. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra não se encontra anexada em virtude da necessidade de preservar a identidade do entrevistado.

criação porque eu gosto de ver o bichinho nascer. Eu não gosto só de engordar. Eu gosto de percorrer a fazenda e encontrar os terneiros recém-nascidos”.

Seguindo este mesmo raciocínio, a unidade de produção não possui um controle rígido de custos, investimentos, lucros. O proprietário salienta que a função da fazenda é satisfação pessoal, portanto, imagina que, atualmente, no ritmo de venda de bezerras e com a exploração da erva-mate não haja prejuízo, porém, sugere que no futuro pode ser que isso mude para melhor. Ainda, ressalta que nos anos iniciais houve muito investimento em estrutura, plantel, mão-de-obra.

A UP possui 03 funcionários, todos com mais de 10 anos de serviço na fazenda. Um deles está com a família há 40 anos. Quanto ao relacionamento com os empregados, o proprietário relata: “Eu gosto de ouvir a opinião deles. Porque esse pessoal vive no mato, tem mais conhecido, principalmente o mais antigo. Já conhecia a fazenda antes de nós, é da região”.

Em relação à viabilidade econômica da UP, o proprietário considera estar rumo à meta traçada, “Estamos a 80% da produtividade almejada. O plantel hoje é bem mais selecionado, bem melhor. A renovação do plantel é pra aumentar ainda mais a produtividade.” Ainda, apresenta interesse em diversificar as atividades, já tendo iniciado um forte investimento na erva-mate, vislumbrando a certificação que agrega valor consideravelmente, bem como demonstra interesse pela apicultura e pelo turismo rural.

Através da análise dos dados econômicos pôde-se observar uma diversificação de rendas ainda mais ampla que nos outros casos estudados. A renda de transferência social (aposentadoria) participou com somente 6,3% da renda total, a renda agrícola se revelou apenas 13,5%, enquanto a renda não-agrícola compôs 21,23%, e a renda de outras fontes foi a majoritária, com 58,61% da renda total.

Quanto à relação da UP com a UC, o proprietário expressou crédito na compatibilidade entre os dois,

Se por um lado o pessoal aventa que vai perder o valor da terra, a gente não acha que vai perder o valor. Se o projeto for implantado de uma forma correta, a gente acha que vai ter mais vantagens que se não tivesse o parque, benefícios fiscais, programas. (...) Por vontade própria eu não tenho vontade de sair. A gente acredita que vai ser criada uma forma de compatibilizar a criação do parque com a atividade econômica.

6.3. Considerações Finais

Uma das observações mais interessantes que a presente análise permitiu trata-se da evidência das motivações relacionadas a esferas imateriais da vida na relação dos proprietários e suas famílias com as unidades produtivas. Alguns mais enquanto outros menos, frisavam a importância da geração de lucros por meio das atividades produtivas nas fazendas, no entanto, todos expressaram indubitavelmente que a razão para sua permanência naquelas terras se encontrava para além das questões financeiras ou mesmo materiais.

Outra constatação foi a incidência também unânime de portfólios diversificados de ingressos, o que em todas as análises foi definitivo para a reprodução econômica da unidade produtiva. Esta configuração se alinha a uma tendência mundial de mudanças no meio rural que vêm se firmando por meio da adoção de estratégias que combinam rendas agrícolas com rendas não-agrícolas, embora pareça ao senso comum a afirmação da inviabilidade econômica de estabelecimentos rurais.

Portanto, resta muito interessante explorar a complexidade das relações e das configurações no meio rural, evidenciando as transformações que procedem, bem como identificando a importância de elementos imateriais nestes meios de vida. Tal conformação também se adequa fortemente à preocupação em relação à problemática ambiental, na medida em que se considera o impacto negativo da ênfase (questionável) da busca da felicidade através de bens materiais, muitas vezes não reutilizáveis ou recicláveis.

7. CONCLUSÃO

Como discutido ao longo desta dissertação, alguns estudos e publicações sugerem que a categoria de Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre é um equívoco. A base das argumentações funda-se na dicotomia entre posturas preservacionistas e socioambientalistas e são expressas claramente pelos servidores envolvidos com a gestão de Unidades de Conservação brasileiras. Diante da incapacidade de superação da necessidade de certezas e determinações, das fragmentações, uma categoria de proteção ambiental que reúne preservação/proteção integral e presença humana torna-se incompreensível.

Contudo, a sociedade contemporânea movimenta-se em velocidades cada vez maiores, certezas são levantadas e derrubadas diariamente, efeitos inesperados surgem de cada atividade ou tomada de decisão humana. A problemática ambiental, em toda sua complexidade, vem tornando-se cada vez mais realista, perceptível e palpável. A criação de Unidades de Conservação que excluem a presença humana é de certa forma uma necessidade urgente. É uma necessidade até que se supere a predominância da racionalidade econômica sobre todas as outras racionalidades. Ou, pelo menos, que se assuma o valor das racionalidades alternativas, buscando instrumentos para mantê-las, na medida em que podem se constituir meios para a preservação ambiental efetiva. Prova disso foi demonstrada ao longo desta dissertação, na medida em que se pôde observar que diante de uma categoria complexa como um Refúgio de Vida Silvestre pode não ser possível aceitá-la plenamente, porém existem caminhos factíveis de convivência, por meio do respeito à existência do outro.

Ao longo de toda a dissertação, de formas diferentes, o tema das racionalidades surgiu e foi analisado. Algumas vezes mais claramente, outras sem que fosse descrito explicitamente. Desses momentos menos explícitos, pode-se identificar a tensão de racionalidades presente durante a elaboração da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ao se verificar a mudança do foco de proteção dos Refúgios de Vida Silvestre de “espécies” (foco mais preservacionista) para “ambientes” (numa transição para um modo de pensar mais socioambientalista). Ou ainda, mais anteriormente, ao longo do histórico da criação das categorias de UCs, quando da criação de dois órgãos ambientais que dividiam a gestão das Unidades de Conservação (UC), sendo o IBDF anterior, mais preservacionista, e a SEMA, posterior, mais socioambientalista.

No decorrer da história da sociedade humana foi sendo afirmada a dicotomia sujeito/objeto, razão/emoção, homem/natureza, e assim a racionalidade social foi forjada de forma que a sociedade se entendesse destacada ou, mais ainda, superior à natureza,

considerada objeto à disposição do homem racional. As posturas dos ambientalistas divididos entre preservacionistas e socioambientalistas, também expressa nas categorias de Unidades de Conservação na Lei brasileira, nada mais são que reflexos desse contexto. Até mesmo a realização de uma pesquisa que pretende identificar, ou mais ainda, superar essa dicotomia, como a que se apresenta, desliza e se precipita para esse olhar segregador por diversas vezes.

Pode-se ousar dizer que essa forma fragmentada, compartimentalizada, de enxergar as coisas não se mostrou muito positiva, ao menos em relação à conservação da natureza. Portanto, é viável e até desejável, permitir a existência de uma categoria de Unidade de Conservação que, acidentalmente ou não, une as duas posturas supostamente antagônicas, nem que seja a título de experimentação.

Em relação às pessoas cujas propriedades são abrangidas por Unidades de Conservação como os Refúgios de Vida Silvestre, há que se reconhecer que convivem com uma tensão real, com um confronto de racionalidades, imposto em prol do bem comum. Um primeiro passo a ser considerado nesse contexto é o acesso à informação. Tomar consciência tanto da problemática ambiental, quanto da história da sociedade humana em termos de racionalidade e das conseqüências deste modo de vida é essencial para a formação de opinião, argumentação e convivência ou superação dos obstáculos enfrentados.

Neste contexto, ainda mais clara mostrou-se a tensão entre a racionalidade econômica hegemônica e racionalidades substantivas expressadas nos depoimentos dos proprietários de terras inseridas no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. Pôde-se verificar a importância dedicada a aspectos tanto materiais quanto imateriais da vida humana. Contudo, ficou claro o valor de aspectos imateriais quando se trata da ligação e do desejo de manutenção do “estilo de vida” dessas pessoas.

A importância das Unidades de Conservação é indiscutível, o papel destas para as gerações presentes e futuras é inquestionável. Portanto, num momento em que se discute extensamente sobre a concretização do desenvolvimento sustentável é importante desmitificar o ideário de que unidades de conservação são medidas que comprometem o crescimento econômico em favor de preservação ambiental. É necessário que o capital social dos envolvidos com uma UC e suas capacidades de articulação e movimentação sejam direcionadas à convivência com as UCs.

De forma pragmática, as teorias da modernização ecológica são as que oferecem perspectivas mais viáveis de conciliação entre os interesses das pessoas afetadas pela criação de Unidades de Conservação que não implicam necessariamente em desapropriação das terras, como é o caso dos Refúgios de Vida Silvestre, e as Unidades de Conservação. Isto se

deve pela impraticabilidade do rompimento com a lógica capitalista, hegemônica na sociedade atual. Neste sentido, o alcance de uma racionalidade ambiental permanece viável quase que apenas no plano ideológico. O que não quer dizer que a busca e a valorização de racionalidades alternativas deva ser abandonada.

Pelo contrário, durante esta pesquisa foram encontrados indícios de que quanto mais substantivas forem as racionalidades dos proprietários de terras no interior da Unidade de Conservação, como no caso previamente analisado, no interior do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, mais compatível serão os estabelecimentos e seus proprietários/gestores com a UC. Isto em virtude da importância devida a esferas não-materiais da vida, como a qualidade de vida, o estilo de vida, a ligação histórica com a terra, o ar puro, os hábitos ligados ao campo, como a cavalgada, entre outros. Outra evidência interessante verificada no decorrer da pesquisa é que quanto mais diversificadas forem as fontes de renda dos proprietários dos estabelecimentos, mais assegurada estará a viabilidade econômica destes, de modo a acompanhar as transformações do meio rural que vem ocorrendo pelo mundo todo.

Por último, cabe colocar que os resultados dessa dissertação propõem uma abordagem que pode inspirar os gestores de Unidades de Conservação que enfrentem situações similares à estudada, bem como o desenvolvimento de políticas públicas na área ambiental, sendo de especial interesse em trabalhos futuros no âmbito das pesquisas em Desenvolvimento Regional Sustentável, área do programa de pós-graduação onde esta pesquisa teve nicho.

8. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Ipea, Projeto BRA/97/013, junho de 1999, (primeiro relatório de pesquisa).
- ALHO, C. J. R. Biodiversity of the Pantanal: response to seasonal flooding regime and to environmental degradation. **Brazilian Journal of Biology**, v. 68, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bjb/v68n4s0/a05v684s.pdf>> Acesso em: 20 set. 2012.
- BALSADI, O.V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São paulo em perspectiva**, 15(1), 2001.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BEHLING, H., JESKE-PIERUSCHKA, V., SCHÜLER, L. **Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio.** In Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (ed. PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S; JACQUES, A. V. A.), pp. 13-25. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- BRASIL. Decreto Nº 6.660/2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm> Acesso em 18 mai. 2013.
- BRASIL. Decreto Presidencial não numerado de 03 de abril de 2006. Cria o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 abr. 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10807.htm> Acesso em 20 set. 2012.
- BRASIL. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011. 40 p.
- BRASIL. **Estudo Técnico RVS-CP.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 30 p.
- BRASIL. **II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79).** Brasília: SEPLAN, 1975.
- BRASIL. Lei Nº 11.428/2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11428.htm> Acesso em: 22 mai. 2013.
- BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 jan.

1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15197.htm> Acesso em 15 de ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 22 set. 2012.

BRASIL. **PROCESSO 02001.003062/2005-10**: Criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. 2005.

BRASIL. Resolução CONAMA 428/2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2010. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>> Acesso em: 20 mai. 2013.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**. N. 1. dez 2008. p. 1 -12.

BRITO, Daniela de V.; BOCCHIGLIERI, Adriana. Comunidade de morcegos (Mammalia, Chiroptera) no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Sergipe, nordeste do Brasil. **Biota Neotropica (on line)**, Campinas, v. 12, n. 3, Sept. 2012. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032012000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de julho de 2013.

BROWN, K. Innovations for conservation and development. **The Geographical Journal**, v. 168, n. 1, p. 6-17, 2002.

BUTTEL, Frederick H. Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de vida: Algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene *et al.* (Org). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói, EDUFF, 2000, p. 29 – 47.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and fishermen of St. Briec Bay. In: Law, J. (ed), **Power, action, belief: a new sociology of knowledge?**. Sociological Review Monograph 32. 1986. London: Routledge.

DIAS, J. PEREIRA, N.. Considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia: interações entre o Estado e a Ciência. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, América do Norte, 21, dez. 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/15933/13426>. Acesso em: 07 Jul. 2013.

DIEGUES, Antonio C. S. **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e mata atlântica**. NUPAUB-USP, Série documentos e relatórios de pesquisa, São Paulo, 1995. 77p.

DRUMMOND, J. A.; BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian environmental laws and policies: 1934-2002: a critical overview. **Law & Policy**, v. 28, n. 1, p. 83-108, jan. 2006.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A.; OLIVEIRA, D. de. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil** in Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. GANEM, R. (org.). Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Série Memória e Análise de Leis. N. 2, 2011. 437 pp.

DUFUMIER, Marc. **Les projets de développement agricole – Manuel d’expertise**, Paris: CTA-Karthala. 1996.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

FARINACI, Juliana S.; FERREIRA, Leila da C.; BATISTELLA, Mateus. Transição florestal e modernização ecológica: a eucaliptocultura para além do bem e do mal. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVI, n. 2, p. 25-46, abr.-jun. 2013.

FERNANDES, Valdir; PONCHIROLI, Osmar. **Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos Organizacionais**. CADERNOS EBAPE.BR, v. 9, Edição Especial, artigo 8, Rio de Janeiro, Jul. 2011.

FUNPEF – Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. 2001. **Conservação do Bioma Floresta com Araucária: relatório final**. Diagnóstico dos remanescentes florestais/PROBIO Araucária. 2 v. FUPEF, Curitiba, Brasil, 236 pp.

FLORIT, Luciano. Teoria social e a relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens. **Cadernos de Sociologia**, v. 10, p. 61-86, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1998.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

IBDF/FBCN. **Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil**. Brasília: Min. da Agricultura. 1979, 107p.

IBDF/FBCN. **Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil: II Etapa**. Brasília: Min. da Agricultura. 1982, 173p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico e contagem da população**, 2010.

INCRA/FAO. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA/FAO - Projeto de Cooperação Técnica, 1999. 58pp.

JATOBÁ, Sérgio U. S.; CIDADE, Lúcia C. F.; VARGAS, Glória M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

JENKINS, Clinton N.; JOPPA, Lucas. Expansion of the global terrestrial protected area system. **Biological Conservation**, 142, p. 2166–2174, 2009.

LAYRARGUES, Philippe P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, 25 (71): 5-10, 1997.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 555p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5^a Ed. São Paulo, Cortez Editora, 2010. 240 p.

LIMA, Arlindo. J. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C.; MÜLLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 176 p.

LIMA, José. E. de S. **As racionalidades substantivas no debate socioambiental e na gestão das águas: indagações epistemológicas**. 2005. 204 f. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR. 2005.

LISBOA, Gilberto Santos; JESUS JR, Guilhardes de; LISBOA, Mateus de Melo. As limitações administrativas da União no refúgio de vida silvestre de UNA, sul da Bahia. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em: <ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id> Acesso em abr 2013.

MARTINS, Evandro S. **Refúgio de Vida Silvestre, espécie de Unidade de Conservação e a efetividade nos Campos de Palmas**. 2009. 77 f. Monografia (Graduação) Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2009.

MATTOS, Patricia P.; NOBRE, Itamar M.; ALOUFA, Magdi. A. I. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: avanço na concepção de áreas protegidas? **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 23, n. 3, 409-422, set/dez 2011.

MATURANA, Humberto., & VARELA. Francisco. **Autopoiesis and cognition: The realization of the living**. Boston: Reidel, 1980.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001. 288 p.

MATURANA, Humberto, R. Emoções e linguagem na educação e na política. 1^a ed. Atualizada. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 98pp.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, vol. IX, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano VI, n. 9, p. 83-93, jan. 2004.

MENEZES, D. S.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. **O&S**. Salvador, v.17, n.54, p. 479-498, jul/set., 2010. Disponível em www.revistaoes.ufba.br. Acessado em 20 de junho de 2013.

MERCADANTE, Mauricio. Uma década **de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC**. In: BENJAMIN, A.H. (org.) Direito Ambiental das Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, p. 190-231, 2001.

MILANEZ, Bruno. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 77-89, jul/dez 2009.

MOL, Arthur P. J. A globalização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: a teoria da Modernização Ecológica. In: HERCULANO, Selene *et al.* (Org). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói, EDUFF, 2000, p. 267 – 268.

MORATO, Sérgio A. A.; LIMA, André M. X. DE; STAUT, Daniele C. P. FARIA, Renato G.; SOUZA-ALVES, João P. de; GOUVEIA, Sidney F.; SCUPINO, Michela R. C.; GOMES, Ramon; SILVA, Marcelo J. da. Amphibians and Reptiles of the Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, municipality of Capela, state of Sergipe, northeastern Brazil. **Check List**. Volume 7, Issue 6, p. 756-762, 2011. Disponível em <<http://www.checklist.org.br/getpdf?SL070-10>>, acesso em 24 de junho de 2013.

NUNES, M. C. de L.; COSTA, M. J. P.; LUSTOSA, M. C. J. A conservação da biodiversidade no Brasil: uma visão a partir de áreas protegidas. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 4, n. 11, p. 21-42, mai./ago., 2011.

OLIVEIRA, I. A. **Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. 269 f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis, 2005.

ONU. **Declaração de Estocolmo de 1972**. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 22 mai 2013.

PADUA, José. A. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 318p.

PÁDUA, Maria. T. J. Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Anais. Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997. v. 1.

PADUA, Maria. T. J. Análise crítica da nova lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza do Brasil. **Revista de Direito Ambiental**, v. 22, p. 51-61, 2001.

PECCATIELLO, A. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, América do Norte, 24, dez. 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/21542/17081>. Acesso em: 07 Jul. 2013.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Porto Alegre: UFRGS. 2007.

PINTO, Luiz P.; BEDÊ, Lúcio; PAESE, Adriana; FONSECA, Mônica; PAGLIA, Adriano, LAMAS, Ivana. **Mata Atlântica brasileira: os desafios para a conservação da biodiversidade de um hotspot mundial**. In ROCHA, Carlos F. D.; BERGALLO, Helena. G.; VAN SLUYS, Monique; ALVES, M. A. S. *Biologia da Conservação: essências*. São Carlos: RiMa, 2006. 582 p.

RIBAS, Joaquim. O. História do município de General Carneiro. General Carneiro: Kaygangue, 2008. 78p.

RODRIGUES, J. E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 143p.

SANTOS, Mário. J. S.; LEITE, Mirsa. M. B. X. Paradoxos do papel do Estado em unidades de conservação: o caso do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Capela (SE). **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquibadã, v. 5, n.1, p. 94-102, 2012.

SEN, Amartya. (2000) **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SERVA, Maurício R. **Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (Tese de Doutorado), 1996. 598p.

SILVA, J. I. A. O. As Unidades de Conservação conforme a Lei Nº 9.985/2000: suas características e regime jurídico-ambientais. **Revista de Direito e Liberdade**. Natal, v. 8, p. 371-400, 2008.

SOUZA, M. F. R. **Política pública para unidades de conservação no Brasil: diagnóstico e propostas para uma revisão**. Curitiba. Tese. (Doutorado em Ciências Florestais) - Programa de Doutorado em Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, UFPR. 2012. 345 f.

STCP. **Relatório do Meio Biológico: Plano de Manejo do RVS-CP**. Curitiba: 2013.

STCP. **Relatório do Meio Socioeconômico: Plano de Manejo do RVS-CP**. Curitiba: 2012.

STRAUBE, Fernando C. **Ruínas e urubus: história da ornitologia no Paraná. Período de Natterer, 2 (1835 a 1865)**. Curitiba, Pr: Hori Consultoria Ambiental, 2013. 314p.

TAVOLARO, Sergio B. F. (2007). “Variações no interior de um discurso hegemônico? Sobre a tensão ‘ação – estrutura’ na sociologia contemporânea. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais**, (50), vol. XVI, n.1, p. 97-125.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

UNEP-WCMC. **State of the World's Protected Areas 2007: An Annual Review Of Global Conservation Progress.** UNEP-WCMC, Cambridge. 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1981. 233 pp.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva.** 4ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 464p.

ANEXO A

DIAGNÓSTICO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO

Agricultor (nome completo):..... Telefone:.....

Entrevistador:..... Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

1) Composição da família **(Informar a família RESIDENTE na UP)**

Nome	Sexo (M/F)	Idade	Relação com o chefe (A)	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho	(D) Escolaridade
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP (*)	0 Não alfabetizado
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	1 Primeira série – 1º Grau
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	2 Segunda série – 1º Grau
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	3 Terceira série – 1º Grau
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP (*)	4 Quarta série – 1º Grau
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico	5 Quinta série – 1º Grau
7 Neto (a)		7 Somente estuda	6 Sexta série – 1º Grau
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos	7 Sétima série – 1º Grau
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	8 Oitava série – 1º Grau
10 Avô		10 Desempregado	9 Primeira série – 2º Grau
11 Avó		11 Não trabalha (deficiente ou inválido)	10 Segunda série – 2º Grau
12 Irmão		12 Outro (qual? Especificar)	11 Terceira série – 2º Grau
13 Irmã			12 Graduação incompleta
14 Trab. contratado			16 Graduação completa
15 Outros, qual?			18 Mestrado

* Arrendatário ou proprietário

22 Doutorado

** Pessoa entrevistada

ATENÇÃO: Entrevistador, quando nesta legenda não tiver as alternativas informadas pelo agricultor VOCÊ deve fazer anotações paralelas

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, CAPITAL E PRODUÇÃO

2) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

2.1) Quanto **paga** pelo **arrendamento** [informar em dinheiro ou produto]?.....

2.2) Quanto **ganha** com **arrendamento** [informar em dinheiro ou produto]?.....

2.3) Quanto **paga** na **parceria** [informar em dinheiro ou produto]?.....

2.4) Quanto **ganha** na **parceria** [informar em dinheiro ou produto]?.....

3) Atividades de produção vegetal – roça **[Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]**

Durante a composição das áreas **ESPECIFICAR as CULTURAS PLANTADAS NA MESMA ÁREA**, para não haver sobreposição de área no cálculo da SAU.

Especificação	Área Plan-tada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/Unidade (R\$)		
Batatinha						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						

Legumes e Verduras **[Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta]**

Na sua avaliação quanto valem os produtos retirados da HORTA, para o CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?

Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]

Uva						
Pêssego						

Na sua avaliação quanto valem os produtos retirados do POMAR, para CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?

Pastagem Anual						
Pastagem Permanente						

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra						
Eucalipto						
S A U Total						
Matas e Florestas Naturais						
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)						
ÁREA TOTAL						

OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.

4) Aquisição de insumos para produção vegetal [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]

Diferenciar os insumos da PRODUÇÃO VEGETAL destinados para CONSUMO ANIMAL

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAIS para PRODUÇÃO VEGETAL	TOTAL para CONSUMO ANIMAL
Sementes			SEMENTE (R\$)	SEMENTE (R\$)
			R\$	R\$
Mudas			MUDAS (R\$)	MUDAS (R\$)
			R\$	R\$
Adubos orgânicos			ADUBO ORGÂNICO (R\$)	ADUBO ORGÂNICO (R\$)
			R\$	R\$
Adubo químico (NPK, uréia, nitratos, etc.)			ADUBO QUIMÍCO	ADUBO QUIMÍCO
			R\$	R\$
Calcário			CALCÁRIO	CALCÁRIO
			R\$	R\$
Óleo diesel			OLEO DIESEL	OLEO DIESEL
			R\$	R\$
Gasolina			GASOLINA	GASOLINA
			R\$	R\$
Produtos fitossanitários (químicos e biológicos)			PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS
			R\$	R\$
Contratação de maquinário para prod. vegetal (plantio, tratos culturais, colheita...)			MAQUINÁRIO	MAQUINÁRIO
			R\$	R\$
Contratação de força de trabalho na prod. Vegetal			FORÇA DE TRABALHO	FORÇA DE TRABALHO
			R\$	R\$
			Total de DIAS trabalhado	Total de DIAS trabalhado
Outras despesas			TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)	TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)
			R\$	R\$

--	--	--

5) Efetivos animais disponíveis [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos-Leite Touros				
Vacas				
Novilhas				
Bezerras				
Bezerros				
Bovinos-Corte - Touros				
Vacas				
Novilhos				
Novilhas				
Bezerros				
Bois para trabalho				
Aves Frango de corte				
Galinha caipira				
Peru				
Suínos Leitão				
Suínos p/ abate				
Matrizes				
Reprodutor				
Ovinos				
Caprinos				
Equinos				

Produção de origem animal [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Quant. Prod	Unid.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

6) Insumos das atividades de produção animal [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
Sal comum				Sal Comum R\$
Sal mineral				Sal Mineral R\$
Rações bovinos				Ração Bovinos R\$
Ração suínos				Ração Suínos R\$
Ração aves				Ração Aves R\$
Ração - outros				Ração Outras R\$
Produtos veterinários (antibióticos, desinfetantes, inseminações, etc.)				Produtos Veterinários R\$
Despesas com aviários				Despesas Aviário R\$
Despesa com maquinários/equipamentos				Maquinários/Equipamentos R\$
Contratação de força de trabalho				Força De Trabalho Contratada R\$
				Nº de Dias/ano:
Outros insumos animais				Outros Insumos R\$

7) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Banha					
Conservas/compotas					
Melado					
Manteiga					
Pão					
Queijo					
Sabão					
Salame					
Geleias e doces					
Vinho					
Açúcar mascavo					
Massa caseira					

8) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL	
Açúcar				Açúcar	R\$
Coelho				Coelho	R\$
Tripas				Tripas	R\$
Soda				Soda	R\$
Lenha				Lenha	R\$
Embalagem				Embalagem	R\$
Farinha de trigo				Farinha de trigo	R\$
Despesa com maquinários/equipamentos				Maquinários/Equipamentos	R\$
Contratação de força de trabalho				Força De Trabalho Contratada	R\$
				Nº de Dias/ano:	
					R\$
					R\$
					R\$
Outras despesas				Outras despesas	R\$

9) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria [< 50 anos - 1963] (2) madeira [< 30 anos - 1983] (3) mista* [< 40 anos - 1973]	ano de construção	Área construída em m ²
Açude				
Aviários*				
Casas de empregados				
Estábulo				
Galpões/armazéns/paiol				
Garagem de máquinas				
Pocilgas/chiqueiro				
Estufa fumo				
Outros (especificar)				

***O material dos aviários deve ser considerado como Alvenaria, tal que, deste modo, também serão considerados os equipamentos da benfeitoria.**

10) Máquinas e equipamentos Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002 (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Ano de fabr.	Valor atual
Caminhão/ (com menos de 20 anos-1993)			
Veículo usado para produção			
Colhedora			
Batedor de grãos			
Trator (até 20 anos-1993) [indicar a marca e a potência em HP]			
Trator > 80 Hp			
Trator < 80 Hp			
Microtrator			
Equipamentos (com menos de 15 anos-1998)			
Arado de tração animal			
Arado de tração mecânica			
Capinadeira de tração animal			
Grade de tração animal			
Grade de tração mecânica			
Semeadora de tração mecânica (semeadora fluxo contínuo)			
Plantadeira para o plantio direto (semeadora de precisão)			
Semeadora de tração animal			
Ensiladeira			
Roçadeira costal			
Roçadeira de tração mecânica			
Carreta agrícola			
Pulverizador costal manual			
Pulverizador costal motorizado			
Pulverizador tracionado			
Pulverizador montado			
Pulverizador autopropelido			
Ordehadeira canalizada			
Ordehadeira não canalizada			
Resfriador de leite – imersão de tarros			
Resfriador de leite – a granel			
Motor elétrico			
Bomba de água			
Engenho de cana			
Triturador de cereais (forrageiras)			
Carroça			
Máquina de costurar fumo			
Outros (especificar)**			
Minorias (ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá)			

DESPESAS

11) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Formas de contratação	Número de pessoas ou máquinas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário para Serviços Gerais do estabelecimento (**)			
03 Contratação de Máquinas para Serviços Gerais do estabelecimento			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

12) Outros gastos (valores anuais) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	
Telefone para fins produtivos	
Oleo diesel p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Gasolina p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Consertos de equipamentos em serviço externo	

13) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]

- rotação de culturas
 consórcio de culturas
 adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
 reflorestamento de áreas degradadas
 controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
 adubação verde
 1() anualmente 2() esporadicamente
 Terraceamento (curvas de nível)
 Tipo do relevo: 1() forte ondulado 2() ondulado 3() levemente ondulado 4() plano
 plantio direto

13.1) Utiliza grade, arado ou escarificador?

- 1() nunca 2() mensalmente 3() semestralmente 4() anualmente 5() menos de uma vez por ano

13.2) Teve problemas com erosão neste ano agrícola?

1()SIM 2()NÃO

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIAATIVIDADE

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

14) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP **Considerar inverno de 2012 a outono de 2013**

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (B)	Valor total recebido (R\$)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (A)	Valor total recebido (R\$)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)				
	Discriminação da atividade	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	Valor total recebido (R\$)

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor.

(***) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento
4. Unidade de processamento coletiva
5. Unidade de processamento de terceiro
6. Outro local

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros
10. Não se aplica

15) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

16) Há membros que recebam aposentadoria/pensão e/ou outro benefício na sua família?

1-Sim () 2- Não () 3-() Não sabe/ não respondeu

16.1) **Em caso afirmativo**, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)?**

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício 01 (A)	Tipo de benefício 02 (A)	Número de meses em que recebeu os benefícios	Valor mensal recebido (R\$)

(A) → 1-Aposentadoria 2-Pensão 3-Auxílio doença 4-Bolsa de estudo 5-Bolsa família 6-outro benefício

17) Quais outras fontes de renda a família contou no último ano agrícola **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)**

Tipos de rendas (Não = 0 e Sim = 1)	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

18) Assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)**

Tipos de investimentos (Não = 0, Sim = 1 e Não sabe = 3)	Valor total gasto em R\$
() Aquisição de terras	
() Aquisição de veículos (utilitários)	
() Aquisição de equipamentos ou máquinas	
() Aquisição de terreno na cidade	
() Construção e reforma da casa	
() Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
() Investimentos na área ambiental (SISLEG, conservação, etc)	
() Outros investimentos (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

19) Assinale de quem recebeu assistência técnica (todos) **(Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)**

- | | |
|---|---|
| () Não recebeu assistência técnica | 5-() ONGs |
| () Não se aplica | 6-() Empresas integradoras |
| 1-() Cooperativa de produção | 7-() Assistência técnica particular (liberais) |
| 2-() Sindicato | 8-() EMATER |
| 3-() Secretaria Estadual de Agricultura | 9-() Outro |
| 4-() Secretaria Municipal de Agricultura | |

20) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- 1-() Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
 2-() Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
 3-() Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
 4-() Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários
 5-() Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais

21) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (inverno de 2012 a outono de 2013)?

- 1-Sim () 2-Não () 3-() Não sabe/não respondeu

Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$)	Valor pago em juros (R\$)

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7. Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8. Programa do estado
3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

INFRAESTRUTURA BÁSICA**22.1) Composição da moradia**

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

22.2) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Banheiro completo (*)	1-()
2-Banheiro incompleto (**)	2-()
3-Casinha ou latrina	3-()
4-Nenhuma	4-()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

22.3) Tipo de piso predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Concreto	1-()
2-Chão batido	2-()
3-Madeira	3-()
4-Outro	4-()

22.4) Tipo de cobertura predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Telha de barro	1-()
2-Telha de amianto (Brasilit)	2-()
3-Capim ou palha	3-()
4-Zinco ou outro metal	4-()
5-Outra	5-()

22.5) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
1-Tijolo com revestimento	1-()
2-Tijolo sem revestimento	2-()
3-Tábuas	3-()
4-Tapumes ou chapas de madeira	4-()
5-Folha de zinco	5-()
6-Barro ou adobe	6-()
7-Outra	7-()

23) Abastecimento de água**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Poço artesiano	()
2-Nascente ou vertente com poço	()
3-Córrego/Açude	()
4-Cacimba	()
5-Água do vizinho	()
7-Rede geral	()
6-Outro tipo	()
8-nascente/poço desprotegido	()

24) Destino dos dejetos humanos**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Fossa simples (seca)	()
2-Fossa séptica/poço absorvente	()
3-Direto no solo	()
4-Direto nos cursos d'água	()
5-Não tem	()
6-Outro destino	()

25) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

1-() rede geral

2-() gerador próprio

3-() não possui

4-() outro _____

26) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		15 Rádio	
02 Automóvel		16 Televisor	
03 Moto		17 Vídeo cassete/DVD	
04 Bicicleta		18 Linha de Telefone fixo	
05 Ferro elétrico		19 Celular	
06 Fogão a gás		20 Computador	
07 Fogão à lenha		21 Acesso á internet (1-sim/2-não)	
08 Forno elétrico /microondas		22-Cisternas	
09 Freezer		23	
10 Geladeira		24	
11 Liquidificador		25	
12 Máquina de lavar roupa		26	
13 Batedeira		27	
14 Parabólica		28	

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO**27) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	1-()Sim 2-()Não
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	1-()Sim 2-()Não
03 Sindicato de trabalhadores	1-()Sim 2-()Não
04 Associação de mulheres/clube de mães	1-()Sim 2-()Não
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	1-()Sim 2-()Não
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	1-()Sim 2-()Não
99 Outros tipos de entidade (especificar)	1-()Sim 2-()Não

MIGRAÇÃO FAMILIAR E SEU FUTURO

**28) Pesquisa sobre as pessoas que SAÍRAM da propriedade, considerar também as pessoas que SAÍRAM E RETORNARAM a propriedade.
(do último ao primeiro que saiu)**

FILHOS (AS)	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Nome								
Idade atual – anos								
Sexo (M/F)								
Estado civil (B)								
Ano que saiu								
Idade que saiu								
Destino de saída (Tab. 1)								
Residência atual (Tab. 1)								
Porque saiu da residência (Tab. 4)								
Grau de Instrução ao sair (D)								
Grau de Instrução atual (D)								
Continua estudando (S/N)								
Atividade que trabalha (Tab. 3)								
Ano de retorno a região								
Ano de retorno ao município								
Ano de retorno ao meio rural								
Ano retorno a propriedade								
Por quê retornou (Tab. 2)								

(B)

Cód.	Estado Civil
1	Casado
2	Solteiro
3	Viúvo
4	Divorciado
5	União Estável
6	Outros

TAB. 1

Cód.	DESTINO E RESIDÊNCIA
1	Comunidade do município
2	Sede do município
3	Cidade da região
4	Outra cidade do Estado
5	Cidade de outro estado
6	Meio rural outro município
7	Faleceu
8	Permanece no local de destino
9	Retornou ao estabelecimento

TAB. 2

Cód.	POR QUE RETORNOU
1	Perdeu o emprego
2	Estava ganhando pouco
3	Para exercer outra atividade na região
4	Não quis ficar longe da família/amigos
5	Para ser agricultor
6	Aposentou
7	Faliu
8	Outro

TAB. 3

Cód.	SETOR DE ATIVI//
1	Indústria
2	Comércio
3	Serviços Auxiliares (*)
4	Construção Civil
5	Transf. Artesanal
6	Transporte/Comunic
7	Serviço Público
8	Serviços Pessoais (**)
9	Agricultura
10	Outro
11	Não se aplica

TAB. 4

Cód.	PORQUE SAIU
1	Trabalhar
2	Estudar
3	Casar
4	Acompanhamento
5	Outro

(*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.

(**) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, Barbeiro, etc.

29) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu

29.1) Porque?

.....

30) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu 4-() Não se aplica

31) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu

32) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

1-() Sim 2-() Não 3-() Não sabe/ não respondeu

32.1) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE DADOS, IMAGEM E SOM DE VOZ

Título da pesquisa: Reflexões acerca das racionalidades em Unidades de Conservação: o caso do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas

Pesquisadora: Marcia Casarin Strapazzon.

R: Dr. Bevilaqua, 863. Centro, Palmas/PR. (46) 3262 5099.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lingnau/UTFPR – Francisco Beltrão/PR.

Local de realização da pesquisa: Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas. Palmas e General Carneiro/PR e Água Doce/SC.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

O presente projeto de pesquisa nasce de uma dificuldade concreta com que se deparou a autora em sua vida profissional. Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação (responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais brasileiras) desde sua criação (anteriormente ligada ao IBAMA), bióloga por formação, com interesses nas áreas sociais, não foi possível manter-se indiferente à problemática dos proprietários de terras no interior do RVS dos Campos de Palmas, ao mesmo tempo em que, pessoalmente, entende o papel indiscutível das Unidades de Conservação no Brasil na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Desta forma, espera-se esclarecer em que condições se dá a convivência dos estabelecimentos abrangidos pelo RVS dos Campos de Palmas com a Unidade de Conservação, bem como identificar fragilidades e potenciais que podem advir da implantação do RVS dos Campos de Palmas para o desenvolvimento econômico dos estabelecimentos, resultando no atendimento de uma demanda da própria sociedade, em especial dos proprietários atingidos pela criação da UC.

2. Objetivos da pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a compatibilidade entre o RVS dos Campos de Palmas e a permanência das unidades de produção inseridas na Unidade de Conservação. Como objetivos específicos será realizado o diagnóstico socioeconômico de estabelecimentos localizados no interior do RVS dos campos de Palmas; verificada a presença de indicadores de racionalidades substantivas nos proprietários de estabelecimentos inseridos no RVS dos Campos de Palmas; e investigadas experiências de aplicação de instrumentos econômicos de incentivo à preservação ambiental em Unidades de Conservação e sua eficácia na viabilização da compatibilidade entre produção agropecuária e preservação ambiental no RVS dos Campos de Palmas.

3. Participação na pesquisa.

A metodologia da pesquisa com os participantes envolve duas etapas. A primeira é o diagnóstico socioeconômico, que será realizado através da aplicação de um questionário denominado “Diagnóstico do Sistema de Produção”, desenvolvido e validado por Perondi

(2007). A caracterização socioeconômica será utilizada para analisar a viabilidade econômica dos estabelecimentos baseando-se na Taxa Mínima de Atratividade (TMA), a qual será estimada pelo valor da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), definida nas reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária) e que é tida como a taxa de juros básica da economia. Por tratar-se da taxa de remuneração dos títulos públicos federais, ela é considerada uma taxa de risco zero.

A segunda etapa é uma entrevista semi-estruturada ao final do questionário, que tem por objetivo diagnosticar a racionalidade produtiva (LEFF, 2010) que move cada proprietário/gestor envolvido na pesquisa de forma a subsidiar a definição de graus de compatibilidade dos proprietários e seus objetivos (e, por conseguinte, dos sistemas de produção empregados) com a existência do RVS dos Campos de Palmas. A entrevista será gravada com o auxílio de gravador de áudio (voz) e poderão ser tomadas notas em complementação.

4. Confidencialidade.

Todos os dados do diagnóstico socioeconômico são sigilosos e serão apresentados na futura dissertação de forma a garantir completamente a preservação da identidade dos participantes. Os dados serão analisados a partir de uma planilha eletrônica, que gera os seguintes indicadores: produto bruto (receitas + autoconsumo), consumo intermediário (despesas correntes), valor agregado bruto, valor agregado líquido (descontadas depreciações de equipamentos, máquinas e estruturas) e superfície agrícola útil (que possibilita o cálculo de resultados econômicos por unidade de superfície agrícola útil), gerando a renda agrícola e a renda total. As falas das entrevistas gravadas poderão ser utilizadas para corroborar conclusões, porém as identidades dos participantes também é sigilosa, e portanto, serão utilizados codinomes para a identificação.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

Não foram identificados desconfortos ou riscos com a participação na pesquisa. Os benefícios gerados aos participantes podem advir do retorno caso a caso que será fornecido pela pesquisadora se houver interesse. Acredita-se, especialmente, que os resultados do diagnóstico socioeconômico podem ser de grande valia para os participantes.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

A definição dos participantes da pesquisa obedecerá três critérios constituídos em consonância com o objetivo de investigar a compatibilidade entre estabelecimentos e a UC: 1) pelo menos 80% da área do estabelecimento devem estar inseridos no RVS dos Campos de Palmas; 2) o estabelecimento deve possuir entre seus sistemas de produção a pecuária; e 3) o proprietário/arrendatário do estabelecimento não deve ser absenteísta¹² nem o proprietário ser arrendador da totalidade da área do estabelecimento.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

É garantida a liberdade de recusar à participação na pesquisa, bem como de retirar o consentimento para a participação e uso de dados e sem qualquer penalização a qualquer

¹² De acordo com o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1967), o termo absenteísmo deriva de absentismo, definido como o “sistema de exploração agrícola em que há um feitor intermediário ao cultivador e ao proprietário ausente.”

momento. Além disso, é garantido o direito ao participante de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa.

B) CONSENTIMENTO (do sujeito de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham dados, fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Nome

completo: _____

RG: _____ Data de Nascimento: ___/___/_____

Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ___/___/_____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura

pesquisador: Data:

(ou seu representante)

Nome

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Marcia Casarin Strapazzon, via e-mail: marciacasarin@yahoo.com.br ou telefone: (46) 91270552.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)
REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4943, e-mail: coep@utfpr.edu.br

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.

QUESTÕES ABERTAS PARA A ENTREVISTA AO FINAL DO QUESTIONÁRIO

Histórico da família, propriedade e sistemas de produção – antes do questionário

- 1) Qual o objetivo da propriedade e de cada sistema de produção (missão = empresa)?
- 2) Quem decide sobre a administração da propriedade? Quais os motivos que lhe levaram a escolher este (s) sistema (s) de produção?
- 3) Qual é a estratégia de administração da propriedade? Quem é o responsável e quais os instrumentos utilizados?
- 4) Poderias resumir como é a operacionalização/o roteiro de atividades com a criação no dia-a-dia e ao longo do ano (atividades mais importantes)? Quais são os principais problemas enfrentados atualmente?
- 5) Em termos de produtividade, como o Senhor avalia a propriedade e a criação?
- 6) Como o Senhor avalia, em comparação com outras propriedades que conheces, a viabilidade econômica da sua propriedade? Existiu algum momento de capitalização ou descapitalização marcantes na história da propriedade? Ou, no geral, existiu uma estabilidade? Numa perspectiva histórica, como o Senhor caracteriza economicamente, hoje, a situação da propriedade (suficiente, insuficiente, longe do objetivo, perto do objetivo...)?
- 7) Quais os critérios utilizados para contratar funcionários? Como as ordens são dadas (oral, escrito, etc)? Como o Senhor avalia o atendimento às ordens pelos funcionários?
- 8) Quantos funcionários existem na propriedade? Há quanto tempo eles trabalham na propriedade? Como as tarefas são divididas entre eles?
- 9) Como é a relação do Senhor com os funcionários? E entre os funcionários? Qual o nível de influência sobre decisões da propriedade (ou dos sistemas de produção)?
- 10) Quais são as medidas de preservação ambiental e de ações sociais adotadas pela propriedade?
- 11) Qual é o papel da sua propriedade na sociedade?
- 12) Quais são os conflitos (problemas) que precisam ser administrados atualmente em relação à propriedade? Qual a estratégia de resolução destes conflitos?
- 13) O Senhor está satisfeito com a propriedade e os sistemas de produção adotados? Quais são as fontes de satisfação e insatisfação?
- 14) O que a propriedade (e os sistemas de produção adotados) significam para o Senhor?
- 15) O Senhor possui interesse em diversificar a produção: através de processamento de produtos, instalação de outras criações ou cultivos – frutas nativas, por ex., ou mesmo turismo rural ou similar?

- 16) O Senhor tem interesse em permanecer na propriedade mesmo com o estabelecimento e normas de gestão do RVS dos Campos de Palmas?
- 17) Considerando a existência do RVS, de que forma o Senhor vislumbra um caminho a percorrer que alie conservação a partir das exigências da UC e viabilidade econômica?

ENTREVISTA COM INFORMANTE-CHAVE SOBRE A CATEGORIA REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE

1 O Senhor assumiu a relatoria da Comissão que analisava o SNUC por interesse próprio ou por circunstâncias políticas?

Assumi a relatoria por entender que se tratava de matéria absolutamente estratégica e por ter acompanhado a discussão do Projeto de Lei. Como você deve saber, meu mandato foi marcado pela apresentação uma série de projetos de lei: Política Nacional de Educação Ambiental, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei de Acesso a Informação. E também de relatorias, a exemplo da Política Nacional de Recursos Hídricos. Muitas dessas matérias constavam dos meus compromissos políticos assumidos desde a assembléia nacional constituinte.

2 Qual era o clima (contexto) da discussão e do processo de elaboração do SNUC quando o Senhor assumiu a relatoria?

A matéria era pouco conhecida no Congresso Nacional. É sempre bom lembrar que a Convenção da Biodiversidade foi assinada em 1992 no Rio de Janeiro e só foi ratificada pelo Brasil em 1994, significando dizer que a compreensão da importância de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação se deu exatamente nesse período.

3 O Senhor contou com uma equipe para a elaboração e discussão do substitutivo? Quem foram os colaboradores e eles se mantiveram sempre os mesmos?

No meu gabinete sempre tive pessoas com robusta formação técnica-acadêmica na área ambiental. Além disso, naquele momento, a Câmara dos Deputados já dispunha de assessores de alto nível que me auxiliaram na elaboração dos vários relatórios. Mas, além disso, o Projeto de Lei foi enviado a entidades importantes da sociedade civil e a universidades com experiência no assunto, valendo sempre lembrar que à época não existia internet e toda essa comunicação se fazia por correio, o que dificultava muito a participação desses atores sociais.

4 Qual foi sua opinião sobre o anteprojeto da FUNATURA?

Acompanhei o anteprojeto da FUNATURA e acredito que o mesmo foi uma contribuição importante, mas houve necessidade de ampliar a visão exclusivamente conservacionista representada no mesmo. Mais uma vez é importante se assinalar que o tema da biodiversidade à época ainda era discutido de modo muito limitado no Brasil. E mesmo no mundo, tivemos uma mudança de visão sobre as Unidades de Conservação. Estas passaram a ser compreendidas como integrantes de estratégias de desenvolvimento, como se constata nas discussões que ocorreram durante esses anos nos Congressos Mundiais sobre parques. A IUCN, uma das mais importantes entidades do mundo, passou a incorporar a idéia de que Unidades de Conservação devem estimular a manutenção de populações tradicionais que devem ser cada vez mais valorizadas. Na década de 90 esse entendimento ainda era muito incipiente e hoje é praticamente consenso entre as pessoas e entidades que trabalham com o tema.

5 Na sua opinião, por que o processo de elaboração e aprovação do SNUC demorou tanto? Quais eram os pontos nevrálgicos da discussão?

A tramitação no Congresso Nacional dos temas ambientais tem sido excessivamente longa, a exemplo das várias legislações: Lei da Mata atlântica que exigiu 14 anos (1992-2006), e a Política Nacional de Resíduos Sólidos que demorou 20 anos (1992-2012). No Congresso Nacional há um Projeto de Lei que protege o patrimônio espeleológico e que ainda tramita após 20 anos.

6 Qual foi a sua opinião, na época, sobre o resultado, sobre a lei que foi publicada em 2000?

O advento dessa legislação é inegavelmente um marco importante na política e gestão de UCs no Brasil, ainda que a implementação da Lei 9985/00 esteja longe do ideal. Ou seja, esta lei é uma condição necessária, mas não suficiente para que realmente tenhamos uma política consistente de UCs no Brasil, valendo lembrar que as entidades governamentais responsáveis por essa gestão ainda estão mal organizadas com poucos recursos humanos e financeiros.

Quanto à categoria específica de RVS:

7 Considerando que a categoria no projeto da FUNATURA foi inspirada nos *Wildlife Refugees* dos EUA, e segundo o anteprojeto não era permitida a presença humana; no substitutivo que o Senhor apresentou, a categoria de RVS teve alguma outra inspiração (de categoria pré-existente mundo afora, já que o substitutivo traz a possibilidade da presença humana em RVS)?. Se não foi baseado em outro tipo de UC, quais foram os motivos ou justificativas para a abertura da possibilidade de terras privadas nos RVS?

A definição das categorias na legislação foi resultado de uma longa discussão, sendo que as mesmas foram divididas basicamente entre as de proteção integral e aquelas em que se permitem determinados usos e atividades. A lei brasileira não seguiu *ipsis litteris* nenhum modelo internacional e foi inovadora ao criar novas categorias como Reservas Extrativistas.

Torna-se necessário assinalar que, ainda hoje, há uma certa miopia no que tange à implantação de UCs, refletindo-se na idéia de que a maioria delas deve ser de gestão majoritária do Poder Público, exigindo inclusive desapropriação. Hoje, no Brasil criou-se uma indústria de desapropriação, o que desestimula muito a criação de novas Unidades.

No substitutivo por mim apresentado, introduzi uma série de normas que constam nas disposições transitórias da Lei 9.985/00, que visam orientar o Poder Judiciário na fixação dos valores das indenizações e também criar mecanismos que impeçam ou dificultem a ocupação ilegal das Unidades, a exemplo da proibição de implantação de infra-estrutura urbanística.

Devemos estimular aquelas categorias em que o proprietário se torna um dos atores importantes na conservação da biodiversidade. É algo que merece cuidado especial e estímulos efetivos por parte do Poder Público.

8 Durante o processo de elaboração do substitutivo e durante toda a discussão do SNUC, em algum momento foi questionado e discutido o enquadramento da categoria RVS nas UCs de uso sustentável? Por que o RVS foi enquadrado como Proteção Integral?

O entendimento foi de que ao se instituir em determinadas áreas a categoria RVS estaria se atendendo à necessidade de se garantir a preservação daquele espaço territorial pelos seus atributos. E que a categoria seria utilizada para uma escala territorial relativamente pequena.

9 Considerando que uso indireto pelo substitutivo e pelo SNUC é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, a equipe tinha algumas atividades produtivas em mente que foram encaixadas como uso indireto naquele momento? Quais são essas atividades e quais os métodos eram considerados adequados para serem trabalhados em uma UC de proteção integral?

Quando elaborei o primeiro substitutivo, o elenco de categoria era menor do que o que está na Lei 9.985/00 e obviamente com o aumento deste elenco houve um esforço de se criar especificidades para cada categoria.

Mas é bom lembrar que no processo legislativo vão se agregando uma série de visões diversas sobre o assunto que se refletem para o bem ou para o mal no produto final. No caso da RVS não houve muita controvérsia, que ficou mais circunscrita em relação à presença ou não de população nas várias Unidades. Não acompanhei detalhadamente as discussões legislativas nas suas últimas etapas, mas certamente a verificação da tramitação no Congresso Nacional poderá esclarecer muitos aspectos.

10 O que se pretendia atender com a categoria Refúgio de Vida Silvestre? Existia algum conceito por trás, por exemplo, desenvolvimento sustentável; ou que fossem áreas menores para proteção mais pontual, como de uma espécie ou ninhal; ou se teve a intenção de propor uma categoria mista mesmo, num sentido de caminho do meio, uma tentativa?

11 Qual a sua opinião sobre as críticas que se faz à categoria pela incoerência de se tratar de proteção integral mas permitir uso e presença humana?

Como você perguntou anteriormente, entendo que a escolha de Refúgio de Vida Silvestre se dá quando estamos diante áreas pequenas, mas importantes do ponto de vista de conservação. E com a escolha desta categoria fica dispensada a necessidade de desapropriação. Além disso, ao contrário da instituição de uma RPPN ou mesmo do tombamento, o processo de estabelecimento é extremamente simples. Basta apenas um Decreto do chefe do executivo para instituir uma RVS.

12 Qual a sua opinião atual sobre o SNUC, se ele continua satisfatório ou se já se chegou a um momento de revisão?

O grande problema do SNUC é que o Poder Público infelizmente tem sido omissivo e, com isso, o Brasil não dispõe na realidade de um sistema efetivo de UCs.

ENTREVISTA HISTÓRICA – SR. JOAQUIM RIBAS

05-08-13

Em 1836 chegaram os primeiros paulistas para ocupar a região. Porém a expedição foi frustrada por uma série de motivos, inclusive por falta de alimento, munição para se sustentarem. Outras duas expedições chegaram em 1839. Estas propriedades onde hoje está o Refúgio, principalmente a Fazenda São Cristóvão, e depois a Fazenda Monte Alegre são já daquela época. A D. Ana Faria, uma viúva, na distribuição das terras, que foram divididas em 37 unidades pastoris, ela se fixou aqui onde está o Refúgio, na Fazenda São Cristóvão. Inclusive a nossa fazenda aqui pertencia a Fazenda São Cristóvão. Essa fazenda era de um tio-avô-materno meu. A partir de então formaram-se por herança ou transferência, essas outras fazendas que estão aqui. Só foi possível a fixação do sistema de pastoreio aqui com o manejo do fogo. A primeira iniciativa dos ocupantes foi queimar a macega para que os animais pudessem comer um pasto brotado, mais macio. A macega original era extremamente fibrosa, o animal não tinha como se alimentar dela. Então, a fixação do homem se deu aqui no início da ocupação dos campos de Palmas e a área toda foi dedicada ao pastoreio. Não existia outra atividade, somente uma pequena horta ao redor da casa e um pequeno pomar. A terra foi utilizada exclusivamente para o pastoreio e criação de porcos nas áreas onde tinha pinheiros. Então essas foram as atividades aqui.

Como foram distribuídas as unidades?

A ocupação foi de iniciativa privada. Havia um contrato, uma ata, entre os primeiros ocupantes para a distribuição da terra. Neste eles combinaram num sistema de responsabilidades individuais para construção de estradas, cercas, estruturas, enfim, formou uma comunidade de interesses. E na distribuição das áreas eles utilizaram os acidentes geográficos para separar. Logo em seguida à ocupação dos campos de Palmas saiu a chamada Lei da Terra, de 1850, a partir do gabinete do Ministro Euzébio Matoso de Queiroz que estabeleceu que o proprietário teria que registrar a propriedade, e para isso ele teria que ter um mapa com os limites e levá-lo para o livro-tombo da paróquia para registrar essa propriedade. Como ninguém na região sabia fazer esse levantamento cartográfico, o meu bisavô José Alexandre Vieira, que era filho de um padre e estudou num colégio em São Paulo, ele tinha conhecimento de rudimentos em cartografia, então ele foi chamado em Guarapuava pelo Bispo, que o preparou para fazer o mapeamento destas 37 propriedades iniciais. Mas, seria um trabalho hercúleo, muito grande para uma pessoa só, então ele adotou um critério interessante. Ele tinha um cavalo que fazia 6km num hora num tranquinho definido, então ele montava a cavalo e com o relógio ele ia marcando as distâncias, era aproximado, mas assim ele levantou o perímetro das propriedades para serem registradas. E essas propriedades foram distribuídas em poucas famílias: Araújo, Marcondes, Ribas, Pimpão, Guimarães, uma meia dúzia de famílias foram se localizando em determinadas áreas. Na área chamada de Palmas de baixo, margem esquerda do Rio Caldeiras, ficaram as famílias Fonseca, Siqueira, Ferreira, e aqui para cima as outras já citadas, em Palmas de cima. É bom que se defina o que era a região campos de Palmas: era o que é hoje o município de Palmas, Água Doce, Ponte Serrada,

Passos Maia, Mangueirinha, Domingos Soares, Clevelândia, Campo Erê, inclusive os campos de São João, onde hoje é Matos Costa também fazia parte desta região. Então os Campos de Palmas era uma região, que eu sempre defino a que ficava entre o Rio do do Peixe e o Iguazu. Toda a parte de campo era chamada de campos de Palmas. A vegetação era predominantemente campo. Existe um trabalho que está sendo realizado pela UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, sobre a história natural de Palmas, e eles concluíram que há 30 mil anos já era campo a vegetação predominante. Na época a região onde se situa o RVS pertencia a maior parte à família Mendes, Joaquim Mendes Sousa, cuja sede era em São Joaquim.

Por aqui passou o primeiro traçado do caminho das tropas, que partia de Palmas, passava aqui pela nossa propriedade, a Irati de Palmas que hoje é Irati, General Carneiro e União da Vitória, que era praticamente uma linha reta porque o autor dessa primeira picada, desse primeiro traçado, foi o P. Siqueira Côrtes. Ele tinha um incrível instinto geográfico. Ele fez praticamente uma linha reta de Palmas a União da Vitória e de União da Vitória a Palmeira. Veja que de Palmas a União da Vitória davam 100km, hoje com toda a tecnologia, dá 136km. Pelo fato de passar por aqui o caminho das tropas, esses campos durante algum período foram utilizados como invernadas. Essas invernadas na época se referiam a quando os tropeiros alugavam o campo para refazer as tropas de mulas ou de gado. Eles vinham cansados, as de mula vinham lá da Argentina, percorriam uma grande distância. Então eles alugavam poteiros, invernadas, para os animais se recomporem durante algum tempo. Então essa região do Refúgio, principalmente a região da São Cristóvão foi utilizada durante algum tempo como invernada para tropas. E os fazendeiros cobravam aluguel das tropas. Às vezes eles ficavam períodos mais longos.

O consumo da banha de porco chegou até, acredito à década de 50 ou 60. Até então a mesa brasileira só tinha banha, não tinha óleo vegetal. Então o porco chegou a valer mais que o gado durante um período. Meu avô fazia safra de porco embaixo de pinhal. Toda essa área onde hoje são os latifúndios do Dissenha e da Serraria Palmital dá 8.500 alqueires de mata com pinheiro, que fazem divisa com o Refúgio. Nessa área meu avô criava uma imensidão de porcos, fazia safras de porcos. E esses porcos rendiam muito mais dinheiro que gado. Então ele foi comprando terra com dinheiro dos porcos, não do gado. Isso lá de 1890 até 1950. Ele chegou aqui em 1875. O porco era fundamental, o custo era muito baixo, pois ele se alimentava de pinhão e não havia necessidade de fazer roça. Aqui na região nunca houve tradição de estabelecimento de lavouras. E mesmo parece que o nosso paulista, que era descendente de português, ele não tinha vocação agrícola. O gado que tínhamos aqui era o gado comum, o raça velha, com nós dizíamos. Raça velha seria um derivativo do tranqueiro, um pouquinho do caracu também. Gado rústico. Existem alguns espécimes ainda, o meu vizinho o Zani tem alguns bois que eles chamam africano, que tem o lombo branco, a barriga branca e o dorso avermelhado e um chifre muito grande. Aquele é o gado histórico daqui. É uma carcaça meio ossuda, mas servia pra carne e leite. A produção de leite era para autoconsumo, sempre houve um grande consumo de manteiga, queijo, requeijão. Era um complemento da alimentação.

A queda da produção de porcos foi lenta. Primeiro o óleo vegetal foi dispensando a banha da cozinha, depois vieram as serrarias que tiraram as araucárias, que eram o alimento do porco. Aí os bichos teriam que ser criados nas serras, com rações, aí ficava mais difícil. As serrarias chegaram por volta de 1950 e entraram valendo, principalmente vindos do R G do sul. A serraria mais antiga era do Carlos Donner e se localizava em General Carneiro. Depois surgiram em ordem cronológica não tenho ideia, mas aqui na região do Refúgio a mais antiga foi a Orestes Code, que era a mais antiga, inclusive era uma laminadora, abateu milhares de pinheiros. Esta serraria não existe mais. Em seguida veio a Serraria Irmãos Fernandes, também dentro de uma parte onde hoje é o Refúgio, e abateu muito pinheiro também, e também não existe mais. Os pinheiros foram mais retirados da região de General Carneiro e aqui onde é o RVS de capões. Existia muito mais pinheiro, mas era pouco valorizado, chamado de gralheiro, eram menores, davam toras muito finas, tinha muito nó, era uma madeira apreciada por ser branca, produziam lâminas bem branquinhas, mas a produtividade era baixa. Esses gralheiros davam mais pinhão que os outros. A base da produção sempre foi o gado, até hoje. Eu por exemplo arrendo para lavoura, mas meu objetivo é o pasto de inverno. Onde eu ganho alguma coisa é no gado.

Algumas serrarias reflorestaram (pinus), as que não reflorestaram sumiram. O reflorestamento mais antigo de pinus que eu conheço é na Santa Bárbara, do Chico Souza, que deve ter uns 30 anos. E é justamente o pinus que provoca a invasão, pois a partir dos 15 anos ele começa a sementar e se espalhar pelo meio do campo. Os outros são mais recentes, ainda não sementaram. O único combate a invasão dos campos pelo pinus foi o fogo, que elimina o pinus. Se tiver reflorestamento antigo e não queimar o campo, o pinus vai invadir, inevitavelmente. A entrada do soja é coisa recente, de 7, 8 anos atrás. Antes havia muito pouca lavoura, muito raro, alguma de milho ou soja. Existia um mito que o solo de Palmas era extremamente pobre e que não se podia plantar nada. Então ninguém se encorajava em mexer na terra pra plantar. Tanto que os fazendeiros tradicionais tinham uma pequena horta, reuniam esterco do gado nos rodeios para adubar a horta para produzir para o autoconsumo. A introdução da lavoura veio a partir de gente de fora, de Abelardo Luz, Santa Catarina, R G do Sul. A maçã surgiu como promessa para o futuro de Palmas, iniciou com o pomar da Cotia, há uns 34 anos atrás, através dos paulistas descendentes japoneses. Acredito que a produção começou a cair há uns 5 anos. Hoje já estão eliminando os pomares.

Antes tinham aquelas invernadas enormes de 500 alqueires, hoje já não existe mais nada disso. A área toda está piqueteada, as invernadas são menores, o manejo do gado é muito mais racional, o aproveitamento do pasto também. Antes precisava de 2 alqueires para manter um animal, hoje com um manejo mais racional do pasto se mantém um número muito maior de animais por área. Também a genética melhorou muito. Praticamente desapareceram aquelas raças tradicionais, caracu, raça velha, normando, turino, tudo isso desapareceu. Hoje a tendência são as raças britânicas, red angus, edford, alguns ainda tem charolês, tudo de corte. O mercado sofreu transformações substanciais, antes se vendia qualquer tipo de animal e com qualquer idade, apesar da predominância serem animais de 4 anos, para atingirem um peso comercial. Hoje os animais saem com uma faixa de 18 a 36 meses e com carcaças com cobertura de gordura adequada, acima de 2mm, e com muito melhor aceitação no mercado,

muito mais uniformizados. Antes as tropas tinham bois com 700kg, boi com 500kg, boi com 600kg, isso criava um problema muito grande para a indústria, especialmente quando se trata de acondicionar a carne, as peças tinham tamanhos muito diferentes. Antigamente o transporte se fazia por terra. Desde o meu bisavô, meu avô, meu pai e até eu numa primeira fase, somos uma família de tropeiros. Nós comprávamos boiada aqui em Palmas, formava uma tropa de gado de 300, 400, 500 animais e conduzia até o mercado em Curitiba ou em Palmeira, onde tinha um mercado muito grande. O Senador Roberto Gracios tinha uma fazenda muito grande onde recebia o gado de Palmas, internava e então passava para São Paulo ou Curitiba. E esse gado era todo tocado por terra, no antigo caminho das tropas, chamado caminho de Palmas-Palmeira. Eram 22 dias de viagem. Esses animais tinham que passar o Iguaçu a nado, os canoeiros serviam de apoio, colocavam-se as canoas amparando o gado para não rodar, ficavam sempre a jusante com os varejões para que os bois seguissem e atravessassem o vau até o outro lado. Era um processo demorado, perigoso, algumas vezes animais refugavam, invadiam as cidades, já tivemos que tocar boi de dentro da cidade de União da Vitória. Numa ocasião em que era feriado de 7 de setembro, as crianças estavam formando na praça Hercílio Luz em Porto União, e um boi refugou do vau, um boi muito bravo e o meu Tio Valdo Ribas conseguiu laçar o boi antes de chegar nas crianças, senão teria causado um acidente muito grave. Nessa travessia houve tropeiro que rodou, desceu rio abaixo, então era uma travessia de muito risco.

Hoje eu vendo gado para o Argus de Curitiba, para a Novicarne de Pato Branco, tudo diretamente ao frigorífico. Os que estão no lado de Água Doce vão para o abate direto em SC mesmo. Do lado do Paraná existe uma associação inativa. Em SC tem a AVERCAM que funciona. Aqui no Paraná era o Alimpim o Presidente, aí acho que desanimou, não passou para outro a direção... Essa associação está inativa há uns 6 anos já.

As taipas eram utilizadas aqui para dividir uma fazenda da outra ou para mangueirões para os bichos. E até casas de taipa existem algumas ainda. Segundo alguns pesquisadores, isso seria influência dos mouros que habitavam a península ibérica e eram exímios no trabalho com pedra. E como grande parte desses paulistas eram talvez descendentes dos antigos mouros, eles trouxeram essa habilidade de fazer taipa. E é um engano de muita gente que diz ser tudo trabalho de escravo. A maioria foi escravo. Mas eu vi muitos fazendeiros fazendo taipa. Lá na fazenda do Javert Martins eu presenciei o pai dele colocando pedra, fazendo taipa, era um exímio taieiro.

Quanto a fenômenos climáticos, em 1954 presenciei um tornado aqui em Palmas, matou 125 pessoas. Não sei se nunca viu fotografia de um enterro coletivo na Fazenda Fortaleza... e aquele tornado passou por aqui e causou uma porção de estragos. E antes daquele tornado meu avô contava que aqui onde estamos era um capão de mata. Hoje chamam de capão furado, pois era mata e um tornado arrancou o centro do capão. Os ventos eram mais fortes antigamente, tenho impressão. Também me parece que era mais frio, pelo menos quando era criança eu passava mais frio. Neve era sempre um fenômeno cíclico, de 10-15 anos repetia e tal. Seca só amenas, nunca grave, que tenha gerado perdas.

ENTREVISTA COM ROBERTO HASEGAWA – PRESIDENTE DA COCAMP E PRODUTOR RURAL

25/11/2013

Entrevistadora: Marcia Casarin Strapazzon

Introdução do cultivo da maçã na região

Na década de 1970 vieram as primeiras plantas de maçãs vieram para a região a partir de um pesquisador japonês, em parceria com um produtor rural local. Então, os pomares já existiam antes mesmo da implantação da Cooperativa Agrícola de Cotia. Mas, a alavancagem do cultivo de maçã ocorreu a partir da implantação do projeto da Cooperativa, que hoje está lá no Horizonte. Antes da implantação do projeto já havia produtores aqui na região, cooperados, e eu imagino que como deu certo, resolveram fazer um assentamento, que foi implantado em 1989. E a partir de 1990 foram sendo iniciados os primeiros pomares. O pessoal era todo de fora, eram filhos de cooperados, eram de São Paulo, do Norte do Paraná, de São Joaquim, porque lá já tinham experiência com a maçã e resolveram apostar aqui na região, por causa do clima. Foi feito um levantamento das condições climáticas, e aqui na região foi verificado que principalmente a altitude era favorável para o cultivo da maçã. Eu não participei nessa época, mas tentaram em Inácio Martins, que é uma região alta também, mas aí acho que devido à logística, que aqui é bem melhor, decidiram instalar por aqui.

O que era a Cooperativa Cotia

A Cooperativa Cotia foi uma das primeiras cooperativas do Brasil. Foi fundada por imigrantes japoneses, a partir dos primeiros produtores de batatas do Brasil. Já foi uma das maiores cooperativas inclusive da América Latina. Mas, por problemas de gestão ou alguma coisa, na década de 90 começou a dar problema. Hoje não existe mais. Mas, na época que foi implantado o assentamento, a cooperativa era muito poderosa.

Bons tempos da maçã

Antigamente a maçã era toda importada, então era um bom mercado. No início da produção, com as plantas jovens, produzindo bem, as variedades naquela época, Gala e Fuji, eram pouco produzidas, e a qualidade do produto de região de altitude era melhor, então aqui se destacavam. Tanto que na época era considerado pelo mercado que a primeira maçã, a melhor maçã era de São Joaquim e a segunda era de Palmas, principalmente do Horizonte. Nós já tínhamos um bom mercado, pelo sabor da fruta, durabilidade, textura, porque regiões mais frias determinam isso aí.

Incentivos governamentais

Eu não sei dizer, mas acredito que tudo tenha sido mais por incentivo da própria Cooperativa, incentivando os pequenos produtores, mas mesmo assim quem chegou lá recebeu uma área com infraestrutura, água, luz, estrada. Não sei se a Prefeitura que foi a responsável, mas a propriedade cada um buscou recursos para comprar, a implantação foi toda por conta do

produtor. Eram 720ha na área do assentamento e 300 e poucos hectares de pomar. E hoje sobrou menos de 100ha lá. A maioria já desistiu.

Crise do ciclo

A produção não tinha caído, não foi culpa da produção. Mas são vários fatores que eu considero: um é a própria variedade já ultrapassada. Quando é implantado o sistema, contava-se com ele produzindo pelo menos 20 anos. O pomar não tem como arrancar e plantar de um ano para o outro. E tem um pouco a resistência do produtor em mudar. Embora houvessem sugestões de começar a mudar, existia a resistência. Eu mesmo já resisti, porque é muito trabalho pra você pegar e cortar. Porque ele ainda está em plena produção, está produzindo. Então, já estavam surgindo novas variedades, mas nós resistimos. Porque é uma região fria, de clima bom, produzia fruta de boa qualidade. Mas regiões mais baixas como Fraiburgo, uma das principais regiões produtora de maçãs, como para eles essas variedades perderam qualidade mais rápido, eles mudaram mais rápido. Eles desenvolveram variedades mais coloridas e resolveram erradicar mais rápido as variedades mais antigas. Foi quando começou a plena produção dessas aí é que começamos a perder mercado. E além disso, problemas climáticos, muito granizo, embora o produtor tivesse seguro, que inicialmente indenizava bem os produtores, depois de um tempo as seguradoras começaram a mudar, alegando que dava muito sinistro, começaram a aumentar taxas e começou a inviabilizar o seguro. Então, foi o problema de variedades, plantas velhas, problemas climáticos, descapitalização do produtor, e assim por diante foi perdendo mercado. Isso de uns cinco ou seis anos para cá que intensificou.

Mercado atual

Hoje a variedade que domina o mercado é a Gala, porque ela existe em mais quantidade, em todas as regiões produtoras existe a Gala. As principais são a Gala e a Fuji.

O que aconteceu com os produtores que desistiram da maçã

Muitos produtores venderam as propriedades, e entrou a produção de grãos, o pessoal que comprou não lida com fruticultura. O que tem de renovação é pouquíssimo. A tendência é cair mais.

Cultivo de batatas

O cultivo de batatas de uns cinco anos pra cá vem crescendo. Mas, essa já é uma região produtora de batata, porém somente para batata-semente. E parece que havia um acordo na época da Cooperativa Cotia de que não era permitido o cultivo de batata para consumo, porque o sistema é mais intenso, o controle é menos rigoroso, então pode entrar patógenos, entre outras coisas. Como era uma região de sementes, exigia-se muito mais cuidado, por conta do risco de contaminação. Houve um declínio durante certo período e o próprio perfil do produtor de batatas começou a mudar. Porque para comprar a semente é muito caro, aí surgiram variedades que permitem um manejo muito mais fácil e produtivo e então o próprio produtor produz para semente e começou a aumentar a área de batata para consumo. Agora a predominância é de consumo. Agora, o manejo das batatas é muito mais fácil que com a

maçã, porque a mecanização é possível. Já a grande parte do custo com a maçã é com mão-de-obra. Todas as fases: poda, ralheio e colheita precisa de gente. E aí pesa. Isso o município sentiu bastante. O setor da maçã em Palmas dava mais de 2 mil empregos na época da colheita. Hoje os pomares novos já tem um perfil diferente, contratam menos pessoas por área. Os pomares que tínhamos lá no Horizonte, com plantas mais altas, maiores, exigia mais pessoas por área.

Área de maçã no município de Palmas

Aqui ainda existem em torno de 400 – 450ha. Lá no Horizonte não tem 100ha. Em 5 anos teve uma queda bem significativa. Foi corte de maçã para todo lado. Embora alguns se mantenham. Porque é uma produção de altas e baixas, e no momento chegamos ao fundo do poço. Então existem produtores que querem implantar pomares, eu sou um exemplo. A gente muda, mas o pomar de boa qualidade é uma boa alternativa para o pequeno produtor, em termos de diversificação, quem tem uma pequena propriedade não vai plantar grãos, porque não compensa. Então a fruticultura é uma boa opção porque o pequeno produtor consegue cuidar melhor, pode ter mão-de-obra familiar, o cuidado é melhor, seria uma boa opção desde que não pretenda ampliar demais o que daria muito mais trabalho e exigiria mais investimentos. Eu tenho pomar ainda lá no horizonte. Uma boa parte foi erradicada, mas eu tenho ainda. Onde erradiquei às vezes planto soja, às vezes feijão, cheguei abóbora, vou variando. O pomar eu vou manter, ele já é renovado. A batata como é mecanizada, também deve ser área grande, porque o investimento é alto. Eu gostaria que tivessem mais pessoas interessadas na maçã, que a produção se recuperasse. Que as pessoas fossem estimuladas, porque na verdade, clima como em Palmas é raro. Fraiburgo produzia muito, mas hoje também não representa tudo aquilo. Migrou para Vacaria, mas o perfil da fruta de Vacaria e do de Palmas, muda muito. Quando falo de Palmas, me refiro ao Horizonte [região do RVS dos Campos de Palmas], aos campos de altitude. São poucas regiões no Brasil. Dá muita diferença na produção da variedade Fuji. Eu, particularmente, se voltasse a investir em fruticultura, investiria em Fuji. Claro que tem que ter a variedade Gala, pois é fecundação cruzada, ou plantas para cruzar, mas eu investiria na Fuji. É um trabalho artesanal quase. E referente à questão ambiental, eu acredito que o cultivo da maçã, embora utilize muito tratamento e cuidados, seja menos maléficis que vários outros sistemas. Inclusive no campo, pois pode-se manter a vegetação nativa entre as árvores.

COCAMP

A COCAMP foi criada por produtores de maçãs e até hoje foi processado apenas maçãs. Nesses últimos anos, em que reduziu muito a quantidade de maçã, teve momentos em que compramos e vendemos pinhão, abóbora, a gente buscava alternativas, mas é muito pouco. A principal atividade é a maçã.

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

--	--	--	--

Nome da Unidade de Conservação (UC)	RVS de Santa Cruz		
Decreto de criação	s/nº de 17/06/2010	Qual o tamanho da UC?	17.741 ha
Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC?	<p>I - proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, principalmente os fundos colonizados por algas e outras comunidades bentônicas, bem como sua fauna associada, as espécies residentes e migratórias que utilizam a área para alimentação, reprodução e abrigo, os manguezais e vegetação costeira e as formações sedimentares bioclásticas e litoclásticas, importantes para a estabilidade da orla marítima;</p> <p>II - valorizar o uso turístico, recreacional e educativo da orla marítima através de ordenamento do seu uso e ocupação para assegurar a compatibilidade entre a utilização da terra e os recursos naturais; e</p> <p>III - contribuir para a recuperação dos recursos biológicos e para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala praticadas pelas comunidades costeiras da região no entorno da Unidade de Conservação.</p>		

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto?	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Quais?	Até que o Plano de Manejo seja editado, ficam permitidas a prática de atividades de pesca realizadas por pescadores profissionais, exclusivamente nas modalidades de linha de mão, rede de espera, rede de arrasto com recolhimento manual para captura de iscas (camarão), operadas desembarcadas ou a partir de embarcações de no máximo nove metros e meio de comprimento total e a coleta manual de invertebrados na faixa entre marés para consumo próprio e venda como produtos para alimentação, vedada a extração com fins de comercialização para fins medicinais, ornamentais e de aquarofilia.			

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto?	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Quais?	Até que o Plano de Manejo seja editado, ficam permitidas a prática de atividades de pesca realizadas por pescadores profissionais, exclusivamente nas modalidades de linha de mão, rede de espera, rede de arrasto com recolhimento manual para captura de iscas (camarão), operadas desembarcadas ou a partir de embarcações de no máximo nove metros e meio de comprimento total e a coleta manual de invertebrados na faixa entre marés para consumo próprio e venda como produtos para alimentação, vedada a extração com fins de comercialização para fins medicinais, ornamentais e de aquarofilia.			

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação?				
	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim, relacionado a populações e ou espécies	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim, Relacionado ao ecossistema
	<input type="checkbox"/>	Sim, relacionado a algum monumento natural	<input type="checkbox"/>	Sim, relacionado ao fator histórico
	<input type="checkbox"/>	Ou outros	<input type="checkbox"/>	
Quais?	I - proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, principalmente os			

	fundos colonizados por algas e outras comunidades bentônicas, bem como sua fauna associada, as espécies residentes e migratórias que utilizam a área para alimentação, reprodução e abrigo, os manguezais e vegetação costeira e as formações sedimentares bioclásticas e litoclásticas, importantes para a estabilidade da orla marítima.
--	--

No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo?			
x	Parque		Estação Ecológica
	Reserva biológica		Monumento Natural
	Área de Proteção Ambiental		Área de Relevante interesse Ecológico
	Reserva Fauna		Reserva Extrativista
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável		Floresta
	Reserva Particular de Patrimônio Natural		

A gestão da UC é feita pela:					
	Equipe gestora própria	x	Núcleo de gestão de várias UC		Apenas um representante

Há plano de manejo?		Sim	x	Não
Caso sim, ano de publicação?				

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:							
	1 ano		2 anos		5 anos	x	Não há previsão

Há sinalização dos limites da UC?		Sim	x	Não
Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?	x	Sim		Não
Caso não, por que?				

A UC possui conselho consultivo?	x	Sim		Não	Em processo de formação
----------------------------------	---	-----	--	-----	-------------------------

Possui Zona de Amortecimento estabelecida?					
	Sim, no decreto de criação		Sim, no plano de manejo	x	Não possui ZA

Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC?		Sim	x	Não
--	--	-----	---	-----

Há áreas privadas dentro da UC?	x	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, quantas aproximadamente?	Não há informação.					

Há áreas de domínio público dentro da UC?	x	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, qual é a porcentagem?	99% (mar)					

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC?		Sim	x	Não		Não sei informar
---	--	-----	---	-----	--	------------------

Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável pela administração?						
	Sim	x	Não		Não houve consulta formal aos proprietários	

Há outro ato normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?						
	Sim	x	Não	Quais?		

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?						
	Sim	x	Não	Quais?		

Há sobreposição da UC com						
	Assentamentos Rurais		Não		Terras Indígenas	
	Quilombolas		Não sei informar	x	Outros	

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?						
x	Currais	x	Casas	x	Cercas	
	Açudes, lagos artificiais	x	Depósitos ou silos	x	Energia elétrica	
x	poço		Outros			

Existem áreas de agricultura dentro da UC?				x	Sim		Não
Quais as principais culturas?			Plantação de coqueiros para venda comercial dos côcos				
Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?			não				

Existem áreas de pecuária dentro da UC?					Sim	x	Não
---	--	--	--	--	-----	---	-----

Quais os principais tipos?	
----------------------------	--

Existe uso de extrativismo?		Sim	x	Não
-----------------------------	--	-----	---	-----

Quais os principais tipos?	
----------------------------	--

Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:					
	agricultura		pecuária		extrativismo

Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.
Sim, desde que haja um bom canal de comunicação e discussão com os moradores.

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:					
	proprietários		posseiros (moradores)		moradores da região
	peessoas autorizadas pelos proprietários		gestores da UC		Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.
Não, ela atende bem ao seu objetivo.
Espaço para comentários e sugestões

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

Nome da Unidade de Conservação (UC) RVS Veredas do Oeste Baiano

Decreto de criação Dec. Presidencial Sem número, de 13/12/2002 Qual o tamanho da UC? 128.000 ha

Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC? Proteger ambientes naturais onde sejam asseguradas as condições para a existência e reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto? Sim x Não

Quais?

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto? Sim x Não

Quais?

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação? Não

Sim, relacionado a populações e ou espécies

Sim, Relacionado ao ecossistema

Sim, relacionado a algum monumento natural

Sim, relacionado ao fator histórico

Ou outros

Quais?

No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo? Não

Parque

Estação Ecológica

Reserva biológica

Monumento Natural

Área de Proteção Ambiental

Área de Relevante interesse Ecológico

Reserva Fauna

Reserva Extrativista

Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Floresta

Reserva Particular de Patrimônio Natural

A gestão da UC é feita pela:

Equipe gestora própria (uma servidor apenas)

Núcleo de gestão de várias UC

Apenas um representante

Há plano de manejo?

Sim

Não

Caso sim, ano de publicação?

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:

1 ano

2 anos

5 anos

Não há previsão

Há sinalização dos limites da UC?

Sim

Não

Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?

Sim

Não

Caso não, por que?

A UC possui conselho consultivo?

Sim

Não

Em processo de formação

Possui Zona de Amortecimento estabelecida?

Sim, no decreto de criação Sim, no plano de manejo x Não possui ZA

Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC? Sim x Não

Há áreas privadas dentro da UC? x Sim Não

Caso sim, quantas aproximadamente? Diversas, não é possível precisar, mas é uma região de expansão do agronegócio, com plantio principalmente de soja, milho e algodão.

Há áreas de domínio público dentro da UC? Sim Não x Não sei informar

Caso sim, qual é a porcentagem?

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC? Sim x Não Não sei informar

Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável pela administração?

Sim Não x Não houve consulta formal aos proprietários

Há outro ata normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?

Sim x Não Quais?

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?

x Sim Não Quais? Processo IBAMA 02058.000005/2007-87

Há sobreposição da UC com

Assentamentos Rurais Não Terras Indígenas

Quilombolas x Não sei informar Outros

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?

x Currais x Casas x Cercas

Açudes, lagos artificiais x Depósitos ou silos x Energia elétrica

x	poço	Outros		
	Existem áreas de agricultura dentro da UC?		x	Sim Não
	Quais as principais culturas?	Soja, milho e algodão		
	Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?	Grandes lavouras		
	Existem áreas de pecuária dentro da UC? Não sei informar			Sim Não
	Quais os principais tipos?			
	Existe uso de extrativismo?			Sim x Não
	Quais os principais tipos?			
	Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:			
	agricultura	pecuária		extrativismo

Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.

Sim. Para a agropecuária desde que apenas parte da propriedade esteja inserida na UPI, sendo que esta parte seria a Reserva Legal prevista em lei. Caso contrário pode ser utilizada em atividades de ecoturismo, desde que a UC tenha potencial para tal uso.

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:

(não entendi a pergunta)

proprietários	posseiros (moradores)	moradores da região
pessoas autorizadas pelos proprietários	gestores da UC	Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.

Possibilidade política no momento não, a não ser que o ICMBio mude sua postura de desapropriações, que ocorrem em pequeníssimo número, e que resolva ter desgastes políticos mais intensos, criando UC ecologicamente importantes mesmo quando sobre intensa pressão política. O RVS já foi criado de uma maneira que desagradou muitos proprietários, gerando inclusive ações na justiça, então penso que haveria pouco ou nenhum apoio local.

Por outro lado entendo que a UC abarca uma área de cerrado grandemente preservado, com grande beleza cênica, onde poderiam ser desenvolvidas atividades ecoturísticas, desde que com programas de incentivo ao turismo local.

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

Nome da Unidade de Conservação (UC)	Refúgio de Vida Silvestre Ilha dos Lobos		
Decreto de criação	04 de julho de 2005 Alteração do Decreto n° 88.463 de 04.07.1983	Qual o tamanho da UC?	142 hectares
Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC?	Preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental, recreação e turismo ecológico.		

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto?		Sim	X	Não
Quais?				

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto?	X	Sim		Não
Quais?	As não previstas nos objetivos de criação da UC, por exemplo, a pesca e o desembarque na ilha.			

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação?				
	X	Sim, relacionado a populações e ou espécies	X	Sim, Relacionado ao ecossistema
		Sim, relacionado a algum monumento natural		Sim, relacionado ao fator histórico
		Ou outros		
Quais?	Preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental, recreação e turismo ecológico.			

No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo?				
	Parque		Estação Ecológica	
X	Reserva biológica		Monumento Natural	
	Área de Proteção Ambiental		Área de Relevante interesse Ecológico	
	Reserva Fauna		Reserva Extrativista	
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável		Floresta	
	Reserva Particular de Patrimônio Natural			
A gestão da UC é feita pela:				

X	Equipe gestora própria		Núcleo de gestão de várias UC		Apenas um representante
---	------------------------	--	-------------------------------	--	-------------------------

Há plano de manejo?		Sim	X	Não
Caso sim, ano de publicação?				

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:							
	1 ano	X	2 anos		5 anos		Não há previsão

Há sinalização dos limites da UC?		Sim	X	Não
Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?	X	Sim		Não
Caso não, por que?	A demarcação com bóias se mostrou ineficiente.			

A UC possui conselho consultivo?		Sim	X	Não		Em processo de formação	
Possui Zona de Amortecimento estabelecida?							
	Sim, no decreto de criação		Sim, no plano de manejo	X		Não possui ZA	
Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC?					Sim	X	Não

Há áreas privadas dentro da UC?		Sim	X	Não		Não sei informar
Caso sim, quantas aproximadamente?						
Há áreas de domínio público dentro da UC?	X	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, qual é a porcentagem?		100 %				

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC?		Sim	X	Não		Não sei informar
---	--	-----	---	-----	--	------------------

Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável pela administração?						
	Sim		Não		Não houve consulta formal aos proprietários	
Há outro ata normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?						
	Sim		Não	Quais?	Não temos problemas fundiários. Área de propriedade da União Federal.	

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?				
<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	Quais?

Há sobreposição da UC com				
<input type="checkbox"/>	Assentamentos Rurais	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Terras Indígenas
<input type="checkbox"/>	Quilombolas	<input type="checkbox"/>	Não sei informar	Outros

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?				
<input type="checkbox"/>	Currais	<input type="checkbox"/>	Casas	Cercas
<input type="checkbox"/>	Açudes, lagos artificiais	<input type="checkbox"/>	Depósitos ou silos	Energia elétrica
<input type="checkbox"/>	poço	<input type="checkbox"/>	Outros	

Existem áreas de agricultura dentro da UC?			<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Quais as principais culturas?						
Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?						

Existem áreas de pecuária dentro da UC?			<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Quais os principais tipos?						

Existe uso de extrativismo?			<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Quais os principais tipos?						

Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:				
<input type="checkbox"/>	agricultura	<input type="checkbox"/>	pecuária	extrativismo

Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.	
Não tenho opinião formada. Penso que é muito difícil a compatibilização, mas, dependendo das particularidades de cada UC, em casos muito específicos considerando, por exemplo, tamanho e facilidade de controle. Acho possível.	

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:					
<input type="checkbox"/>	proprietários	<input type="checkbox"/>	posseiros (moradores)	<input checked="" type="checkbox"/>	moradores da região
<input type="checkbox"/>	pessoas autorizadas pelos proprietários	<input type="checkbox"/>	gestores da UC	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.
Não.
Espaço para comentários e sugestões
A Ilha dos Lobos é uma ilha marinha.

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

Nome da Unidade de Conservação (UC)	RVS dos Campos de Palmas		
Decreto de criação	S/N de 03/04/06	Qual o tamanho da UC?	16.582ha
Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC?	Proteção dos campos nativos, campos úmidos, várzeas e florestas associadas.		

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto?		Sim X		Não
Quais?	Pecuária extensiva, extração de erva-mate, lavouras e silvicultura legalmente autorizadas.			

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto?		Sim X		Não
Quais?	Proibida supressão de vegetação nativa, previsto plantio direto de grãos com minimização do uso de agrotóxicos.			

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação?				
	Sim, relacionado a populações e ou espécies	X	Sim, Relacionado ao ecossistema	
	Sim, relacionado a algum monumento natural		Sim, relacionado ao fator histórico	
	Ou outros			
Quais?	Bioma Campos			

No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo? Não				
	Parque		Estação Ecológica	
	Reserva biológica		Monumento Natural	

	Área de Proteção Ambiental		Área de Relevante interesse Ecológico
	Reserva Fauna		Reserva Extrativista
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável		Floresta
	Reserva Particular de Patrimônio Natural		

A gestão da UC é feita pela:

	Equipe gestora própria		Núcleo de gestão de várias UC	X	Apenas um representante
--	------------------------	--	-------------------------------	---	-------------------------

Há plano de manejo?

	Sim	X	Não
Caso sim, ano de publicação?	Em elaboração.		

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:

X	1 ano		2 anos		5 anos		Não há previsão
---	-------	--	--------	--	--------	--	-----------------

Há sinalização dos limites da UC?

	Sim	X	Não
Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?	X	Sim	Não
Caso não, por que?			

A UC possui conselho consultivo?

X	Sim		Não		Em processo de formação
---	-----	--	-----	--	-------------------------

Possui Zona de Amortecimento estabelecida?

X	Sim, no decreto de criação		Sim, no plano de manejo		Não possui ZA
---	----------------------------	--	-------------------------	--	---------------

Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC?

	Sim	X	Não
--	-----	---	-----

Há áreas privadas dentro da UC?

X	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, quantas aproximadamente?	44 fazendas.				

Há áreas de domínio público dentro da UC?

	Sim	X	Não		Não sei informar
Caso sim, qual é a porcentagem?					

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC?

	Sim	X	Não		Não sei informar
Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável					

pela administração?				
<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não houve consulta formal aos proprietários
Há outro ata normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?				
<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Quais?

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?				
<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Quais?

Há sobreposição da UC com				
<input checked="" type="checkbox"/>	Assentamentos Rurais	<input type="checkbox"/>	Não	Terras Indígenas
<input type="checkbox"/>	Quilombolas	<input type="checkbox"/>	Não sei informar	Outros

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?					
<input checked="" type="checkbox"/>	Currais	<input checked="" type="checkbox"/>	Casas	<input checked="" type="checkbox"/>	Cercas
<input checked="" type="checkbox"/>	Açudes, lagos artificiais	<input checked="" type="checkbox"/>	Depósitos ou silos	<input checked="" type="checkbox"/>	Energia elétrica
<input type="checkbox"/>	poço	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	<input type="checkbox"/>	

Existem áreas de agricultura dentro da UC?				<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Quais as principais culturas?			Soja, milho				
Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?			Grandes lavouras.				

Existem áreas de pecuária dentro da UC?				<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Quais os principais tipos?		Extensiva.					

Existe uso de extrativismo?				<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Quais os principais tipos?		Erva-mate					

Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:					
<input checked="" type="checkbox"/>	agricultura	<input checked="" type="checkbox"/>	pecuária	<input checked="" type="checkbox"/>	extrativismo

Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.	
Acredito. A definição das atividades compatíveis com os objetivos da UC devem ser prévia e extensivamente pesquisadas, e as restrições de uso devem ficar claras à população a ser atingida, inclusive na tentativa de se chegar a um consenso sobre os prejuízos/danos que os proprietários podem vir a enfrentar, bem como as alternativas de compensação a esses danos.	

Na minha opinião, essa categoria é o desenvolvimento sustentável colocado em prática. Contudo, o sistema não permite tal prática, ou seja, os pressupostos do capitalismo atualmente, excluem qualquer prática que implique em menor expansão de produção, ou respeito aos atributos naturais das ecorregiões, ou simplesmente respeito estrito às leis ambientais. Essas práticas, invariavelmente, reduzem as expectativas de ganhos crescentes dos proprietários. E, uma saída viável por exemplo, a agregação de valor aos produtos de tais áreas, é inexistente no Brasil nesse momento.

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:

X	proprietários	X	posseiros (moradores)		moradores da região
X	pessoas autorizadas pelos proprietários		gestores da UC		Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.

Vislumbrar é possível. Mas, esse vislumbre se refere à certeza quase absoluta de que uma categoria que não inclua a presença humana permite uma conservação fácil ou visível. Desta forma, pode-se vislumbrar a mudança em relação a todas as categorias que permitem a presença humana. Mas, até que ponto isso é viável? E até que ponto a presença humana pode ser compatível com uma proteção integral (entendida como uso indireto dos atributos naturais).

Espaço para comentários e sugestões

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

Nome da Unidade de Conservação (UC)	Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova		
Decreto de criação	11 de julho de 2010, DOU 14/06/2010 seção 1 página 25	Qual o tamanho da UC?	Aprox. 15.024 ha
Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC?	<p>I - proteger integralmente e regenerar os ecossistemas naturais da transição entre Mata Atlântica e Caatinga, especialmente a Mata-de-Cipó;</p> <p>II - garantir a manutenção de populações viáveis de espécies de aves e mamíferos ameaçadas de extinção, especialmente o gravatazeiro</p>		

	<p>(<i>Rhopornis ardesiacus</i>);</p> <p>III - manter e recuperar mananciais e cursos d'água;</p> <p>IV - possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza</p> <p>e turismo ecológico; e</p> <p>V - possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica.</p> <p>VI - proporcionar conectividade entre as áreas do Parque Nacional de Boa Nova.</p>
--	---

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto?	X	Sim		Não
Quais?	Todos possíveis legalmente, pois consta expressamente no decreto: Art. 10. No Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova serão permitidas as atividades de criação de animais domésticos, o cultivo de plantas e outras formas de utilização da terra e dos recursos naturais compatíveis com os objetivos da unidade, na forma do que dispuser o Plano de Manejo e demais regulamentos.			

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto?		Sim	X	Não
Quais?	Pelo artigo 10 pode praticamente tudo menos mineração.			

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação?				
	X	Sim, relacionado a populações e ou espécies	X	Sim, Relacionado ao ecossistema
		Sim, relacionado a algum monumento natural		Sim, relacionado ao fator histórico
	X	Ou outros		Não
Quais?	<p>I - proteger integralmente e regenerar os ecossistemas naturais da transição entre Mata Atlântica e Caatinga, especialmente a Mata-de-Cipó;</p> <p>II - garantir a manutenção de populações viáveis de espécies de aves e mamíferos ameaçadas de extinção, especialmente o gravatazeiro (<i>Rhopornis ardesiacus</i>);</p>			

III - manter e recuperar mananciais e cursos d'água; IV - possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico; e V - possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica. VI - proporcionar conectividade entre as áreas do Parque Nacional de Boa Nova.			
No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo?			
X	Parque		Estação Ecológica
	Reserva biológica		Monumento Natural
	Área de Proteção Ambiental		Área de Relevante interesse Ecológico
	Reserva Fauna		Reserva Extrativista
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável		Floresta
	Reserva Particular de Patrimônio Natural		

A gestão da UC é feita pela:

	Equipe gestora própria	X	Núcleo de gestão de várias UC	X	Apenas um representante
--	------------------------	---	-------------------------------	---	-------------------------

Há plano de manejo?

Sim

X

Não

Caso sim, ano de publicação?

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:

	1 ano		2 anos		5 anos	X	Não há previsão
--	-------	--	--------	--	--------	---	-----------------

Há sinalização dos limites da UC?

Sim

X

Não

Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?

Sim

X

Não

Caso não, por que?

UC criada em quatro fragmentos (conectando cinco fragmentos de um Parque nacional) com limites confusos e usando estradas cujo traçado já mudou e referenciando-se a poucos acidentes naturais. O Conjunto das UCs cerca a cidade de Boa Nova por três lados formando um arco e algumas áreas fica a menos de 1km do perímetro urbano.

A UC possui conselho consultivo?

Sim

X

Não

Em processo de formação

Possui Zona de Amortecimento estabelecida?					
X	Sim, no decreto de criação		Sim, no plano de manejo		Não possui ZA

Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC?					Sim	X	Não
--	--	--	--	--	-----	---	-----

Há áreas privadas dentro da UC?	X	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, quantas aproximadamente?	100%, umas 350 propriedades.					

Há áreas de domínio público dentro da UC?		Sim	X	Não		Não sei informar
Caso sim, qual é a porcentagem?						

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC?	X	Sim		Não		Não sei informar
---	---	-----	--	-----	--	------------------

Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável pela administração?					
	Sim		Não	X	Não houve consulta formal aos proprietários

Há outro ato normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?					
	Sim	X	Não	Quais?	

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?					
	Sim	X	Não	Quais?	

Há sobreposição da UC com					
X	Assentamentos Rurais		Não		Terras Indígenas
	Quilombolas		Não sei informar		Outros

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?					
X	Currais	X	Casas	X	Cercas
X	Açudes, lagos artificiais	X	Depósitos ou silos	X	Energia elétrica
X	poço	X	Outros		

Existem áreas de agricultura dentro da UC?		X	Sim		Não
Quais as principais culturas?		Hortaliças, café, maracujá, cacau, graviola, cedro australiano.			
Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?		Predomina agricultura familiar.			

Existem áreas de pecuária dentro da UC?		X	Sim		Não
Quais os principais tipos?		A maior arte da área da UC é formada por pastagens para engorda de gado, muitas são alugadas periodicamente na época da estiagem e recebem rebanhos vindos da zona da caatinga.			

Existe uso de extrativismo?		X	Sim		Não
Quais os principais tipos?		Coleta de lenha, coleta de frutos (umbu <i>Spondias tuberosa</i>).			

Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:					
X	agricultura	X	pecuária	X	extrativismo
Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.					
Bastante incompatível. Situação de gestão que beira a esquizofrenia e gera intensa instabilidade jurídica para os proprietários que já viram suas terras se desvalorizarem por conta da criação da UC. Os projetos rurais de iluminação e abastecimento de água têm dificuldades de serem implantados por causa dos entraves ambientais. A maioria das propriedades é composta de áreas de tamanho médio ou por minifúndios, embora algumas grandes áreas estejam dentro de latifúndios. A categoria de RVS foi escolhida essencialmente como uma manobra para escapar do ônus da desapropriação de uma área intensamente ocupada por agricultores familiares de baixíssima renda.					

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:					
X	proprietários	X	posseiros (moradores)	X	moradores da região
X	pessoas autorizadas pelos proprietários	X	gestores da UC	X	Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.					
Caso a regulamentação do que seja, e do que é permitido num RVS não venha a ser melhor esclarecida legalmente (eu pessoalmente não consigo entender o que é um REVIS e nem quais as atividades que podem ser desenvolvidas nele), acredito que a única categoria compatível com a realidade local seja a de APA.					

--

<p>Espaço para comentários e sugestões</p> <p>As UCs de Boa Nova foram criadas com apoio da sociedade local, no entanto os estudos para sua criação foram feitos apressadamente e têm uma qualidade muito questionável. As consultas públicas foram mal divulgadas, os polígonos apresentados à sociedade não foram os mesmos do decreto de criação (as definições do perímetro da UC foram mesmo decididas na casa Civil do Estado da Bahia) e a maior parte da população nem sequer sabe o que é um REVIS. Não há conflitos nem descontentamentos graves com a criação da UC, mas a mesma encontra-se sem gestor e as restrições aos proprietários resumem-se à proibição do desmatamento de novas áreas (o que restou de vegetação natural representa cerca de 35% da área). Há atividades turísticas na UC (observação de aves, banhos de cachoeira e caminhadas). A única possibilidade de compatibilizar o uso das propriedades com a categoria da UC seria investindo intensamente em programas de incentivo à agroecologia e agricultura orgânica (com um selo da UC) e a pagamentos por serviços ambientais.</p>

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

Nome da Unidade de Conservação (UC)	Refugio de Vida Silvestre de Una		
Decreto de criação	21/12/2007	Qual o tamanho da UC?	23404 ha
Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC?	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.		

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto?		Sim	X	Não
Quais?				

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto?		Sim	X	Não
Quais?				

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação? NÃO			
	Sim, relacionado a populações e ou espécies		Sim, Relacionado ao ecossistema
	Sim, relacionado a algum		Sim, relacionado ao fator histórico

	monumento natural		
	Ou outros		
Quais?			

No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo?			
	Parque		Estação Ecológica
	Reserva biológica		Monumento Natural
X	Área de Proteção Ambiental		Área de Relevante interesse Ecológico
	Reserva Fauna		Reserva Extrativista
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável		Floresta
	Reserva Particular de Patrimônio Natural		

A gestão da UC é feita pela:			
X	Equipe gestora própria	Núcleo de gestão de várias UC	Apenas um representante

Há plano de manejo?		Sim	X	Não
Caso sim, ano de publicação?				

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:							
	1 ano		2 anos		5 anos	X	Não há previsão

Há sinalização dos limites da UC?	X	Sim		Não
Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?		Sim	X	Não
Caso não, por que?	Não seguem marcos geográficos.			

A UC possui conselho consultivo?		Sim	X	Não		Em processo de formação
----------------------------------	--	-----	---	-----	--	-------------------------

Possui Zona de Amortecimento estabelecida?					
	Sim, no decreto de criação		Sim, no plano de manejo	X	Não possui ZA

Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC?	X	Sim		Não
--	---	-----	--	-----

--	--	--	--	--

Há áreas privadas dentro da UC?	X	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, quantas aproximadamente?	270					

Há áreas de domínio público dentro da UC?	X	Sim		Não		Não sei informar
Caso sim, qual é a porcentagem?	3% sobre tutela da CEPLAC, órgão federal					

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC?		Sim	X	Não		Não sei informar
---	--	-----	---	-----	--	------------------

Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável pela administração?						
	Sim	X	Não		Não houve consulta formal aos proprietários	

Há outro ato normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?						
	Sim	X	Não	Quais?		

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?						
	Sim	X	Não	Quais?		

Há sobreposição da UC com						
X	Assentamentos Rurais		Não	X	Terras Indígenas	
	Quilombolas		Não sei informar		Outros	

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?						
X	Currais	X	Casas	X	Cercas	
X	Açudes, lagos artificiais	X	Depósitos ou silos	X	Energia elétrica	
X	poço		Outros			

Existem áreas de agricultura dentro da UC?				X	Sim		Não
Quais as principais culturas?			Seringa, cacau, coco e farinha				
Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?			Majoritariamente por agricultura familiar, porém há lavouras de médio porte de pessoas jurídicas				

Existem áreas de pecuária dentro da UC?		X	Sim		Não
Quais os principais tipos?	extensiva				
Existe uso de extrativismo?		X	Sim		Não
Quais os principais tipos?	Extração de piaçava, caça e pesca.				

Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:					
X	agricultura	X	pecuária		extrativismo
Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.					
Desde que o objetivo da Unidade de Proteção Integral seja proteger especificamente um recurso (espécies, grupo ou população).					

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:					
X	proprietários	X	posseiros (moradores)		moradores da região
X	pessoas autorizadas pelos proprietários		gestores da UC		Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.	
Considerando o objetivo abrangente do RVS de Una, o nível de ocupação do espaço e a diversificação de usos já estabelecidos na UC vislumbraram a possibilidade de recategorização para APA.	

Espaço para comentários e sugestões	
<p>Compatibilizar a existência de terras privadas, uso privado de recursos naturais e a proteção da natureza em unidade de conservação de Proteção Integral requer objetivo de criação claro e específico, focado em recurso(s) natural(is) relevante(s) para preservação, ou melhor, que motivou a criação de um Refúgio de VIDA SILVESTRE.</p> <p>Esta categoria de unidade de conservação requer um instrumento de gestão que defina suas regras de usos e o público contemplado como usuário, tais regras seriam elaboradas a luz de seus objetivos de criação, estoque/disponibilidade de recursos e “intensidade” de uso (dependência econômica/ocupação etc), a fim de propiciar o manejo da Unidade e cumprir sua razão de ser.</p>	

Conflitos legais e de gestão dentro da categoria Refúgio de Vida Silvestre

Nome da Unidade de Conservação (UC)	Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades - RVSRF		
Decreto de criação	21/12/2007	Qual o tamanho da UC?	894ha
Qual (s) o (s) objetivo (s) de criação da UC?	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico		

Há permissão de uso (plantios, criação de animais etc) estabelecido dentro do decreto?		Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Quais?				

Há restrição de uso estabelecido dentro do decreto?		Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Quais?				

Há objetivos específicos explícitos no Decreto de criação?				
		Sim, relacionado a populações e ou espécies		Sim, Relacionado ao ecossistema
		Sim, relacionado a algum monumento natural		Sim, relacionado ao fator histórico
		Ou outros	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
Quais?				
No processo de criação da UC, há registro de discussão de outra categoria para a área de estudo?				
<input checked="" type="checkbox"/>	Parque			Estação Ecológica
	Reserva biológica			Monumento Natural
	Área de Proteção Ambiental			Área de Relevante interesse Ecológico
	Reserva Fauna			Reserva Extrativista
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável			Floresta

	Reserva Particular de Patrimônio Natural		
--	--	--	--

A gestão da UC é feita pela:			
x	Equipe gestora própria	Núcleo de gestão de várias UC	Apenas um representante

Há plano de manejo?		Sim	x	Não
Caso sim, ano de publicação?				

Há previsão para a elaboração do PM no prazo de:								
	1 ano		x	2 anos		5 anos		Não há previsão

Há sinalização dos limites da UC?	x	Sim		Não
Os limites da UC são claros para sua equipe gestora?		Sim	x	Não
Caso não, por que?	O limite leste do RVSRF é Linha de Preamar Média (LPM) que não foi estabelecida ainda pelo SPU, portanto esse limite não é claro. Não houve demarcação (Geodésico) dos pontos de coordenadas geográficas estabelecidos pelo decreto.			

A UC possui conselho consultivo?	x	Sim		Não	Em processo de formação
----------------------------------	---	-----	--	-----	-------------------------

Possui Zona de Amortecimento estabelecida?					
x	Sim, no decreto de criação		Sim, no plano de manejo		Não possui ZA

Existe estudo ou levantamento sobre a questão fundiária da UC?		x	Sim		Não
--	--	---	-----	--	-----

Há áreas privadas dentro da UC?	x	Sim		Não	Não sei informar
Caso sim, quantas aproximadamente?	8				

Há áreas de domínio público dentro da UC?		x	Sim		Não	Não sei informar
---	--	---	-----	--	-----	------------------

Caso sim, qual é a porcentagem?	As áreas de terreno de marinha, isto é 33m após a LPM. Talvez haja uma área devoluta.
---------------------------------	---

Há conflitos de limites (sobreposições) das propriedades inseridas na UC?	x	Sim		Não		Não sei informar
---	---	-----	--	-----	--	------------------

Houve aquiescência formal dos proprietários às condições propostas pelo órgão responsável pela administração?						
	Sim		Não	x	Não houve consulta formal aos proprietários	

Há outro ata normativo publicado que estabeleça restrições de uso dos recursos naturais, plantio e criação de animais pelos proprietários dentro da Unidade?						
	Sim	x	Não	Quais?		

Existe algum parecer, nota técnica, estudo etc. que relate usos incompatíveis ou restrinja uso aos proprietários?						
	Sim	x	Não	Quais?		

Há sobreposição da UC com						
	Assentamentos Rurais	x	Não		Terras Indígenas	
	Quilombolas		Não sei informar		Outros	

Existem benfeitorias nas áreas privadas dentro da UC?						
	Currais	x	Casas	x	Cercas	
	Açudes, lagos artificiais		Depósitos ou silos	x	Energia elétrica	
	poço		Outros			

Existem áreas de agricultura dentro da UC?							x	Sim		Não
Quais as principais culturas?				Coco, mandioca e abacaxi.						
Essas áreas se caracterizam por grandes lavouras ou agricultura familiar?				Agricultura familiar de subsistência						

Existem áreas de pecuária dentro da UC?							x	Sim		Não
Quais os principais tipos?				Pecuária de gado, mas a utilização das áreas de dentro do RVSRF não é freqüente.						

Existe uso de extrativismo?	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
Quais os principais tipos?	Coleta de sementes, frutos, caranguejo (guaiaumum), coleta de orquídeas e bromélias			

Há previsão de manutenção dessas áreas ao uso para:					
<input checked="" type="checkbox"/>	agricultura	<input type="checkbox"/>	pecuária	<input checked="" type="checkbox"/>	extrativismo

Você entende que é possível compatibilizar a existência de propriedade privada e o uso da terra com a categoria de Proteção Integral? Por favor, comente.
Sim, desde que os objetivos de criação sejam claros, as restrições sejam definidas já no decreto de criação, também deveriam se evitar áreas com propriedades muito pequenas, principalmente quando estas possuem características de assentamento ou de urbanização.

Você considera que os diversos usos realizados dentro da UC podem ser feitos pelos:					
<input checked="" type="checkbox"/>	proprietários	<input checked="" type="checkbox"/>	posseiros (moradores)	<input type="checkbox"/>	moradores da região
<input checked="" type="checkbox"/>	pessoas autorizadas pelos proprietários	<input checked="" type="checkbox"/>	gestores da UC	<input type="checkbox"/>	Outros

Você vislumbra a possibilidade de mudança de categoria da UC? Por favor, comente.
Sim, pois o RVSFRF possui boa parte da sua área com vegetação de restinga preservada, esse ecossistema possui muitas espécies endêmicas, a região tem solo pobre e arenoso o que impossibilita o plantio, portanto para plantio e criação de animais não é viável economicamente. Uma das ameaças constantes é o parcelamento do solo para a especulação imobiliária (área de alto valor financeiro, em frente à praia), isto ocasiona consequentemente a fragmentação da vegetação e perda de habitat. A pressão social das comunidades próximas é grande sobre a UC, pois eles querem utilizar a área para turismo, para o acesso a praia, estabelecimento de cabanas (barracas) de praia etc. O ideal para a área seria transformá-lo em Parque, para garantir a preservação da natureza.

Espaço para comentários e sugestões